

BIBLIOTECA VENEZUELA

IICA



RELATÓRIO DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO

San José, Costa Rica

12-14 Setembro 1994

SÉRIE DOCUMENTOS OFICIAIS No. 56

O QUE É O IICA?

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do sistema Interamericano. Suas origens remontam a 7 de outubro de 1942, quando o Conselho Diretor da União Pan-Americana aprovou a criação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, com sede na Costa Rica.

Fundado como uma instituição dedicada à pesquisa agrônômica e ao ensino de pós-graduação para os trópicos, o IICA, em resposta às mudanças e novas necessidades do continente americano, tornou-se progressivamente um organismo de cooperação técnica para a agricultura. Essas transformações foram reconhecidas oficialmente com a ratificação, em 8 de dezembro de 1980, de uma nova Convenção, que estabeleceu como fins do IICA estimular, promover e apoiar a cooperação entre seus Estados membros para a obtenção do desenvolvimento agrícola e do bem-estar rural.

Os órgãos dirigentes em que participam os Estados membros são a Junta Interamericana de Agricultura e o Comitê Executivo, dos quais emanam as diretrizes políticas executadas pela Direção Geral. O IICA possui hoje grande alcance geográfico que lhe permite responder às necessidades de cooperação técnica nos países, por meio de suas Agências de Cooperação Técnica e de cinco Centros Regionais a partir dos quais se coordena a implementação de estratégias adequadas às características de cada região.

A participação e apoio dos Estados membros e as relações que o Instituto mantém com observadores permanentes e com diversos organismos internacionais permitem ao IICA canalizar recursos humanos e financeiros em prol do desenvolvimento agrícola do Continente americano.

O Plano de Médio Prazo (PMP) 1994-1998, constitui o quadro de referência de orientação estratégica das ações do IICA para esse período. Seu objetivo geral é apoiar os Estados membros para conseguir a sustentabilidade agropecuária, no contexto da integração hemisférica, e como contribuição para o desenvolvimento rural humano. O Instituto programa seu trabalho com base nas transformações produtivas, comerciais e institucionais da agricultura, com um enfoque integrado do desenvolvimento, baseado na sustentabilidade, equidade e competitividade. O IICA concentra suas atividades técnicas nas seguintes quatro Áreas de Concentração: Políticas Sócio-Econômicas; Comércio e Investimentos; Ciência e Tecnologia, Recursos Naturais e Produção Agropecuária; Sanidade Agropecuária; e Desenvolvimento Rural Sustentável. A ação do IICA apóia-se em dois Serviços Especializados: Treinamento, Educação e Comunicação; e Informação, Documentação e Informática.

São Estados membros do IICA: Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, St. Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. São Observadores Permanentes: Alemanha, Áustria, Bélgica, Comunidade Européia, Espanha, Federação Russa, França, Hungria, Israel, Itália, Japão, Portugal, Reino dos Países Baixos, República Árabe do Egito, República de Coreia, República da Polônia e Romênia.

ISSN 1018-709X

IICA



RELATÓRIO DA DÉCIMA QUARTA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ EXECUTIVO

San José, Costa Rica

12-14 Setembro 1994

SÉRIE DOCUMENTOS OFICIAIS No. 56

00001458

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura expressa seu agradecimento ao Governo do Canadá, à Organização dos Estados Americanos e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento pelo contínuo apoio de seu pessoal de interpretação e tradução nas reuniões dos órgãos diretores do Instituto.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Página

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO

Sessão Preparatória	1
Sessão de Abertura	4
Primeira Sessão Plenária	7
Segunda Sessão Plenária	16
Terceira Sessão Plenária	38
Quarta Sessão Plenária	48
Quinta Sessão Plenária	67
Sessão de Encerramento	69

RESOLUÇÕES

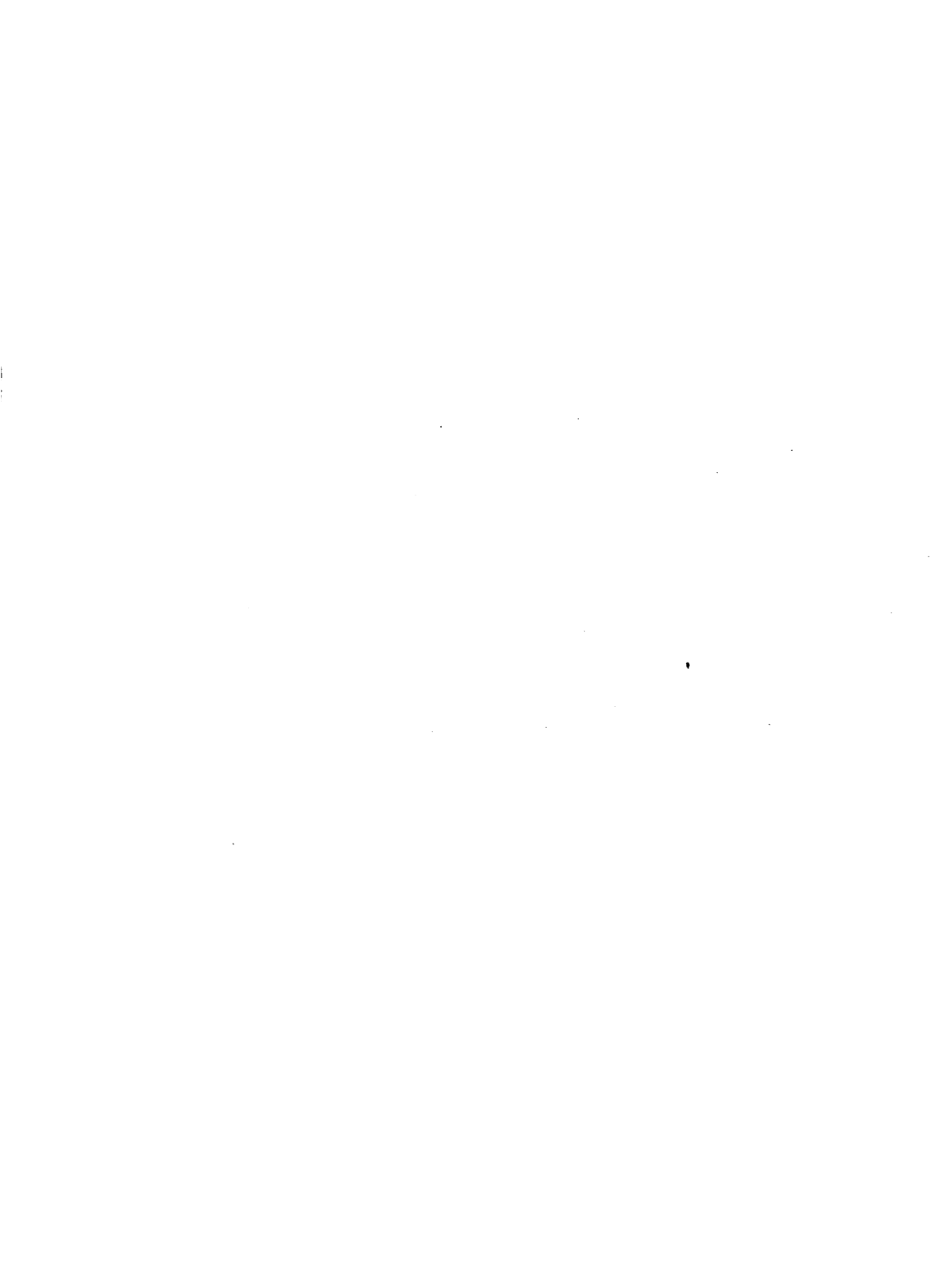
Resolução Nº 214	Relatório Anual 1993	75
Resolução Nº 215	Demonstrativos Financeiros do Instituto em 1993	76
Resolução Nº 216	Plano de Médio Prazo 1994-1998	78
Resolução Nº 217	Ajustes no Orçamento-Programa 1994-1995	92
Resolução Nº 218	Modernização do Instituto	96
Resolução Nº 219	Estudo dos CATIs	97
Resolução Nº 220	Uso das Receitas Diversas	99
Resolução Nº 221	Eleição do Comitê de Exame de Auditoria	101
Resolução Nº 222	Cumprimento das Resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo	106

Resolução Nº 223	Cumprimento das Resoluções da Sé- tima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura . . .	107
Resolução Nº 224	Mecanismos para a Revisão de Projetos	108
Resolução Nº 225	Bolsas de Estudo	110
Resolução Nº 226	Coordenação das Atividades FAO-IICA	112
Resolução Nº 227	Título de Emérito para o Dr. Ignacio Ansorena	114
Resolução Nº 228	Título de Emérito para o Eng. Guillermo Guerra	115
Resolução Nº 229	Tema da XI Conferência Inter- americana de Ministros da Agri- cultura	116
Resolução Nº 230	Data e Sede da Oitava Reunião Ordinária da Junta Interameri- cana de Agricultura e da XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura	118
Resolução Nº 231	Data e Sede da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo	120
ASSINATURA DO RELATÓRIO		125
RELATÓRIO DA COMISSÃO DE CREDENCIAIS		129
TEMÁRIO		133

LISTA DE PARTICIPANTES	137
FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO	157
LISTA DE DOCUMENTOS	167

ANEXOS

- Palavras do Dr. Mario Carvajal, Ministro da Agricultura e Pecuária da Costa Rica, na Sessão de Abertura	173
- Mensagem do Eng. Carlos E. Aquino González, Diretor-Geral do IICA, na Sessão de Abertura	175
- Palavras do Sr. Galo Izurieta, Representante do Equador, na Sessão de Encerramento	189
- Palavras do Eng. Carlos E. Aquino González, Diretor-Geral do IICA, na Sessão de encerramento	191
- Palavras do Sr. Russel García, Presidente da Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo	196



**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ EXECUTIVO**

**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ EXECUTIVO DO INSTITUTO INTERAMERICANO
DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA**

A Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) foi realizada de acordo com o disposto no Regulamento do Comitê Executivo e na Resolução IICA/CE/-Res.213(XIII-O/93) desse órgão.

Os seguintes países compõem o Comitê Executivo em 1994: Belize, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guiana, Haiti, México, República Dominicana e St. Kitts e Nevis.

SESSÃO PREPARATÓRIA

- 0.1 A Sessão Preparatória da Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo foi iniciada às 09h00 do dia 12 de setembro de 1994, na Sala Estados Unidos/Canadá da Sede Central do IICA. Foi presidida pelo Representante do México.
- 0.2 Na Sessão foram adotados acordos sobre os seguintes temas:
 - 0.2.1 Eleição do Presidente e do Relator da Reunião

O Comitê elegeu o Sr. Russel García, Ministro da Agricultura de Belize, como Presidente da Reunião. Em seguida foi proposto que o Sr. Mario Carvajal, Ministro da Agricultura e Pecuária da Costa Rica, ocupasse o cargo de Relator, o que foi aprovado. A Mesa Diretora ficou assim constituída:

Presidente: Russel García, Belize
Relator: Mario Carvajal, Costa Rica
Secretário ex-officio: Carlos E. Aquino González

0.2.2 Temário da Reunião

Foi aprovado o Temário apresentado no documento IICA/CE/Doc.262(94).

0.2.3 Constituição da Comissão de Credenciais

Os representantes do Canadá, do Brasil, do México e de St. Kitts e Nevis passaram a constituir a Comissão de Credenciais.

0.2.4 Constituição da Comissão de Redação

A Comissão de Redação foi constituída pelos Representantes do Brasil, do Canadá, do Haiti e da Costa Rica para os idiomas português, inglês, francês e espanhol, respectivamente.

0.2.5 Comissões de trabalho

Acordou-se a constituição de comissões de trabalho à medida que se fizessem necessárias, consoante os temas a serem considerados.

0.2.6 Prazo para apresentação de propostas

O Comitê fixou as 12h00 do dia 13 de setembro como limite do prazo para a apresentação de propostas.

0.2.7 Duração da reunião

O plenário decidiu encerrar a reunião na quarta-feira, 14 de setembro, às 16h00, conforme proposto pela Secretaria Técnica da Reunião.

0.2.8 Ordem de precedência dos Estados membros

De acordo com o artigo 36,A do Regulamento do Comitê Executivo, foi estabelecida a ordem de precedência a partir de Belize, Estado membro cujo Representante presidirá a reunião, seguindo-se a ordem alfabética em espanhol.

0.2.9 Procedimento para a eleição do Comitê de Exame de Auditoria

Segundo o acordado na Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), realizada no México, será nomeado pela primeira vez o Comitê de Exame de Auditoria (CEA). O Sr. William Berenson, Assessor Jurídico, explicou o procedimento para a eleição do CEA, que é constituído de três membros, cada um dos quais deverá ser eleito pelo voto da maioria dos membros do Comitê Executivo. Em 1994 sua seleção se fará mediante três eleições consecutivas. Será eleito primeiramente um membro dentre os candidatos apresentados pelos seis Estados membros que mais contribuem para o Fundo Regular do IICA; um segundo membro será escolhido de uma lista de candidatos propostos pelos outros Estados membros, e um terceiro, a partir de uma lista de candidatos proposta por todos os Estados membros.

Esse procedimento somente será adotado em 1994. Posteriormente, a eleição para cada vaga do CEA será escalonada de acordo com o Estatuto do CEA constante do Anexo B do Regulamento Financeiro do Instituto. Se o Comitê Executivo assim o decidir, a votação poderá processar-se por escrutínio secreto. Uma vez eleitos os três membros do CEA, serão sorteados os respectivos mandatos. O membro cujo nome figurar na primeira cédula sorteada permanecerá no CEA até 31 de dezembro de 1999; o que figurar na segunda cédula sorteada permanecerá até

31 de dezembro de 1997 e o que figurar na última cédula permanecerá até 31 de dezembro de 1995.

Foi aprovado esse procedimento para a eleição do CEA.

0.2.10 A sessão foi levantada às 9h25.

SESSÃO DE ABERTURA

0.3 A Sessão de Abertura da Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo teve início às 9h35 do dia 12 de setembro de 1994, na Sala Estados Unidos/Canadá da Sede Central do IICA, sob a presidência do Sr. Russel García, Representante de Belize.

0.4 O Sr. Mario Carvajal, Representante da Costa Rica, disse ser portador de uma mensagem de boas-vindas do Governo de seu país e do Senhor Presidente José María Figueres, que, além de ex-titular da pasta da Agricultura, também ocupara a Presidência da JIA em gestão anterior. Expressou a seguir sua satisfação com o grande número e as altas qualificações dos representantes enviados pelos respectivos Governos, o que se reveste de grande importância, por ser esta a primeira reunião realizada na Administração do Eng. Carlos Aquino e pelo fato de que nela será discutido e aprovado o Plano de Médio Prazo para os próximos quatro anos. Finalmente, manifestou o desejo do Senhor Presidente da Costa Rica de que as próximas reuniões da JIA e da CIMA, marcadas para outubro de 1995, sejam realizadas em San José da Costa Rica.

0.5 O Diretor-Geral do IICA, ao dar as boas-vindas aos participantes, destacou a importância da Reunião,

durante a qual serão adotadas medidas de grande valia para sua gestão, que habilitarão o Instituto a adequar-se às demandas da agricultura dos tempos modernos e à institucionalidade do setor agropecuário e florestal no limiar do século XXI. Indicou que a partir de sua eleição, na Sétima Reunião Ordinária da JIA realizada no México, se iniciara um processo de consulta ampla dotado de dupla dimensão, nos âmbitos externo e interno do IICA. No âmbito externo, conseguiu-se envolver os ministérios da Agricultura de todos os países membros, bem como instituições estatais vinculadas ao setor, organizações de produtores e o setor privado agroempresarial. No âmbito interno, produziu-se valiosa interação entre a Sede Central e os Escritórios nos países. Este, no seu entender, fora um caminho mais longo, porém mais proveitoso.

- 0.6 Continuando, assinalou que, paralelamente a esse processo de consulta para a elaboração do Plano de Médio Prazo 1994-1998 (PMP), prosseguira o trabalho no programa operacional aprovado e novas iniciativas foram desenvolvidas. Além disso, comprazia-lhe o fato de se ter chegado à formulação do PMP, cujas propostas básicas incluem a necessidade de que o trabalho futuro busque três tipos de transformação da agricultura - produtiva, comercial e institucional -, para alcançar o desenvolvimento social e humano no âmbito da trilogia de competitividade, sustentabilidade e equidade; concentrar os temas em quatro áreas técnicas e dois serviços especializados; desenvolver alianças estratégicas com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais; promover a descentralização, com a criação de cinco Centros Regionais, e implementar um estilo de gerência amplamente participativa.
- 0.7 Em seguida, indicou que se designara o ano de 1994 como o da etapa de formulação do PMP; 1995 como o

da etapa de transição e prova, e o biênio 1996-1997 como o da etapa de consolidação.

- 0.8 Para a consecução dessas transformações, declarou, é preciso haver uma capacitação progressiva dos recursos humanos e uma estratégia efetiva de captação de recursos financeiros, bem como alianças estratégicas, além de revisões periódicas do próprio PMP como instrumento dinâmico de operação. Acrescentou que se estava propondo um ajuste no orçamento de 1995 muito conservador, com vistas principalmente a fortalecer as novas áreas e serviços, reduzir gradativamente as despesas de direção, iniciar o processo de descentralização, diminuir a contratação de consultores, mediante a maximização do uso da capacidade técnica do pessoal do Instituto, e aumentar os recursos para bolsas de estudo.
- 0.9 A seguir, o Diretor-Geral enumerou algumas iniciativas importantes que registraram avanços, ressaltando principalmente as relações com a FAO; a aproximação com o CATIE; as ações empreendidas em conjunto com o USDA, a EMBRAPA e o INTA; os contatos com universidades e outras instituições de ensino superior, como a Associação Latino-Americana de Educação Agrícola Superior (ALEAS), para fortalecer ações no campo da educação; a realização de foros com agroempresários; a revitalização da idéia da Fundação IICA; a criação da Comissão de Análise, Reforma e Desenvolvimento Institucional (COARDI) como instrumento para que os funcionários do Instituto possam fazer contribuições; a colaboração dos antigos Diretores-Gerais da Instituição para enriquecê-la com suas experiências e conselhos, e a capacitação do pessoal do Instituto em gerência, para melhorar a qualidade dos serviços.

- 0.10 Concluiu sua exposição renovando o seu compromisso de realizar um trabalho conjunto no redimensionamento do Instituto, a fim de alcançar uma sociedade mais justa e mais eqüitativa na região, e reiterou seus agradecimentos pela presença dos representantes dos países membros, dos observadores dos organismos internacionais e dos profissionais que dissertariam sobre diferentes temas na Reunião. Agradeceu ainda às instituições e agroempresas que estavam contribuindo com suas exposições e a todo o pessoal do Instituto que havia preparado desde os documentos de caráter técnico até os diferentes ambientes do encontro. Invocou finalmente a presença de Deus para que guiasse as deliberações da Reunião.
- 0.11 A sessão foi levantada às 10h10.

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA

1. A primeira sessão plenária teve início às 10h30 do dia 12 de setembro de 1994, sob a presidência do Sr. Russel García, Ministro da Agricultura de Belize.

Relatório Anual 1993 (IICA/CE/Doc.264(94))

- 1.1.1 O Diretor-Geral assinalou que havendo todos os presentes recebido um exemplar do relatório anual antes da reunião, não era necessário apresentar um informe detalhado. Indicou, entretanto, que a equipe do IICA estava pronta para responder a qualquer pergunta, comentário ou sugestão dos delegados.
- 1.1.2 O Presidente colocou o tema em debate, mas não foram formulados comentários.

- 1.2 Relatório sobre o cumprimento das resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo (IICA/CE/Doc.275(94))
- 1.2.1 O Secretário Técnico explicou que todas as resoluções emanadas da Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo haviam sido apresentadas à Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura. Quanto aos dois temas que requeriam acompanhamento (o Plano de Médio Prazo e os ajustes no orçamento), estes tinham lugar de destaque no presente temário.
- 1.3 Relatório sobre o cumprimento das resoluções da Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (IICA/CE/Doc.276(94))
- 1.3.1 O Secretário Técnico reiterou que os temas que necessitavam de acompanhamento seriam considerados separadamente e que todas as demais resoluções apresentadas à JIA haviam sido aprovadas e estavam sendo cumpridas.
- 1.4 Relatório dos auditores externos e comentários do Diretor-Geral sobre o relatório dos auditores externos (IICA/CE/Doc.265(94))
- 1.4.1 Convidado pelo Presidente a discorrer sobre o tema, o Diretor-Geral solicitou ao Diretor de Finanças que o expusesse ao plenário.
- 1.4.2 O Diretor de Finanças assinalou que a filosofia essencial que norteia a preparação dos demonstrativos financeiros é a de prestar informações cada vez mais claras e concisas sobre a situação financeira do Instituto, sendo cada item apresentado de acordo com princípios de contabilidade de aceitação geral comparativamente a dados financeiros do ano precedente. Explicou que cada um dos demonstrativos combina ou consolida todos os fundos ad-

ministrados pelo Instituto, o que permite ter uma visão geral da situação financeira do IICA. Acrescentou que esse princípio de consolidação é totalmente compatível com a política de gestão dos recursos financeiros do IICA, em virtude da qual o Instituto decidiu consolidar a administração de seus recursos financeiros e de seus valores negociáveis a fim de maximizar a rentabilidade dos investimentos. Também é coerente com a política adotada para a administração dos fundos de contrapartida, segundo a qual se considera que os fundos recebidos em fideicomisso pelo Instituto pertencem ao doador até que se incorra nas despesas autorizadas e elas sejam debitadas a esses adiantamentos.

- 1.4.3 Mediante a Resolução Nº 196, adotada pela JIA em setembro de 1991, designou-se a firma de contabilidade Deloitte & Touche como auditora externa do IICA para o biênio 1992-93. Em sua auditoria anual, essa firma concluiu que os demonstrativos financeiros combinados refletem com exatidão a situação financeira do IICA em 31 de dezembro de 1993 e os resultados de suas operações e fluxo de caixa, de acordo com princípios de contabilidade de aceitação geral. O Diretor de Finanças assinalou que o relatório dos auditores assegura que se pode confiar plenamente na integridade dos dados contidos nos demonstrativos financeiros.
- 1.4.4 A seguir o Diretor de Finanças solicitou ao plenário que se reportasse aos documentos de referência, cuja forma de apresentação esclareceu. O Balanço da Situação consolidado referente a 1993 mostra que a relação entre o ativo e o passivo corrente é de 1,3/1, coeficiente que praticamente não mudou em comparação com a relação de 1,5/1 em 1992. O ativo total do Instituto aumentou cerca de US\$ 14,3 milhões em 1993. Além disso, a liquidez financeira do Instituto aumentou de 53% do ativo

corrente em 1992 para 70% em 1993. Essas tendências positivas podem ser atribuídas diretamente a dois fatores: primeiro, o apoio dado ao Instituto pelos Estados membros (os US\$ 24.583.000 arrecadados em 1993 representam 95,7% das cotas previstas para esse ano); segundo, o aumento significativo no volume de fundos em fideicomisso administrados pelo Instituto. As obrigações para com os doadores aumentaram de US\$ 11,9 milhões no início de 1993 para US\$ 24,4 milhões no final desse ano.

- 1.4.5 O Diretor de Finanças referiu-se em seguida ao Demonstrativo Consolidado das Receitas e Despesas, assinalando que em 1993 as receitas haviam superado as despesas em US\$ 361.000. Em 1992, incorreu-se em custos excedentes, já que o pagamento de indenizações a funcionários havia superado as previsões, mas o Instituto, despendendo menos que seu orçamento de cotas e com o excedente de outras receitas em relação às despesas, pôde restituir aproximadamente essa mesma quantia ao Subfundo de Trabalho em 1993. Assinalou que o demonstrativo das variações nos saldos de fundos indicava um aumento no Fundo Regular e no Fundo de Ativos Fixos no total de US\$ 635.000 em 1993. Durante o ano, a liquidez havia registrado um aumento de US\$ 13.926.000. Os Serviços Diretos de Cooperação Técnica representaram 80% das despesas totais do Instituto, as Despesas de Direção 15% e as Despesas Gerais e Provisões 5%.
- 1.4.6 O Diretor de Finanças concluiu sua apresentação com esclarecimentos sobre o material informativo suplementar: Balanço da Situação, Demonstrativo das Receitas e Despesas e Orçamento Consolidado, preparados em 31 de julho de 1994, e Demonstrativo das Contribuições de Cotas dos Estados Membros em 31 de agosto do mesmo ano. Assinalou que no final de julho aproximadamente 51% do orçamento de cotas de 1994 havia sido executado e que se prevê que

muitos custos serão menores em 1994 que em 1993, graças aos esforços para executar os programas da maneira mais eficiente possível. Explicou que, de acordo com a Resolução N^o 222 da JIA (de setembro de 1993), devido a uma deficiência temporária de fluxo de caixa o Instituto fora obrigado a pleitear uma linha de crédito junto ao Nations Bank em Washington. No mês de agosto se negociara um crédito no montante de US\$2 milhões a uma taxa preferencial de juros de 7,25%. A receita subsequente dos pagamentos de cotas dos Estados membros havia possibilitado o pagamento de parte dessa quantia; contudo, o Instituto deverá continuar recorrendo a essa linha de crédito para pagar suas obrigações nos vencimentos. Os juros pagos pelo uso da linha de crédito serão debitados à conta de Receitas Diversas, que inclui principalmente os juros auferidos pelo Instituto durante o ano.

- 1.4.7 O Presidente agradeceu ao Diretor de Finanças sua apresentação e colocou o tema em discussão.
- 1.4.8 O Representante do Equador expressou preocupação com o pagamento das cotas por parte dos países membros. No tocante aos pagamentos de cotas pendentes, solicitou explicação sobre a discrepância entre as quantias que constam dos demonstrativos financeiros e as quantias indicadas no material informativo suplementar.
- 1.4.9 O Diretor de Finanças explicou que os demonstrativos financeiros refletem a situação em 31 de dezembro de 1993, enquanto o documento suplementar apresenta a situação das cotas em 31 de agosto de 1994.
- 1.4.10 O Representante do Canadá felicitou a Administração pela apresentação de um relatório amplo e claro. A seguir, indagou dos motivos do atraso

crescente no pagamento das cotas, das providências tomadas a esse respeito e da existência de medidas que pudessem ser aplicadas na hipótese de tal situação persistir. Assinalou que a situação financeira relatada se deve à aparente incapacidade de alguns países de pagar suas cotas, o que poderá dificultar a execução dos novos e ambiciosos planos do IICA. Afirmou que o Canadá cumpre suas obrigações internacionais, pagando as quantias devidas nos vencimentos. Ponderou, entretanto, que enquanto seu país, ao pagar na data devida, evita o acréscimo de juros, está por outro lado contribuindo para o pagamento dos juros de empréstimos contraídos porque outros países não pagaram suas cotas em dia. As respostas de outras organizações a situações semelhantes, esclareceu, incluem a concessão de incentivos aos países que pagam pontualmente, a cobrança de juros sobre os pagamentos atrasados e a perda do direito de voto. Prosseguindo, destacou que a constituição de um Comitê de Exame de Auditoria fora uma boa iniciativa e que, não obstante a boa qualidade dos demonstrativos financeiros, havia necessidade de mais informações, oriundas, por exemplo, de uma auditoria da gestão dos fundos e de uma avaliação da relação entre os resultados e os recursos dos programas. Assinalou, finalmente, que o Governo do Canadá vinha sofrendo grande pressão para justificar contribuições a organizações internacionais e expressou a esperança de que o Comitê de Exame de Auditoria ajude no desempenho das funções de avaliação.

- 1.4.11 O Diretor de Finanças assinalou que os saldos de fim de ano não indicavam um agravamento da situação. Quanto à arrecadação das cotas pendentes de integralização no corrente ano, esclareceu que a Administração se mantém em estreito contato com os Estados membros e espera até o final de 1994 uma melhoria na situação dessas cotas.

- 1.4.12 O Representante do México apoiou a posição do Canadá em relação aos pagamentos atrasados e reiterou seu apelo para que os países membros cumpram suas obrigações.
- 1.4.13 A Representante Observadora da Jamaica concordou com a posição do Canadá no tocante à responsabilidade que cabe aos Estados membros de pagar suas cotas, mas argumentou que para alguns países é difícil reunir os necessários montantes em divisas. Perguntou se haveria a possibilidade de se efetuar uma contribuição em moeda nacional, utilizável no custeio de despesas operacionais no respectivo escritório nacional do IICA.
- 1.4.14 O Diretor de Finanças esclareceu que a cobrança de cotas é regida por uma resolução segundo a qual os pagamentos de cotas devem ser efetuados em dólares dos Estados Unidos da América e que essa disposição é compulsória até que uma nova resolução disponha o contrário. Observou que há seis ou sete anos fora aberta uma exceção a essa regra, aplicável somente naquela oportunidade para resolver moras de pagamento, mas que o ponto levantado talvez merecesse ser examinado.
- 1.5 Estudo anual dos CATIs (IICA/CE/Doc.267(94))
- 1.5.1 O Diretor de Finanças explicou que, em cumprimento da Resolução N^o 200 do Comitê Executivo, aprovada em sua Décima Terceira Reunião Ordinária realizada em junho de 1993, foram discutidos os termos de referência de um estudo sobre os CATIs com várias firmas consultoras experientes em matéria de determinação de custos operacionais. No momento a Administração está examinando as propostas de estudo apresentadas por essas firmas. A premissa básica do estudo é a de que as percentagens de custos operacionais devem ser fixadas em um nível capaz de assegurar que a execução do projeto não

seja subsidiada pela receita de cotas do IICA e, ao mesmo tempo, permitir ao Instituto manter sua posição competitiva para atrair projetos com financiamento externo. O Diretor de Finanças resumiu a metodologia proposta para a realização do estudo. A firma de auditores externos Arthur Andersen & Co., designada pela JIA para o biênio 1994-95, fora instruída por escrito e aceitara a responsabilidade de proceder a um exame contínuo do estudo e das percentagens resultantes.

- 1.5.2 O Representante do México externou sua preocupação com o montante que o Instituto cobra a título de CATIs e solicitou que se estude uma proposta de critério diferenciado para países como o seu, de acordo com a origem dos recursos (verba do Governo ou recursos provenientes de outra fonte financeira).
- 1.5.3 Sobre o assunto, o Diretor de Finanças informou que o Instituto mantivera contato com diversas firmas de consultoria, para um estudo sobre a aplicação de taxas de CATIs mais aceitáveis.
- 1.5.4 O Diretor-Geral observou que se acha em andamento um estudo sobre os países que geram maior receita a título de CATIs, com vistas a encontrar alternativas mais úteis. No que se refere a cotas, entende que se podem estudar alternativas de pagamento, porém em dólares dos Estados Unidos da América.
- 1.5.5 O Representante do Chile comentou que, em outros organismos, ao Diretor-Geral é facultado negociar com maior flexibilidade a percentagem dos CATIs. O Diretor-Geral esclareceu que uma resolução anterior sobre a matéria o impede de chegar a um entendimento dessa natureza em relação a índice inferior a 8%.

1.6 Uso das Receitas Diversas (IICA/CE/Doc.266(94))

1.6.1 O Diretor de Finanças declarou que, em cumprimento da Resolução N^o 230 da Junta Interamericana de Agricultura, adotada na sua Sétima Reunião Ordinária em setembro de 1993, todas as receitas diversas geradas pelo uso dos recursos de cotas e dos CATIs para os anos fiscais de 1994 e 1995 foram estimadas e destinadas ao financiamento do Orçamento-Programa de 1994-1995. Acrescentou que o Regulamento Financeiro do Instituto havia sido emendado de modo a refletir esse mandato e, por conseguinte, a resolução fora plenamente cumprida. Com base em uma revisão da atividade do ano anterior no tocante às receitas oriundas da venda de ativos fixos e aos montantes dos juros recebidos sobre investimentos do Instituto, julgara-se razoável uma estimativa das receitas diversas no equivalente a cerca de 1% do orçamento anual de cotas. Do montante estimado para 1994, de US\$267.000, US\$212.000 foram orçados para financiar Projetos Interprogramas e US\$55.000 para financiar Despesas de Direção. O montante que se havia estimado receber em 1995 foi de \$275.000, dos quais US\$55.000 haviam sido acrescentados ao orçamento dos Projetos Interprogramas e US\$220.000 orçados para financiar Despesas de Direção.

1.6.2 Não houve comentários a respeito desse ponto.

1.7 Relatório da Comissão de Credenciais

1.7.1 O Secretário Técnico comunicou que se disporia do relatório à tarde.

1.8 Levantou-se a sessão às 12h00.

EXPOSIÇÃO SOBRE "A COMPETITIVIDADE DAS NAÇÕES"

O Presidente apresentou o Dr. Eduardo Doryan, Ministro da Educação Pública da Costa Rica, que discorreria sobre "A competitividade das nações". O Diretor-Geral realçou alguns aspectos da carreira do Dr. Doryan, que fez uma exposição muito interessante sobre o tema.

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

2. A segunda sessão plenária teve início às 14h45 do dia 12 de setembro de 1994, sob a presidência do Representante de Belize.

2.1 Relatório da Comissão de Credenciais

O Presidente deu a palavra ao Representante de St. Kitts e Nevis, Presidente da Comissão de Credenciais, que observou haverem sido verificadas as credenciais das delegações, as quais foram encontradas em boa e devida forma.

2.2 Plano de Médio Prazo 1994-1998 (IICA/CE/Doc.269-94)) e Ajuste no Orçamento-Programa 1994-1995 (IICA/CE/Doc.270(94))

2.2.1 O Presidente deu a palavra ao Diretor-Geral, que solicitou aos Representantes a apresentação de seus pontos de vista sobre a proposta do PMP, os quais serão analisados e incorporados pela equipe técnica que teve a seu cargo a elaboração do Plano.

2.2.2 O Representante do Canadá felicitou o Diretor-Geral pelo processo que havia levado à elaboração do PMP proposto, o qual representa melhoramento

substancial em relação a minutas anteriores do documento, pois não só reflete com clareza a minuciosa consulta realizada no curso de sua elaboração, como faz uma análise séria da situação nos países da ALC e da direção que estão tomando suas economias no sentido de uma reestruturação, por vezes drástica e difícil. Expressou a seguir a satisfação da delegação do Canadá pela aceitação de vários pontos que haviam sido objeto de recomendações por parte desse país. Enfatizou aspectos tais como comércio internacional, normas internacionais fito e zoossanitárias, manejo de pragas e doenças e informação agrícola, social e econômica, bem como medidas para ajudar os agricultores deslocados e os pobres da zona rural a se integrem no conjunto da economia.

2.2.3 Prosseguindo, assinalou que aprova a filosofia do Plano, apoiada também pela CEPALC e coerente com as diretrizes da X Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura, segundo a qual uma abordagem integrada do desenvolvimento deve basear-se na sustentabilidade, equidade e competitividade. Manifestou igualmente a sua satisfação com relação à abordagem hemisférica, pela qual o Canadá e os Estados Unidos se transformarão em sócios em igualdade de condições, tendo dito ainda que o Governo canadense havia estabelecido rigorosas restrições orçamentárias nos últimos três anos e que novas reduções eram esperadas.

2.2.4 No que respeita aos interesses e objetivos do Canadá, com vistas à construção de um setor agropecuário viável nos países membros, assinalou os seguintes:

- Modernização da agricultura e desenvolvimento rural na região.

- Eqüidade e disponibilidade de alimentos na ALC.
- Maior desenvolvimento técnico do setor agrícola e dos empresários agrícolas.
- Conservação dos recursos naturais e ambientais.
- Firme administração do IICA e maior representação dos canadenses dentro do Instituto.

2.2.5 Acrescentou que, para alcançar esses objetivos, estão prontos a trabalhar com o IICA na qualidade de sócios, no sentido de:

- Proporcionar informações relevantes para trabalhar com a indústria no treinamento voltado para os mercados.
- Preparar um quadro de referência para o intercâmbio de informações sobre mercados.
- Facilitar o intercâmbio entre os cientistas.
- Participar de seminários e conferências.
- Racionalizar as medidas sanitárias e fitossanitárias para proteger a produção agrícola e facilitar o comércio.
- Permutar informações sobre o desenvolvimento de indicadores agroambientais.
- Permutar informações sobre políticas agroalimentares.

2.2.6 O Representante do Canadá observou a seguir que o PMP define um rumo e as diretrizes gerais, porém não contém especificações no tocante a prioridades

de política, metas e indicadores mensuráveis de resultados, razão por que seu país aguardará os relatórios do Diretor-Geral à próxima reunião do Comitê Executivo para inteirar-se do progresso alcançado no processo de implementação desse Plano. Assinalou ainda que, relativamente às áreas de concentração propostas, conviria mais descrevê-las como "prioridades para a agricultura sustentável e o desenvolvimento rural" e manter as três primeiras áreas de concentração, suprimindo-se a quarta, já que os temas da sustentabilidade e do desenvolvimento rural estariam incluídos naquelas áreas. Sugeriu, com vistas à segurança de que os interesses da sustentabilidade e do desenvolvimento rural estariam efetivamente representados, a possibilidade de nomear-se um assessor do Diretor-Geral para que velasse pela inclusão de tais interesses em todos os programas e atividades do IICA. Concluiu sua intervenção resumindo que a seu país interessaria conhecer as prioridades que acompanham os programas propostos e ter uma visão mais clara do processo entre a concepção e a implementação dos mesmos, bem como modificar a lista das áreas de concentração. Feitos esses esclarecimentos, externou a satisfação com que seu país se associava aos demais países membros na aprovação do Plano.

- 2.2.7 O Representante do Brasil manifestou sua satisfação com o trabalho apresentado, pois conceitos como descentralização, regionalização, flexibilidade, competitividade e equidade haviam sido incorporados no PMP. Por outro lado, observou a importância de que se reveste para o Governo Brasileiro a colaboração com o IICA e agora com o CATIE (Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino). Disse que partilha a preocupação já externada no foro do Comitê Executivo em relação aos novos desafios regionais e sub-regionais. O Governo Brasileiro, informou, deseja estreitar, de modo

particular, os vínculos de cooperação com os países caribenhos e da América Central.

2.2.8 Prosseguindo, ressaltou, dentro das áreas de concentração, a importância da ciência e da tecnologia, cujo impacto sobre os sistemas produtivos as faz merecedoras de atenção prioritária, já que o IICA deve converter-se em um catalisador de avanços científicos e tecnológicos entre os países da região. Após declarar-se de modo geral satisfeito com o PMP, fez os seguintes comentários a seu respeito:

- O planejamento estratégico do IICA deveria estar a cargo de uma equipe de especialistas incumbida do assessoramento permanente da JIA e do Comitê Executivo. O COARDI poderia ser o núcleo dessa equipe de especialistas.
- Com relação à estrutura organizacional proposta no PMP, entende que deve haver um alto grau de flexibilidade e interação no nível decisório. A área de planejamento estratégico deveria estar ligada ao Diretor-Geral, razão por que conviria repensar seu nível hierárquico.
- Seria preciso rediscutir também a redução do número de direções formais, a fim de tornar mais ágil a administração do Instituto.
- Pelo fato de não se dispor de um orçamento realista para as mudanças propostas, uma avaliação cuidadosa dos seus custos se faz necessária.

Finalmente, sugeriu que o IICA coordene na região o tema dos recursos genéticos, podendo-se considerar para tanto a possibilidade da criação de um centro de excelência em matéria de recursos genéticos.

- 2.2.9 O Representante do México expressou sua satisfação com o documento apresentado. Elementos tais como descentralização, flexibilidade das ações, intensificação dos vínculos dos setores público e privado, desenvolvimento de alianças estratégicas e reconhecimento das particularidades dos Estados membros são alguns dos traços do PMP proposto com os quais concorda o Governo do México. Acrescentou que as áreas de concentração respondem às prioridades nacionais e que os serviços especializados de capacitação, educação e comunicação, bem como os de documentação e informática, são elementos essenciais que potencializam o desenvolvimento dos recursos humanos e os processos de validação e transferência de tecnologia.
- 2.2.10 Sobre a proposta de concertação de alianças estratégicas nacionais e internacionais, indicou que a cooperação internacional dinâmica deve ser coordenada pelos Estados membros em seus próprios territórios e destacou a grata experiência do México com o IICA, embora assinalasse que o papel deste último deveria revestir maior dimensão. Acrescentou que o México havia propiciado a formação dos Conselhos Técnicos Consultivos de Sanidade Animal e de Fitossanidade que estavam sendo propostos no PMP. No que respeita às áreas de concentração atinentes à sanidade agropecuária, a Delegação mexicana propunha a inclusão, na página 35, Seção I, de um item sobre manejo de um sistema de consulta internacional em matéria de normas, metodologia, padrões e informações referentes à sanidade agropecuária, e na Seção B, 2, c, da mesma página

35, o acréscimo de um parágrafo sobre "o desenvolvimento de programas de controle e erradicação de pragas dos animais" e de outro mostrando a importância do "desenvolvimento de programas de detecção e controle de resíduos químicos, hormonais e antibióticos em produtos de origem animal", tema que, nos próximos anos, revestirá grande importância no comércio pecuário internacional. Quanto ao controle de pragas e doenças, o Representante do México sugeriu a inclusão de um parágrafo sobre "cooperação entre os serviços de quarentena e emergência agropecuária no Hemisfério em matéria de capacitação e treinamento, consulta e informação, ação fitozoossanitária de exclusão de pragas, verificação de origem". Sugeriu ainda que, no parágrafo 1 da mesma página 35, a expressão "diagnóstico de riscos" fosse substituída por "análise de riscos".

- 2.2.11 Além disso, referindo-se à página 34, observou que a USDA-APHIS aparece ao lado de organizações de caráter internacional ou regional, quando na verdade se trata de uma entidade nacional, motivo por que deveria ser separada das primeiras e a estas incorporadas a Organização Internacional de Epizootias (OIE), a NAPPO e a Comissão Tripartite de Saúde Animal, integrada pelos Estados Unidos, Canadá e México.
- 2.2.12 Lembrou também a necessidade de esclarecer a expressão "Agência de Cooperação Técnica" já que, a seu ver, o correto seria usar o termo "Representação", opinião que se fundamenta nos acordos básicos subscritos pelo IICA e pelos governos. O próprio PMP usa a expressão "Representante", na página 50. Além disso, considerou adequada a autonomia que é outorgada aos Centros Regionais, o que facilita ao IICA prestar cooperação técnica aos países. Chamou em seguida a atenção para a necessidade de contar com uma descentralização dos

serviços do CEPPI e, finalizando, referiu-se à importância de apoiar a redução do pessoal profissional internacional, substituindo-o por pessoal profissional local.

2.2.13 O Representante do Equador cumprimentou o Diretor-Geral e seus auxiliares pelo documento produzido, expressou sua concordância com o Representante do México em relação ao tema da sanidade agropecuária e passou a tecer alguns comentários específicos.

- Referindo-se à alínea c da página 33, relativamente a ciência e tecnologia, sugeriu a utilização dos termos "organizar" ou "fortalecer", já que não se trata da criação de um sistema novo.
- Com relação à alínea d, observou que o IICA já formulara essas propostas nos anos 60, ao apoiar a criação e funcionamento de um grupo de sociedades científicas latino-americanas, e que no caso presente a atividade do IICA deveria consistir em "fortalecer e apoiar", em lugar de promover a formação de sociedades científico-tecnológicas agropecuárias.
- Referindo-se à alínea f, assinalou que o IICA não irá desenvolver sistemas de informação sobre inovação tecnológica, uma vez que a Instituição não se dedica nem à pesquisa nem à transferência de tecnologia. Lembrou, entretanto, a possibilidade de o Instituto promover a experimentação e o uso de sistemas agrícolas, pecuários e florestais, tanto existentes como novos, dizendo ainda que o mesmo comentário poderia ser feito a propósito das alíneas h e i.

- Apontou a seguir a importância de uma definição mais clara do termo "sustentabilidade" em suas diferentes dimensões: biológica, ecológica, econômica e social. Acrescentou que, dada a inexistência de metodologias para a aferição da sustentabilidade, o IICA poderia desenvolver metodologias nesse sentido.
- Referindo-se à alínea g da página 47, sugeriu o uso da palavra "educação", em vez de "capacitação", por ter a primeira caráter mais global. Nesse sentido, declarou ser importante que o IICA reassuma a liderança no campo da educação agrícola superior.
- Mencionou em seguida a necessidade do esclarecimento, na página 34, da expressão "reconversão", tendo sugerido a possibilidade de transferi-la para o tema de políticas.
- Referiu-se finalmente à importância de se criarem mecanismos de apoio aos sistemas de pequenos e médios produtores.

2.2.14 O Representante do Chile também dirigiu cumprimentos ao Diretor-Geral e ao pessoal técnico do IICA. Após assinalar que o processo de preparação do documento do PMP se caracterizara por uma intensa participação, expressou o seu apreço pelo fato de ter sido possível, no contexto do G-33, participar e formular observações. Externou a seguir a sua satisfação por ter sido acolhida a iniciativa chilena no sentido da inclusão do desenvolvimento rural como área de concentração.

2.2.15 Continuando, manifestou que existem três elementos essenciais à implementação do PMP: os Centros Regionais, as Áreas de Concentração e a Direção do Pensamento Estratégico. Os dois primeiros constituem um rumo que o IICA há bastante tempo vinha

procurando, enquanto o terceiro representa um desafio. Relembrando as idéias expressas pelo Ministro da Educação da Costa Rica, ressaltou que o êxito passa pelo desenvolvimento conceptual e estratégico. Já o sucesso dessas unidades de ação dependerá da seleção dos recursos humanos pela Instituição. Manifestou então ao Diretor-Geral o apoio do Chile à busca de excelência para os cargos de confiança. Finalmente, destacou a importância de que seja usada a capacidade instalada nos países e fortalecida a cooperação horizontal entre os mesmos.

- 2.2.16 O Representante de St. Kitts e Nevis referiu-se à importância de esclarecer o modo pelo qual se poderá tratar com as nações pequenas, particularmente as do Caribe. Mencionou a necessidade de que sejam incorporados elementos concernentes ao pequeno produtor e à mulher rural. Além disso, comentou que teria sido mais fácil para os Representantes compreender alguns aspectos da reorganização institucional se tivesse sido preparado um organograma que os refletisse.
- 2.2.17 O Representante do Haiti manifestou seu apoio às intervenções dos Representantes que se haviam pronunciado sobre o conteúdo do Plano de Médio Prazo 1994-1998 e o excelente trabalho realizado pelo Diretor-Geral e sua equipe. Esclareceu que o Haiti dará uma aprovação global ao PMP, bem como destacará alguns pontos que lhe parecem importantes e estão melhor detalhados em dois documentos cujo encaminhamento será feito à Secretaria Técnica. Disse a seguir que o conceito da cooperação técnica regional é indispensável a seu país, devido sobretudo aos problemas estruturais e à crise econômica que o afeta desde o golpe de Estado de 1991. O Governo haitiano havia identificado, no eixo da política agrícola, os seguintes temas

prioritários: segurança em relação à terra, no quadro dos aspectos jurídicos; segurança alimentar, tanto na zona rural quanto na urbana, mediante um aumento constante da renda das pessoas, e incremento das exportações de produtos tradicionais e não tradicionais, através de uma adequada promoção da produção agropecuária e da criação dos mecanismos de apoio necessários à consecução desse objetivo. Prosseguindo, afirmou ser necessário, simultaneamente, dispensar a devida atenção às medidas macro e microeconômicas, assim como setoriais, facilitadoras da utilização da mão-de-obra local, à existência de linhas de crédito e à assistência de organismos como o IICA, na implementação das estratégias a curto prazo que formam parte do Plano de Urgência desenvolvido pelo Haiti.

- 2.2.18 O Presidente deu a palavra ao Representante da República Dominicana, que felicitou o Diretor-Geral e a equipe do IICA pelo PMP que lhes estava sendo apresentado. Após considerar que se trata de um documento de trabalho de grande valor para os países da ALC, observou que o IICA deve ter bem clara a sua função de facilitador, promotor ou orientador dos processos de desenvolvimento agropecuário, e não tanto a de participe ativo no mesmo na qualidade de executor de atividades específicas, papel que cabe antes aos países membros. Assinalou como um dos aspectos que o preocupam o fato de o PMP proposto ser um documento ambicioso, que contrasta fortemente com os limitados recursos disponíveis. Ressaltou, por conseguinte, a necessidade de que haja maior coerência com ambas as realidades e de que se aproveite a capacidade existente nos países para desenvolver as ações identificadas em benefício de todos. Além disso, assinalou a existência de certa ambigüidade na identificação do processo de descentralização que está sendo promovido, cumprindo pois esclarecer

essa idéia, a fim de não só estimular a participação de técnicos locais nos organismos de cooperação técnica, como de intensificar a coordenação entre os diferentes países.

- 2.2.19 O Representante da Costa Rica apoiou os comentários do Representante do Canadá a respeito da necessidade de reestruturação do IICA. Observou que, para o Instituto continuar trabalhando de modo adequado nos países, deve preservar a sua imagem de instituição relevante para os mesmos. Prosseguindo, afirmou ser o PMP um documento que, possivelmente pelo fato de ter sido elaborado em consulta com os países, tenta acomodar e satisfazer as diferentes demandas da clientela mediante um plano de trabalho com atividades em demasia, que poderiam diluir os bons resultados obtidos pelo Instituto. É necessário, a seu ver, que se envide um esforço de síntese e priorização que permita obter produtos concretos e valiosos dentro do sistema de descentralização.
- 2.2.20 O Representante de Belize manifestou seu acordo com o conteúdo global do documento e felicitou pelo mesmo o Diretor-Geral. Assinalou que é realmente importante assegurar a participação plena das distintas áreas geográficas na atividade do Instituto, para a consecução das metas definidas. No seu entender, o tema da pobreza rural e urbana, que não é novo na ação do Instituto, exige uma apresentação clara, com estratégias adequadas. Nesse contexto, considerou que existem poucas propostas sobre educação em zonas agrícolas e que se faz mister um esforço maior nessa área para a consecução da meta de desenvolvimento agrícola traçada.
- 2.2.21 O Representante Observador da Venezuela salientou que o PMP coincide globalmente com o conjunto de políticas agrícolas que o Presidente Caldera

aprovou em seu programa quinquenal de trabalho. Continuando, manifestou, em primeiro lugar, que o documento possui grande valor estratégico na área das políticas macroeconômicas e no nível da economia internacional. Endossou os comentários do Representante Observador do México, sobretudo no que respeita à sanidade agropecuária, campo no qual é importante que a formulação de políticas agrícolas esteja intimamente ligada às políticas econômicas implementadas. Em decorrência da assinatura do GATT, esclareceu, vai-se unificar na Venezuela o trato das políticas agrícolas e, em seguida, o das políticas agroindustriais. Em segundo lugar, manifestou suas dúvidas e inquietações acerca dos Centros Regionais e do custo de oportunidade associado à sua criação e impacto no processo de descentralização do Instituto, isto somado à posição em que ficaria a Sede Central e ao modo como se definiriam exatamente os níveis decisórios. Por último, considerou pouco claro o conceito de Áreas de Concentração relativamente à expressão Programas Básicos, bem como o de Agências de Cooperação Técnica vis-à-vis a concepção dos Escritórios do IICA nos países, tendo solicitado maiores esclarecimentos sobre esse ponto.

- 2.2.22 A Representante Observadora da Jamaica opinou que o PMP é conceptualmente sólido e pertinente em relação à conjuntura agrícola atual. A seu ver, é necessário preparar um cronograma de ações, que falta ao documento, com vistas principalmente a esclarecer como se efetivarão os processos de descentralização e de coordenação das diferentes Áreas de Concentração. Como aspectos relevantes para seu país, mencionou os temas relativos a pesquisa, ciência e tecnologia, bem como maquinaria e equipamento, sobretudo pelas condições topográficas e pelo tipo de agricultura prevaletentes na Jamaica. Finalmente, recomendou que se dispense

maior atenção às contradições entre a problemática da pobreza rural e a promoção da agricultura sustentável presentes no documento.

2.2.23 O Presidente deu a palavra ao Representante Observador de Grenada, que formulou seus comentários sobre o PMP na qualidade de Representante Observador de seu país e de presidente da CARICOM. Após indicar seu apoio ao PMP, que considera abrangente e analiticamente sólido, assinalou que o planejamento é um processo, enquanto o teste de um plano se faz na sua aplicação. No que respeita à execução do PMP, o Representante Observador de Grenada mencionou duas questões macroeconômicas importantes que o IICA deve ter presentes: (1) a contínua deterioração da situação do comércio na esfera da agricultura, especialmente a deterioração das relações de troca de vários produtos básicos importantes, inclusive café e cacau; (2) o regime de liberalização comercial em curso, que está dividindo os Estados membros do IICA entre inevitáveis ganhadores e perdedores.

2.2.24 Do lado positivo, mencionou quatro elementos favoráveis para a integração interamericana: (1) a Associação dos Estados do Caribe, que se tornou o quarto maior bloco comercial e econômico do mundo; (2) o Acordo de Comércio CARICOM-Colômbia, que entrará em vigor em 1995; (3) o Acordo de Comércio CARICOM-Venezuela, já vigente; (4) a formação do CARIFORUM. Com relação a este último, expressou seu agradecimento ao Diretor-Geral pelo grande apoio dado à sua criação. Referiu-se a seguir às 21 áreas estratégicas de cooperação apresentadas na página 21 do PMP, destacando cinco que são prioritárias para a região do Caribe: (1) a valorização da produção agropecuária (agroindústria rural); (2) o comércio internacional; (3) a integração regional; (4) o controle de pragas e doenças; (5) o desenvolvimento de recursos humanos.

- 2.2.25 Prosseguindo, concordou com a manifestação da Representante Observadora da Jamaica de apoio a uma estratégia agropecuária especial para o Caribe e destacou os itens das Áreas de Concentração mais importantes para a região caribenha: (1) Comércio Interno e Internacional (Área I); (2) parágrafos **a** e **b** do componente de Ciência e Tecnologia, Área II (pág. 32); (3) parágrafos **a**, **b** e **c** do componente Produção Agropecuária, Área II (pág. 34); (4) parágrafos **a**, **b**, **c** e **d** do componente Controle de Pragas e Doenças, Área III (pág. 35).
- 2.2.26 O Representante Observador de Grenada perguntou finalmente se haveria como reduzir os custos administrativos e técnicos indiretos. Concluiu dizendo que o IICA deve levar imediatamente avante o PMP, quantificar os recursos, identificar suas fontes e executar as atividades para atingir as metas do Plano.
- 2.2.27 O Presidente deu a palavra ao Representante Observador dos Estados Unidos, que inicialmente felicitou o Diretor-Geral e os funcionários do IICA pelo excelente trabalho que havia resultado no PMP, em especial a concentração das atividades do IICA em áreas específicas. No seu entender, tal concentração é necessária para que se faça o melhor uso possível dos limitados recursos do Instituto.
- 2.2.28 A seguir, manifestou o seu forte apoio às três primeiras Áreas de Concentração do PMP, expressando pleno acordo com os objetivos e conteúdos definidos. No tocante à Área I, mencionou a necessidade de se dispensar atenção especial às normas de qualidade para a comercialização; com relação à Área II, sugeriu que se desse mais atenção à preservação genética. Além disso, os Estados Unidos gostariam que se atribuisse ênfase ao desenvolvimento e comercialização de lavouras não tradicionais, tanto com fins de diversificação

agrícola como para preservação do material genético. No que respeita à Área III, declarou a sua concordância quanto à grande importância de que a mesma se reveste, tanto para os produtores como para os países.

- 2.2.29 Prosseguindo, assinalou que a última versão do PMP trouxera uma surpresa para os Estados Unidos: a inclusão do Desenvolvimento Rural Sustentável como Quarta Área de Concentração, que não havia figurado na versão do Plano de 6 de abril. Destacou que, durante a reunião do G-33 em maio, os Estados Unidos haviam insistido em que o desenvolvimento rural sustentável era o elemento essencial de todos os programas e projetos do IICA, bem como o objetivo subjacente de todas as atividades do Instituto nas três principais Áreas de Concentração. Daí sua séria preocupação com o tratamento desse tema como área de concentração separada, já que poderia diluir outros esforços ou competir com outras esferas de ação. Assinalou finalmente que a Quarta Área de Concentração proposta, Desenvolvimento Rural Sustentável, receberia US\$ 2,7 milhões no orçamento de 1995.
- 2.2.30 O Representante Observador dos Estados Unidos ressaltou que seu país apóia firmemente os esforços do IICA para ajudar os pequenos agricultores. O Instituto, entretanto, não conta com recursos financeiros e humanos para adotar medidas mais amplas de desenvolvimento rural de maneira independente, razão por que deve contar com atividades coordenadas com outras instituições multilaterais de financiamento. Assinalou que o expressado na página 5 do Sumário Executivo do PMP sobre esse programa excede os objetivos do IICA neste campo.
- 2.2.31 Com relação aos ajustes orçamentários para a implementação do PMP, o Representante Observador dos Estados Unidos expressou apoio a um aumento dos

recursos para os programas. Ao mesmo tempo, assinalou que o relatório dos auditores externos relativo a 1993 indicava que haviam ocorrido desvios do orçamento e enfatizou a necessidade de se prestar mais atenção à "execução orçamentária", principalmente no tocante aos custos administrativos e de pessoal. Finalizando, concordou com a sugestão do Canadá no sentido de limitar a três as Áreas de Concentração e de manter o desenvolvimento rural sustentável como meta fundamental de todas as atividades do IICA. Sugeriu ainda que algumas das atividades propostas para a Área IV poderiam ser incluídas na Área I e no Serviço de Capacitação, Educação e Comunicação.

2.2.32 O Presidente deu a palavra ao Representante Observador de Honduras, que destacou a participação ativa que tivera na elaboração do Plano de Médio Prazo, primeiro como membro do G-6 e depois do G-33, e em seguida formulou duas sugestões para facilitar a implementação institucional desse Plano: (1) a designação de uma comissão de redação competente, para incorporar na versão final do PMP as correções sugeridas pelo Comitê Executivo; (2) a designação de uma comissão de acompanhamento do PMP, para atender às preocupações dos representantes quanto à efetiva implementação do PMP nos meses e anos vindouros. Essa comissão apresentaria relatórios de andamento ao Comitê Executivo com certa regularidade, e as modificações porventura necessárias poderiam ser aprovadas na próxima reunião da JIA.

2.2.33 O Presidente deu a palavra ao Representante Observador da Argentina, que se referiu às orientações estratégicas do PMP e expressou seu apoio a uma forte ênfase no aumento da produção dos pequenos agricultores da América Latina. Também expressou seu apoio, tal como o estavam fazendo vários outros países, à inclusão da Quarta Área de Concen-

tração (Desenvolvimento Rural Sustentável). Destacou a importância de que as atividades do IICA ajudem os países membros a resolver o problema da pobreza rural.

2.2.34 A seguir, o Representante Observador da Argentina ressaltou a importância da Área de Sanidade Animal para a competição nos mercados externos. Ao mesmo tempo, entretanto, enfatizou que nessa área, como em todas as atividades do IICA, cumpre atender às necessidades dos produtores de baixa renda. Continuando, expressou que a Argentina estava de acordo com as observações do Representante do México sobre o papel do CEPPI e também com os comentários do Representante do Brasil acerca do planejamento estratégico. Ao concluir, prometeu que seu país dará total apoio ao PMP e a seu processo de descentralização mediante o pagamento oportuno de suas cotas e o apoio a projetos regionais e nacionais.

2.2.35 Concedida a palavra ao Representante Observador de Trinidad e Tobago, este declarou que apoiava plenamente os objetivos específicos do PMP, o qual, a seu ver, deve estender-se por um período mais longo, cerca de 15 anos, com metas de curto, médio e longo prazo. Concordou com a opinião de seu colega de Grenada no sentido de que o IICA deve priorizar suas atividades para ser eficaz e sugeriu a atribuição de atenção prioritária ao fortalecimento institucional como meio de potencializar os recursos humanos e institucionais. Prosseguindo, argumentou que um forte apoio aos projetos orientados para a juventude rural e a participação da mulher na agricultura teria grande impacto em termos de redução da pobreza rural. Concluiu afirmando que, para o sucesso da implementação do PMP, o IICA deve alinhar as expectativas em relação ao mesmo com metas realistas e concentrar-se

nos objetivos que tenham impacto imediato nos países membros.

- 2.2.36 O Presidente deu a palavra à Representante Observadora do Panamá, que assinalou ser o PMP mais que um plano de médio prazo, dado que as novas estratégias nele consignadas estabelecerão a estrutura e as prioridades do IICA a longo prazo. Declarou sua concordância com tais mudanças e expressou seu apoio às quatro Áreas de Concentração propostas. Em particular, o Panamá apóia os esforços de descentralização e o estabelecimento dos centros regionais, que tornarão o IICA mais flexível para atender às demandas que lhe são feitas. A esse respeito, solicitou que se esclarecesse a estruturação dos novos escritórios nos países e se indicasse como sua reorganização afetaria as atividades por eles desenvolvidas. Também solicitou que se esclarecesse como o IICA planeja conseguir a integração de suas atividades nas quatro Áreas de Concentração.
- 2.2.37 O Presidente deu a palavra ao Representante da República Dominicana, que tocou em dois pontos. Primeiro, disse que a República Dominicana não estava de acordo com a sugestão do Representante Observador de Honduras de se criar uma comissão de acompanhamento do PMP. A seu ver, a responsabilidade pelo êxito da implementação do PMP cabe ao Diretor-Geral do IICA. Segundo, propôs a designação de uma comissão temporária, com representantes dos Estados Unidos, Canadá, Honduras, Argentina e Chile, para discutir e resolver as divergências surgidas em relação às quatro áreas de concentração recomendadas, e pediu que os representantes formulassem comentários sobre essa sugestão.

- 2.2.38 O Representante do Chile declarou que discordava da sugestão da República Dominicana, por não lhe parecer apropriado reabrir a discussão de um tema que havia sido exaustivamente analisado durante a reunião do G-33. Argumentou que praticamente havia consenso no Comitê Executivo em torno da aprovação do PMP proposto e advertiu que prosseguir no debate do assunto poderia resultar no consumo excessivo de tempo.
- 2.2.39 O Representante Observador da Argentina, ao expressar apoio à opinião do Representante do Chile, disse que os 12 membros do Comitê Executivo haviam chegado a um consenso favorável ao PMP. Assinalou que o IICA não pode ignorar as importantes questões do desenvolvimento agrário e da pobreza rural que são o foco da Área de Concentração IV e ponderou que a atenção dispensada a essas questões não representaria um desvio indevido dos recursos.
- 2.2.40 Concedida a palavra ao Representante do Canadá, este reiterou sua posição no sentido de que a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento rural é questão fundamental para o IICA, devendo fazer parte de todas as suas atividades. Portanto, entendia que talvez não fosse necessário manter a Quarta Área de Concentração (Desenvolvimento Rural Sustentável). O Canadá estaria disposto a participar de uma comissão incumbida de examinar as alterações propostas no PMP, talvez apenas de redação, que fossem aceitáveis para todas as partes.
- 2.2.41 O Representante do México expressou apoio às opiniões do Chile e da Argentina acerca da Área de Concentração IV. Também apoiou a posição do Representante da República Dominicana contra a formação de uma comissão de acompanhamento do PMP, expressando confiança na capacidade do Diretor-Geral de cumprir essa responsabilidade.

- 2.2.42 Após verificar que nenhum representante desejava tecer mais comentários sobre o PMP, o Presidente deu a palavra ao Diretor-Geral. Este expressou seu agradecimento aos presentes pelas opiniões e sugestões construtivas que haviam formulado, assim como sua satisfação com o debate. A seguir assegurou que os comentários de todos haviam sido ouvidos com atenção e anotados, tendo prometido que um resumo das atas das sessões daquele dia estaria pronto às 10 horas da manhã do dia seguinte, para ser examinado e aprovado pelo Comitê Executivo.
- 2.3 Leitura dos Projetos de Resolução da Primeira Sessão Plenária
- 2.3.1 O Relator apresentou o Projeto de Resolução "Relatório Anual 1993", que foi aprovado sem modificações.
- 2.3.2 O Relator apresentou o Projeto de Resolução "Demonstrativos Financeiros do Instituto em 1993", que foi submetido ao plenário.
- 2.3.3 O Representante do Chile manifestou sua concordância com o texto dos três primeiros parágrafos resolutivos, mas não com o do quarto, que a seu ver contraria o terceiro parágrafo e constitui um convite ao não-pagamento das cotas, tendo proposto a sua eliminação.
- 2.3.4 O Diretor-Geral observou que o quarto parágrafo resolutivo corresponde quase textualmente ao proposto em 1987, no sentido de permitir ao Diretor-Geral entabular negociações para o pagamento de cotas atrasadas.
- 2.3.5 A Representante Observadora da Jamaica destacou que é obrigação dos países pagar suas cotas e que a intenção desse quarto parágrafo é estabelecer uma forma de negociação dos pagamentos atrasados.

Disse ainda que os re-cursos provenientes desses pagamentos são essenciais para a operacionalização do Plano de Médio Prazo.

- 2.3.6 O Representante do Equador lembrou que o Comitê Executivo conta com regulamentos e estatutos e que o quarto parágrafo resolutivo era de certa forma contraditório, devendo, por conseguinte, ser eliminado.
- 2.3.7 O Diretor-Geral indicou que o atraso no pagamento das cotas tem sido uma preocupação constante e que a intenção era encontrar alternativas para se chegar a um acordo de pagamento.
- 2.3.8 O Representante do Canadá disse entender a posição do Chile, mas observou que a mora no pagamento de parte de alguns países justificava a existência de mecanismos de recuperação. Além disso, indagou dos motivos pelos quais o estudo resultante e as respectivas recomendações devem ser apresentados à Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e não ao Comitê.
- 2.3.9 Em resposta, o Diretor-Geral observou que os regulamentos são muito rígidos e que somente a JIA tem faculdade para aprovar esses ajustes.
- 2.3.10 O Representante Observador de Honduras propôs que o projeto de resolução fosse aprovado até o seu terceiro parágrafo resolutivo, com a eliminação do quarto parágrafo.
- 2.3.11 O Diretor-Geral propôs que se refletisse profundamente sobre o que o atraso na integralização das cotas significa para a Instituição, tendo ainda manifestado a necessidade de tornar mais flexíveis os regulamentos do IICA.

- 2.3.12 O Representante do Equador sugeriu que a Direção-Geral analisasse cada caso individualmente, visando a encontrar alternativas, porém observou que não considerava pertinente manter o quarto parágrafo resolutivo.
- 2.3.13 O Diretor-Geral propôs a eliminação do quarto parágrafo resolutivo, com o que se deu por aprovado o projeto de resolução em discussão.
- 2.4 O Relator apresentou os Projetos de Resolução "Uso das Receitas Diversas", "Estudo dos CATIs", "Cumprimento das Resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo" e "Cumprimento das Resoluções da Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura", que foram aprovados sem modificações.
- 2.5 A segunda sessão plenária foi levantada às 18h50.

TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA

3. A terceira sessão plenária, presidida pelo Representante de Belize, teve início às 8h25 do dia 13 de setembro de 1994.
- 3.1 Eleição dos Membros do Comitê de Exame de Auditoria (IICA/CE/Doc.268(94))
- 3.1.1 O Presidente anunciou o início imediato dessa eleição e a seguir convidou o Assessor Jurídico a fazer uso da palavra.
- 3.1.2 O Assessor Jurídico explicou o procedimento, aprovado na Sessão Preparatória, para a eleição dos membros do Comitê de Exame de Auditoria (CEA). Esclareceu que no primeiro escrutínio seria eleito

um cidadão de um dos seis países que mais contribuem financeiramente para o IICA. Em seguida, anunciou o nome dos candidatos da Argentina, do Brasil e dos Estados Unidos que disputariam essa vaga.

- 3.1.3 O Representante do Brasil solicitou a retirada do candidato apresentado por seu Governo.
- 3.1.4 O Assessor Jurídico informou que concorreriam então apenas dois candidatos ao preenchimento da vaga objeto do primeiro escrutínio: o Dr. Oscar Gherzi, da Argentina, e o Sr. John C. Payne, dos Estados Unidos. Os Representantes do Chile e de St. Kitts e Nevis concordaram em atuar como escrutinadores.
- 3.1.5 O Presidente anunciou que o Sr. Payne, dos Estados Unidos, havia sido eleito por nove votos; dois votos foram dados ao Dr. Gherzi.
- 3.1.6 A Representante Observadora dos Estados Unidos agradeceu aos delegados o apoio dado ao candidato de seu país. Prosseguindo, assinalou que numa hora de austeridade crescente é importante que as instituições internacionais façam o uso mais eficiente possível de seus recursos.
- 3.1.7 Procedeu-se a seguir à eleição para o preenchimento da segunda vaga do Comitê de Exame de Auditoria, de uma lista de candidatos propostos pelos outros Estados membros. O Assessor Jurídico anunciou que Barbados, El Salvador, Guiana, Jamaica e Santa Lúcia haviam indicado candidatos para essa vaga.
- 3.1.8 O Representante do Equador perguntou se tal indicação significava que o candidato da Argentina, Dr. Gherzi, estaria excluído.

- 3.1.9 O Assessor Jurídico esclareceu que o Dr. Gherzi seria considerado na eleição para o preenchimento da terceira vaga no CEA. Repetiu que todos os Estados membros estavam aptos a designar candidatos ao preenchimento dessa terceira vaga.
- 3.1.10 Não havendo nenhum dos candidatos à segunda vaga obtido a maioria exigida de sete votos no primeiro escrutínio, procedeu-se a uma segunda votação, para a qual concorreram os dois candidatos que se haviam classificado em primeiro e segundo lugar no primeiro escrutínio, ou seja, Adrian Patrick Strachan, da Jamaica, e Ashni Kumar Singh, da Guiana. No segundo escrutínio foi eleito o Sr. Strachan, da Jamaica, que recebeu sete votos, contra quatro dados ao outro candidato.
- 3.1.11 A Representante Observadora da Jamaica agradeceu aos delegados a confiança depositada em seu candidato.
- 3.1.12 O Comitê procedeu à eleição para o preenchimento da terceira vaga do CEA, para a qual a Argentina, Barbados, El Salvador, Guiana e Santa Lúcia apresentaram candidatos.
- 3.1.13 O Presidente anunciou que o candidato da Argentina, Dr. Oscar Gherzi, havia sido eleito pela maioria de nove votos e que os candidatos de Barbados, Sr. David Griffith, e da Guiana, Sr. Ashni Kumar Singh, receberam um voto cada um.
- 3.1.14 O Representante Observador da Argentina agradeceu aos delegados o apoio ao seu candidato, que dedicará seus melhores esforços à meta de maximizar o uso dos recursos.
- 3.1.15 De conformidade com o procedimento adotado, o Presidente fez o sorteio para determinar os mandatos dos membros do CEA que acabavam de ser eleitos.

O mandato do Dr. Oscar Gherzi, da Argentina, expirará em 31 de dezembro de 1999; o do Sr. Adrian Patrick Strachan, da Jamaica, expirará em 31 de dezembro de 1997; e o do Sr. John C. Payne, dos Estados Unidos, expirará em 31 de dezembro de 1995.

3.2 Mecanismos para a Revisão de Projetos (IICA/CE/-Doc.273(94))

3.2.1 O Presidente convidou o Subdiretor-Geral para fazer a apresentação do tema "Mecanismos para a revisão de projetos".

3.2.2 O Subdiretor-Geral afirmou que, embora os projetos continuem a ser a unidade básica da cooperação técnica, uma série de medidas corretivas será adotada, com especial ênfase na etapa de identificação de projetos. Acrescentou que o trabalho de equipe constituirá a parte mais importante da etapa de formulação de projetos, envolvendo especialistas do Instituto e de outras organizações. Assinalou que o acompanhamento da execução dos projetos será flexível para adaptar-se às mudanças na situação de cada país e que se dará preferência à qualidade, em relação à quantidade, tendo sempre em mente os objetivos do Plano de Médio Prazo. Explicou que os projetos em escala hemisférica, regional e nacional devem ser vinculados entre si, para que os resultados de um sirvam de insumo para outros, desse modo maximizando o uso dos recursos.

3.2.3 Não foram formulados comentários sobre esse tema.

3.3 Bolsas de Estudo (IICA/CE/Doc.272(94))

3.3.1 O Presidente deu a palavra ao Subdiretor-Geral.

3.3.2 Após afirmar que o programa para 1994 inclui a capacitação no âmbito dos projetos, o Subdiretor-

Geral sublinhou que o Programa de Bolsas de Estudo para Profissionais Jovens de Países do Caribe e o Fundo de Bolsas de Estudo, dada a sua importância, não só serão ampliados e fortalecidos em 1995, como todos os seus elementos se integrarão às atividades levadas a efeito no período de execução do Plano de Médio Prazo. Ressaltou que se trata de uma área extremamente importante para o IICA, uma vez que o desenvolvimento dos recursos humanos é essencial à consecução do desenvolvimento sustentável.

3.3.3 O Representante do Chile falou do desafio que o setor agrícola vinha enfrentando em termos de modernização dos recursos humanos. Disse que em muitos países a escassez de recursos havia afetado principalmente as atividades de treinamento de pessoal e que os custos das viagens podem absorver proporção desmesurada do orçamento destinado à formação de pessoal. Após reconhecer que a limitação de recursos impede o IICA de proporcionar capacitação a todos os países, sugeriu que o Instituto poderia mostrar aos países a importância do aperfeiçoamento dos recursos humanos. A seguir, mencionou a possibilidade de se realizar um concurso para que um número limitado de profissionais recebesse formação através do IICA, bem como de buscar recursos externos para tal fim. Assinalou ainda a importância da participação dos países na seleção dos candidatos, principalmente para o treinamento de nível superior. Concluiu ressaltando que os países devem preocupar-se em formar seu próprio pessoal, para não virem a sofrer sérias limitações no futuro.

3.3.4 O Representante de St. Kitts e Nevis louvou a contribuição do IICA ao treinamento em espanhol do pessoal dos países de língua inglesa do Caribe e assinalou a importância de se contar com um quadro de técnicos aptos a trabalhar com os colegas de

língua espanhola. Declarou-se a seguir de acordo com a criação de bancos de dados para ajudar a consolidar e identificar oportunidades de capacitação. Mencionou finalmente o programa de treinamento a curto prazo que está sendo oferecido através do Programa de Educação Permanente em Tecnologia Agrícola (CEPAT), baseado na Universidade das Índias Ocidentais em Trinidad e Tobago, e sugeriu a criação de um mecanismo para ampliar os benefícios dessa colaboração.

- 3.3.5 O Representante do Equador também declarou o seu apoio à criação de bancos de dados. Afirmou ser importante que os ministérios da Agricultura patrocinem bolsas de estudo no exterior, embora lhe pareça igualmente relevante saber que pessoas são enviadas aos países para neles receberem treinamento.
- 3.3.6 O Subdiretor-Geral agradeceu aos representantes seus comentários e sugestões valiosas, que serão objeto de maior consideração. Assinalou que o Instituto estará revisando constantemente o programa de bolsas de estudo, o qual complementará outras atividades do Plano de Médio Prazo.
- 3.4 Candidaturas ao Título de Pessoal Emérito (IICA/CE/Doc.274(94))
 - 3.4.1 O Presidente deu a palavra ao Diretor de Recursos Humanos, que informou acerca dessas candidaturas, as quais podem ser apresentadas pelos países membros ou pelo Diretor-Geral. Em seguida, referiu-se aos antecedentes dos dois candidatos propostos pelo Diretor-Geral: Dr. Ignacio Ansorena Porta e Eng. Guillermo Guerra Espinal.
 - 3.4.2 Não tendo havido comentários de parte do plenário, as candidaturas foram aceitas.

3.5 Oitava Reunião Ordinária da JIA

3.5.1 O Presidente deu a palavra ao Secretário Técnico. Este referiu-se às palavras do Sr. Mario Carvajal, Ministro da Agricultura e Pecuária da Costa Rica, que em nome de seu Governo e do Presidente José María Figueres havia oferecido Costa Rica como sede da Oitava Reunião Ordinária da JIA.

3.5.2 Aceitou-se o oferecimento do Governo da Costa Rica.

3.6 Temas da XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura

3.6.1 O Secretário Técnico solicitou que os delegados apresentassem sugestões sobre temas de interesse para os países que poderiam ser tratados na XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura (CIMA).

3.6.2 O Representante Observador de Honduras sugeriu os temas "A cooperação técnica e financeira internacional na agricultura" e "O comércio no campo da agricultura". Este último tema recebeu o apoio do Representante Observador do Panamá.

3.6.3 O Representante do Equador propôs o tema "A modernização dos serviços agropecuários".

3.6.4 O Representante Observador dos Estados Unidos indagou se cabia ao Comitê Executivo definir naquele momento o tema da próxima CIMA.

3.6.5 O Diretor-Geral lembrou a necessidade de se dispor de tempo para a preparação dos documentos técnicos, bem como o fato de que haverá um intervalo de apenas três meses entre a próxima reunião do Comitê Executivo e a CIMA, daí a importância de se adiantar esse assunto.

- 3.6.6 O Representante Observador dos Estados Unidos ponderou que provavelmente o tema agrícola fará parte da agenda da próxima Reunião de Cúpula das Américas que se realizará em dezembro de 1994. Por conseguinte, sugeria que se considerasse essa possibilidade na definição do tema da CIMA.
- 3.6.7 O Diretor-Geral comentou que tal sugestão lhe parecia interessante, já que outras reuniões da CIMA haviam abordado mais de um tema. Sugeriu que se considerasse o tema "O recursos humano, sua modernização e reconversão agroempresarial".
- 3.6.8 O Secretário Técnico propôs, como tema geral, "A modernização da agricultura em harmonia com o desenvolvimento sustentável" e que os outros temas sugeridos pelos delegados fossem focalizados como subtemas.
- 3.6.9 O Representante Observador do Panamá comentou que, embora esse tema contemple as propostas apresentadas, a seu ver devem ser tratados assuntos concretos que levem a decisões concretas.
- 3.6.10 A Representante Observadora da Jamaica propôs o seguinte tema central: "A competitividade do setor agrícola na economia do mundo moderno". O Representante do Canadá apoiou essa proposta.
- 3.6.11 O Representante do Equador propôs a inclusão do tema "Aspectos da sanidade agropecuária, novas barreiras sanitárias e comercialização".
- 3.6.12 O Diretor-Geral sugeriu a elaboração de uma síntese das sugestões apresentadas pelos delegados, para ser submetida ao plenário.

- 3.7 Aprovação das Atas da Sessão Preparatória, da Sessão de Abertura e da Primeira Sessão Plenária**
- 3.7.1** O Presidente informou que as atas correspondentes à Sessão Preparatória, à Sessão de Abertura e à Primeira Sessão Plenária haviam sido distribuídas e solicitou comentários.
- 3.7.2** A Representante Observadora do Panamá indicou que tinha uma observação a fazer sobre o trecho da ata verbal que menciona a participação de seu país.
- 3.7.3** O Secretário Técnico solicitou que a Representante Observadora do Panamá encaminhasse suas observações à Secretaria.
- 3.8 Coordenação das Atividades FAO-IICA (IICA/CE/Doc.-271(94))**
- 3.8.1** O Subdiretor-Geral do IICA e o Representante da FAO, Sr. Tomás López, fizeram breve exposição sobre a origem do novo acordo celebrado entre o IICA e a FAO, cujo fundamento se encontra em mandatos atribuídos aos Diretores-Gerais das duas instituições. A consequência fora a assinatura de um Plano Básico para o período de julho de 1994 a dezembro de 1995.
- 3.8.2** O Presidente deu a palavra ao Representante Observador de Honduras, que manifestou satisfação com os esforços envidados pelas duas instituições no sentido de coordenarem suas atividades, opinião compartilhada pelos representantes do Canadá, México, St. Kitts e Nevis e Equador, bem como pelos representantes observadores do Panamá e da Jamaica.
- 3.8.3** O Representante Observador dos Estados Unidos declarou seu pleno apoio a essa iniciativa, bem como ao cronograma proposto pela FAO e pelo IICA no

Documento de Trabalho 271 para o início do planejamento de atividades conjuntas, especialmente nas áreas de saúde animal e proteção vegetal no Hemisfério. Apoiou o estabelecimento de uma relação estreita de trabalho regional com a FAO nos países membros do IICA na preservação da diversidade genética, principalmente no que respeita ao manejo de recursos genéticos de origem animal. Finalmente, felicitou o Diretor-Geral pelos esforços realizados a curto prazo.

- 3.8.4 O Representante do México sugeriu que se ampliasse a coordenação com outros organismos, como NAPPO, COSAVE e OPAS, cujas atividades guardam relação com os temas agrícolas.
- 3.8.5 O Representante Observador do Panamá indicou a conveniência da inclusão dos temas referentes à sanidade animal produtiva e preventiva na agenda do Plano Básico, bem como da criação de laboratórios para a análise de pesticidas.
- 3.8.6 O Representante de St. Kitts e Nevis reiterou seu apoio à coordenação das atividades FAO-IICA, que vê com satisfação, pois facilitará a canalização de fundos para a prevenção e erradicação de doenças na região caribenha.
- 3.8.7 O Representante do Equador solicitou que, uma vez aprovado, o Plano Básico seja divulgado em outras regiões, como a Europa, para que os países tomem conhecimento dessa nova coordenação de atividades.
- 3.8.8 A Representante Observadora da Jamaica solicitou a inclusão do tema da mulher no Plano Básico, já que os dois organismos têm interesse nesse assunto.

3.8.9 Após manifestar que a integração dos dois organismos exigirá um prazo maior, o Subdiretor-Geral reiterou que a agenda estava aberta à inclusão de qualquer tema que os países considerassem importante. Essa opinião foi compartilhada tanto pelo Diretor-Geral do IICA como pelo Representante da FAO.

3.9 Vídeo "Bolsas Agropecuárias"

O Diretor do Programa IV explicou brevemente o conteúdo desse vídeo e em seguida convidou para a próxima reunião sobre bolsas agropecuárias a ser realizada na Argentina em outubro de 1994, na qual será criada a Associação Latino-Americana de Bolsas Agropecuárias, que dará seguimento às atividades do IICA nesse campo.

3.10 A sessão foi levantada às 12h10.

QUARTA SESSÃO PLENÁRIA

4. A quarta sessão plenária teve início às 14h10 do dia 13 de setembro de 1994, sob a presidência do Representante de Belize.

4.1 O Presidente explicou que, devido a atrasos de viagem, o Dr. Lucio Reza, que deveria falar naquele momento, chegaria mais tarde, em vista do que o item seguinte da ordem do dia seria imediatamente tratado.

4.2 Assuntos diversos

4.2.1 O Presidente anunciou que o Diretor-Geral do IICA e o do CATIE discorreriam sobre a coordenação das

atividades entre as duas instituições. Deu então a palavra ao Diretor-Geral do IICA, que solicitou ao Sr. Rubén Guevara, Diretor-Geral do CATIE, que fizesse uma exposição formal, em nome das duas instituições, sobre a evolução das suas relações de trabalho. O Sr. Guevara rememorou a história da coordenação institucional entre o IICA e o CATIE. Disse que as duas instituições tiveram uma origem comum, em 1942, sob um modelo triangular de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e que esse sistema funcionou muito bem durante 30 anos, até que em 1973 o CATIE se desvinculou do IICA, continuando a exercer suas funções de pesquisa e ensino, enquanto o IICA se especializou em cooperação técnica. Disse ainda que, hoje, o IICA continua a prestar apoio financeiro ao CATIE, além de apoio jurídico nos países em que o CATIE executa projetos de pesquisa e extensão.

O Sr. Guevara destacou a seguir que, durante os anos 80, o CATIE acumulou experiência em agrossilvicultura e continuou a concentrar-se no manejo de recursos naturais; o IICA, por sua vez, assumiu atividades importantes nas áreas de integração regional, comércio e formação de recursos humanos. Nos anos 90, renovou-se o interesse pelo fortalecimento da cooperação entre as duas instituições. O Diretor-Geral do CATIE citou como exemplo a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, à qual o IICA e o CATIE haviam enviado um delegado representando as duas instituições. Em 1993, o IICA e o CATIE haviam decidido manter um só representante na República Dominicana.

Prosseguindo, assinalou que desde a posse do Sr. Carlos E. Aquino González em janeiro do corrente ano, grandes esforços haviam sido envidados no sentido de aproximar ainda mais as duas

instituições. Destacou, como alguns resultados dessa cooperação mais estreita, o seguinte:

1. A designação de um só representante do IICA e do CATIE nos países membros do CATIE, medida já concretizada em Honduras, Nicarágua, Guatemala e República Dominicana.
2. O estabelecimento de um programa conjunto de capacitação em ciências agrícolas e no manejo de recursos naturais.
3. A participação conjunta em atividades relacionadas com redes de transferência de tecnologia, inclusive o PROMECAFE, a REMERFI e o PROCITROPICOS.
4. A combinação de recursos financeiros e humanos para fins de habilitação à execução de projetos do Banco Mundial e do BID nos países membros.
5. O envio de missões conjuntas aos países membros para determinar as necessidades na área agropecuária e em matéria de projetos de desenvolvimento.
6. A conjugação de esforços para o melhoramento genético do cacau, com atividades no Brasil e em países do Caribe.
7. Uma colaboração estreita na publicação de documentos científicos, na organização de seminários e na comunicação por via eletrônica.

Quanto às atividades de capacitação levadas a cabo no âmbito do CATIE, o Sr. Guevara mencionou os seis programas de mestrado oferecidos em várias áreas das ciências agrícolas e manejo de recursos

naturais, bem como a crescente contribuição prestada pelos especialistas do IICA a esses programas. Ao concluir, afirmou que a estreita colaboração entre o IICA e o CATIE fortalece e complementa as respectivas atividades, ainda que as duas instituições mantenham sua própria identidade e situação jurídica.

O Presidente indagou se havia comentários ou perguntas a formular sobre a exposição. Deu então a palavra ao Representante Observador de Honduras, que felicitou os Diretores-Gerais do IICA e do CATIE por haverem conseguido maior coordenação entre as duas instituições, a qual, a seu ver, muito beneficiará os Estados membros.

O Presidente deu a palavra ao Diretor-Geral do IICA, que assinalou que o CATIE e o IICA haviam realizado numerosas reuniões, desde o início de sua gestão à frente do Instituto, num esforço importante para estabelecer estreitas relações de trabalho. O Sr. Aquino classificou a reunião de Representantes do IICA realizada em março de 1994 como uma experiência extremamente positiva, que havia resultado no aumento da cooperação entre os países membros e o CATIE. Mencionou também a participação do CEPPI nas atividades de capacitação levadas a efeito pelo CATIE como exemplo de novas áreas de cooperação.

- 4.2.2 A seguir, o Presidente deu a palavra ao Dr. Reginald Pierre, que se referiu à coordenação das atividades entre o CARDI e o IICA.

O Dr. Pierre, Representante do IICA em Barbados e Diretor de Operações da Área do Caribe, falou em nome do Diretor do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola do Caribe (CARDI), que não havia podido comparecer à Reunião. Após referir-se brevemente à história da criação em 1975 do CARDI,

declarou que este, desde a sua fundação, sofrera limitações financeiras que haviam dificultado a efetividade de seu trabalho. Em consequência, o IICA e o CARDI haviam celebrado em 1989 um acordo no qual o IICA se comprometeu a apoiar o CARDI com 10% das cotas pagas pelos Estados membros, até o limite de US\$300.000. Foi também criado um Grupo Especial de Apoio de Doadores, presidido pelo Subdiretor-Geral do IICA, para angariar recursos financeiros para o CARDI.

Em seguida, o Dr. Pierre fez referência à Resolução N^o 245 da JIA, mediante a qual se decidiu manter o apoio do IICA ao orçamento do CARDI, bem como dar maior transparência à alocação desses recursos e à respectiva prestação de contas. A Resolução N^o 245 também dispõe que os recursos do IICA destinados ao CARDI sejam usados em atividades enquadradas no âmbito das estratégias e programas diferenciados do IICA para o Caribe.

No nível operacional, o Dr. Pierre assinalou que o CARDI e o IICA vêm colaborando estreitamente em numerosos projetos de transferência de tecnologia. Ambos são membros do grupo interagencial que proporciona orientação à CARICOM. Concluindo, declarou que o CARDI vem trabalhando em seu plano estratégico, enquanto o IICA aprova o seu PMP, do qual consta inclusive uma estratégia diferenciada para o Caribe. Finalmente, manifestou a sua esperança de que ambas as instituições continuem a trabalhar no futuro em estreita ligação.

Após convidar os participantes a formularem comentários, o Presidente deu a palavra ao Representante Observador dos Estados Unidos, que perguntou ao Dr. Pierre se haveria mudanças no mecanismo de financiamento com o novo acordo CARDI-IICA.

O Dr. Pierre respondeu que não se prevêem mudanças no mecanismo de financiamento, mas que, se as houver, terão de ser aprovadas pela JIA.

O Representante de St. Kitts e Nevis agradeceu ao Diretor-Geral do IICA por desenvolver e consolidar as relações com o CARDI. Salientou que essas relações são particularmente significativas para a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) em várias áreas da cooperação técnica. Em particular, manifestou o seu desejo de que se estabeleça um excelente nível de cooperação entre o IICA, o CATIE e o CARDI na área da agrossilvicultura.

A seguir, o Diretor-Geral do IICA informou os presentes sobre as viagens que realizara a vários países, inclusive o Brasil, Argentina, Chile, México, Colômbia e Estados Unidos, em busca de relações de trabalho mais estreitas e de uma cooperação horizontal interamericana mais vigorosa por intermédio do IICA. Mencionou os acordos assinados com a EMBRAPA do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores do Chile e o Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola (INTA) da Argentina e falou sobre a necessidade de firmar acordos semelhantes na América Central e no Caribe. A finalidade dessas viagens e acordos, esclareceu, é trocar idéias e identificar áreas concretas de cooperação técnica. Finalmente, o Diretor-Geral concordou com o Dr. Pierre no que respeita ao apoio de uma estratégia diferenciada para o Caribe, definida no PMP, como mecanismo para assegurar resposta adequada de parte do IICA à situação agropecuária própria da região.

4.2.3 Coordenação das atividades entre o Banco Centro-Americano de Integração Econômica e o IICA

O Presidente deu a palavra ao Secretário Técnico. O Sr. Salvadó informou que o Representante do BCIE

ainda não chegara devido a problemas de viagem. Por conseguinte, a discussão sobre a coordenação das atividades entre esse Banco e o IICA seria adiada até a sua chegada, prevista para o mesmo dia ou no máximo para o dia seguinte.

4.3 Data e sede da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo (IICA/CE/Soc.278(94))

O Secretário Técnico abordou em seguida o tema da data e sede da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo, indicando aos Representantes o Documento N^o 278. Explicou que, por força dos artigos 19, 20 e 21 do Regulamento do Comitê Executivo, as reuniões ordinárias anuais do Comitê são realizadas, em princípio, na Sede Central do Instituto. Mencionou também a necessidade de se manter certo espaço de tempo entre as reuniões da JIA e do Comitê Executivo, para permitir a distribuição de documentos. Por conseguinte, propunha que uma resolução determinasse a realização da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo na Sede Central do IICA, em San José, Costa Rica, em junho de 1995. A data exata da reunião dependeria da reunião da FAO marcada para o Canadá, quando essa Organização comemorará seu 50^a aniversário. Esta proposta foi aceita.

EXPOSIÇÃO DO DR. LUCIO RECA, FUNCIONÁRIO DO BID, SOBRE "FINANCIAMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO INTERAMERICANA"

Discussão a respeito da exposição:

O Representante Observador de Honduras indagou como o mecanismo de financiamento proposto pelo Dr. Reca afetaria as instituições nacionais de

pesquisa. Referiu-se à experiência de um órgão privado, a Fundação Hondurenha de Pesquisa Agrícola (FHIA), que havia criado um fundo de doadores no montante de US\$20 milhões para respaldar seu núcleo de pesquisa formado por cientistas de alto nível. Essa estratégia financeira, declarou, é uma resposta ao processo de modernização de Honduras, que vem atribuindo um papel mais importante ao setor privado no desenvolvimento da pesquisa agrícola, sob a orientação geral do Governo. A menos que se possa obter esse financiamento, será muito difícil, quer para o setor público quer para o setor privado, atrair e manter recursos humanos científicos qualificados.

O Representante do Equador externou duas preocupações relacionadas com a exposição do Dr. Reca. Disse, em primeiro lugar, que não concordava com a afirmação de que a agricultura já não estaria "em voga"; depois, há muito se constata um subinvestimento no setor agrícola, devido às taxas de juros elevadas e a outras condições desfavoráveis. Com os novos regimes de liberalização comercial, os países da região terão de envidar ingentes esforços para competir, e a pesquisa deverá constituir parte desses esforços. Preocupava-o, entretanto, que tal pesquisa efetivamente correspondesse às necessidades concretas dos produtores, daí a sua recomendação no sentido da participação destes na definição das necessidades de pesquisa e no estabelecimento das respectivas prioridades. A esse respeito, advertiu contra a "pesquisa pela pesquisa". Em segundo lugar, referindo-se ao mecanismo de financiamento para a pesquisa agrícola, o Representante do Equador declarou que era importante estudar o potencial e as limitações dos trabalhos de pesquisa em cada país. Isto proporcionaria uma base para a consecução de maior eficiência na alocação de recursos financeiros e humanos.

O Representante do Brasil disse que seria importante estudar o modelo, as experiências e as mudanças recentes no sistema do CGIAR ao planejar o fundo do BID orientado para a pesquisa agrícola. Observou que o Brasil teria grande interesse em discutir em profundidade esse mecanismo de financiamento com o Diretor-Geral do IICA e com o BID.

A Representante Observadora da Jamaica pediu ao Dr. Reça que esclarecesse as condições da criação do fundo proposto e assinalasse, especificamente, se seu foco seria regional ou nacional.

O Sr. Geraldo Calegar, do CEPPI (Centro de Programas e Projetos de Investimento), pediu ao Dr. Reça maior esclarecimento das razões da redução do apoio à pesquisa agrícola de 21% para 14% dos recursos disponíveis. Argumentou que isto contrariava o objetivo geral de diminuir a pobreza, pois na América Latina a pobreza tende a concentrar-se nas áreas rurais. Afirmou, ademais, que numerosos estudos haviam demonstrado que a rentabilidade econômica dos investimentos em pesquisa agrícola é altíssima. Por conseguinte, desejava saber a razão da redução de 33% verificada ao longo dos últimos cinco anos.

O Presidente devolveu a palavra ao Dr. Lucio Reça, para que respondesse aos vários comentários e perguntas.

O Dr. Reça explicou inicialmente que a idéia de um novo fundo para a pesquisa agrícola contemplava um mecanismo de caráter regional que usasse os recursos disponíveis de modo mais eficiente, sem entretanto orientar-se para as necessidades de financiamento nacionais. Em resposta à pergunta do Dr. Calegar, disse que a redução no financiamento da pesquisa e da assistência técnica na área da agricultura de 21% para 14% compreende os recursos

combinados das instituições internacionais de desenvolvimento de todo o mundo, inclusive a FAO, o PNUD e o CGIAR, numa prova de que a comunidade internacional de doadores está de fato atribuindo menor prioridade ao financiamento da agricultura.

No tocante às relações entre o fundo proposto para a pesquisa agropecuária e o PMP 1994-1998, o Dr. Reza manifestou a esperança de que haja coerência entre os planos e as atividades de pesquisa agropecuária no nível regional, pois serão os mesmos agentes e as mesmas autoridades que participarão de sua aprovação.

O Representante de St. Kitts e Nevis assinalou que cumpria reconhecer o insucesso da busca de financiamento do desenvolvimento agrícola por meio dos organismos internacionais. Observou que se havia chamado a atenção para o fato de serem necessários modelos novos, melhor concebidos e estruturados para a aplicação de fundos aos respectivos casos, mas que tais modelos não foram desenvolvidos. Disse que a idéia mencionada pelo Dr. Reza de destinar fundos de forma global reveste grande importância, mas que cada país deverá ter previamente uma noção clara do difícil equilíbrio entre o investimento em pesquisa básica e pesquisa aplicada. As autoridades precisam ter sempre em mente os beneficiários, porque serão estes os futuros avaliadores dos méritos desses sistemas. Com a mudança de rumo introduzida pela nova Administração do IICA, principalmente por ser mais clara a situação no nível regional, a ocasião é excelente para que os países, por meio do Instituto, consigam melhores condições de diálogo com outros organismos internacionais, que permitam o uso mais eficiente dos investimentos em pesquisa.

O Representante Observador do Panamá considerou boa a idéia de reunir todas as contribuições dos organismos doadores da Região, por facilitar sua distribuição às diferentes atividades de pesquisa que estariam sendo realizadas. Concordou com a opinião do Representante do Equador a respeito da diminuição da atenção e do interesse de parte de vários organismos internacionais pelo fomento da agropecuária e observou que uma das tarefas dos organismos de cooperação técnica deveria consistir em manter vigente e atualizada essa importante atividade. Assinalou que o Panamá procedera a importante reforma de suas políticas de pesquisa agropecuária ao incluir no processo de desenvolvimento das propostas os beneficiários potenciais dos resultados gerados. Nesse sentido, disse que a concentração global de recursos tenderia a gerar problemas como a subutilização dos recursos humanos locais e a extrapolação inadequada dos resultados de pesquisas em áreas nas quais não fossem diretamente aplicáveis, tanto no nível de manejo como no de transferência de tecnologia. A seu ver, o tema da propriedade intelectual, apesar de revestir importância primordial, não tem sido abordado com a ênfase e o empenho exigidos pelas circunstâncias atuais. Referiu-se à necessidade de que caiba aos países o desenvolvimento das agendas e planos de pesquisa, de acordo com seus requisitos particulares, e de que o IICA promova essas ações mais como centro de informação e validação do que como seu executor.

O Representante Observador de Honduras disse que a idéia de reunir os recursos de pesquisa é apropriada, desde que os sistemas nacionais funcionem com eficiência, já que são estes os que levarão a cabo, de uma forma ou de outra, boa parte do trabalho de pesquisa. Assinalou que, por ainda restar muito a fazer pelos sistemas nacionais e dadas as marcantes deficiências destes, um esforço no

sentido de fomentar a obtenção de fundos regionais é pouco conveniente. A seguir, citou os PROCIS, cujo modelo está funcionando satisfatoriamente nas regiões Sul e Andina, bem como um modelo semelhante a ser implementado em futuro próximo na Região Central. Considerou, finalmente, que o estabelecimento de um sistema desse tipo na Área do Caribe tornará mais viável a criação de um fundo regional de pesquisa.

O Dr. Lucio Reca prestou breves esclarecimentos sobre o conceito de "melhor agenda de pesquisa", a relevância das atividades agropecuárias para os organismos de financiamento e alguns aspectos importantes atinentes à propriedade intelectual. Assinalou que uma das vantagens de se criar um mecanismo regional para a alocação de fundos de pesquisa está na eliminação das incertezas que se manifestam anualmente no período de distribuição de recursos aos países solicitantes,

O Diretor-Geral agradeceu a exposição do Dr. Reca, as valiosas opiniões externadas pelos delegados, bem como o interesse por estes manifestado. Assinalou que o IICA está diante de um grande desafio e que não só no próprio Plano de Médio Prazo se cogita da organização de um Sistema Interamericano de Gestão Tecnológica Agropecuária, como o modelo dos PROCIS constitui uma excelente base de trabalho, dado o sucesso que tem sido alcançado nas regiões em que o mesmo vem sendo executado.

4.4 Plano de Médio Prazo 1994-1998 e Ajustes no Orçamento-Programa 1994-1995 (continuação)

- 4.4.1 O Presidente deu a palavra ao Diretor-Geral, que esclareceu que o grupo coordenador do Plano de Médio Prazo se encarregara de recolher as diferentes idéias, recomendações e observações exter-

nadas pelas delegações e havia preparado um documento que as sintetizava, no qual foram incluídos os ajustes que seria necessário introduzir no documento original. (O documento é distribuído aos Representantes.)

4.4.2 O Diretor-Geral referiu-se a três idéias fundamentais que cumpre ter presentes: (a) a amplitude das ações e atividades apresentadas no PMP são um reflexo da própria missão do Instituto; (b) o IICA deve atender aos requisitos e pedidos de apoio da parte dos países, cujas prioridades específicas, de modo geral, diferem grandemente entre si; e (c) os próprios países membros serão os responsáveis pela determinação, nas Áreas de Concentração, das ações que revistam prioridade e habilitem o Instituto a prestar apoio mais efetivo. A seguir, agradeceu os comentários e as idéias manifestadas pelos delegados e cedeu a palavra ao Coordenador do grupo de trabalho antes referido.

4.4.3 O Coordenador, Sr. Rafael Marte, esclareceu inicialmente que o documento "Resumo das Contribuições para o Ajuste do PMP 1994-1998" está estruturado em quatro seções: Aspecto Temático/Conceptual, Aspectos de Organização e Estrutura do Instituto, Aspectos Financeiros, e Implementação do PMP. A seguir procedeu à leitura do documento, a começar pelos ajustes na Área de Concentração II, principalmente no que respeita aos recursos genéticos e às ações a serem desenvolvidas. Ao focalizar a Área de Concentração III, referiu-se ao Anexo 1 do documento, em que se definem as modificações específicas com base nas recomendações formuladas pelas delegações do México, Equador e Argentina, entre outras. Prosseguindo, fez uma leitura minuciosa dos ajustes na Área de Concentração IV, nos aspectos de revisão do conteúdo do Sumário Executivo (Anexo 2), de seus objetivos e

suas orientações estratégicas, e em dois componentes básicos, a saber: (1) a organização dos produtores para a gestão agroempresarial, e (2) a modernização rural e o desenvolvimento institucional. Finalmente, detalhou as modificações específicas recomendadas nessa Área de Concentração.

- 4.4.4 Continuando, assinalou os ajustes na seção sobre Organização e Estrutura, referentes principalmente aos seguintes itens: (1) Descentralização do CEPPI; (2) Centros Regionais; (3) Agências de Cooperação Técnica; e 4) Pensamento Estratégico. Esclareceu alguns pontos importantes do capítulo sobre Aspectos Financeiros, referentes à capacidade aquisitiva dos recursos regulares, à necessidade de aumentar a captação de fundos externos, à gestão dos CATIs e às fontes alternativas de financiamento.
- 4.4.5 Finalmente, deu explicações sobre a seção que trata da implementação do PMP, abordando os aspectos concernentes às atividades preparatórias, aos relatórios de andamento, à avaliação e ajuste do PMP e à modificação do documento "Orientações para a Avaliação da Ação do IICA e Principais Contribuições Propostas", a ser incluído como parte das orientações estratégicas.
- 4.4.6 O Presidente concedeu a seguir a palavra ao Diretor-Geral. Este indicou que, além do que fora apresentado nos ajustes, havia um comitê preparatório incumbido da implementação e desenvolvimento do Plano de Médio Prazo. Embora o PMP seja ambicioso, afirmou, com o apoio dos países aos quais se refere como o "Sistema IICA", será possível realizá-lo. Prosseguindo, esclareceu que vinha usando o orçamento aprovado pela JIA no México, ao qual foram acrescentadas ações não programadas

para atender a solicitações específicas dos países, e que os ajustes no orçamento para 1995 haviam sido feitos com critérios austeros e prudentes. Assinalou que sendo o IICA um grande órgão de cooperação interamericana no campo da agricultura, entendia que a designação dos Escritórios como órgãos de cooperação de modo algum alteraria as funções do representante. Quanto aos Centros Regionais, considera-os como um sistema de coordenação com a finalidade precípua de intensificar a comunicação entre os países. Ressaltou que durante muito tempo a parte operacional da Instituição se concentrara na Sede Central e que a regionalização também implica maior contato com os países. O Diretor-Geral referiu-se em seguida às conversações mantidas com diversos países, entre os quais o Brasil, Colômbia, México e Chile, com vistas à criação de centros de desenvolvimento sustentável, materiais fotogenéticos e apoio à capacitação agroempresarial. Finalmente, informou que na próxima reunião do Comitê Executivo apresentará um relatório sobre o andamento das disposições do PMP.

- 4.4.7 O Representante do Equador manifestou sua concordância com os ajustes efetuados, afirmou uma vez mais que o aspecto mais importante do Plano é a sua implementação e ofereceu o seu apoio para a consecução desse propósito.
- 4.4.8 O Representante do Brasil declarou estar de acordo com os ajustes propostos, os quais considerava satisfatórios na sua totalidade.
- 4.4.9 O Representante do México reiterou a confiança depositada no Diretor-Geral e apoiou os ajustes efetuados no PMP.

- 4.4.10 O Representante do Chile apoiou a posição do Equador e, por sua vez, acatou favoravelmente os ajustes efetuados pelo grupo de trabalho. Também manifestou sua satisfação pela capacidade demonstrada pelo Diretor-Geral de lograr o consenso entre os países. Além disso, reiterou que, num momento marcado por economias abertas e cenários difíceis para os agricultores, o IICA e o Diretor-Geral estão assumindo desafios, motivo por que oferecia seu mais amplo apoio para o bem institucional do IICA.
- 4.4.11 O Representante do Canadá enfatizou que sua delegação e várias outras haviam ressaltado a importância da implementação do PMP. Esses comentários não haviam transparecido adequadamente, porém pretendia sugerir algumas mudanças menores que poderiam ajudar. Disse a seguir que ouvira com satisfação os comentários do Diretor-Geral sobre a importância da implementação do PMP e que estava seguro de que na próxima reunião do Comitê Executivo serão prestadas informações sobre progressos substanciais alcançados. Acrescentou que ainda persiste a dificuldade em relação à lógica de se manter um programa separado para o desenvolvimento rural sustentável, porém respeitava a opinião de outros colegas e estava disposto a acatar esse fato. Finalmente, apoiou o processo de consulta, reconheceu o esforço que a elaboração do PMP havia significado, associou-se à aprovação do Plano e desejou ao Diretor-Geral pleno êxito na sua implementação.
- 4.4.12 O Representante Observador da Argentina declarou o seu apoio à Quarta Área de Concentração, que a seu ver reveste transcendental importância e se tornará realidade sob a liderança do Diretor-Geral.

- 4.4.13 O Representante Observador dos Estados Unidos endossou a posição do Canadá e manifestou o seu desalento por constatar que se mantinha a Quarta Área de Concentração, tendo entretanto declarado que apoiava os ajustes feitos. Recomendou ao Diretor-Geral que não procurasse abranger um campo amplo demais e que se concentrasse na organização para alcançar o proposto no PMP.
- 4.4.14 O Representante Observador da Venezuela declarou-se de acordo com os ajustes e ofereceu apoio à implementação e monitoração do Plano.

4.5 Assuntos diversos

4.5.1 Coordenação das atividades BCIE-IICA

O Presidente deu a palavra ao Secretário Técnico para apresentar o Sr. Ronald Martínez Saborío, funcionário do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), o qual fez uma ampla exposição sobre os projetos de financiamento iniciados pelo BCIE, contando com a participação do IICA. Trata-se de três projetos em execução na Nicarágua: (1) apoio à renovação cafeeira, ao qual se destinaram aproximadamente US\$ 13,3 milhões, dos quais já foram desembolsados cerca de US\$ 12,9 milhões, sendo que 90% dos beneficiários são produtores com menos de 50 quadras dedicadas a esse cultivo; (2) projeto pecuário e silvopastoril, no valor de US\$ 22 milhões, dos quais US\$ 8,9 milhões já foram desembolsados; (3) projeto de grãos básicos, aprovado muito recentemente, que envolve US\$4 milhões, não tendo ainda se verificado nenhum desembolso.

O Sr. Martínez Saborío expôs o modo de operação do projeto cafeeiro. Observou que a supervisão técnica dos projetos está a cargo do IICA e é financiada com 1% do montante alocado. Também explicou os

objetivos dos projetos, descreveu minuciosamente suas atividades e falou finalmente da importância que tem para o Banco o estabelecimento de alianças estratégicas com organismos como o IICA. O Presidente agradeceu ao Sr. Martínez por sua apresentação.

O Sr. Reynaldo Pérez, Diretor de Operações da Área Central do IICA, fez referência à participação do Instituto nesses projetos. Salientou que o apoio do IICA ao BCIE representa um passo no sentido de envolver o Banco no financiamento ao setor agrícola, que não é área tradicional de atuação desse organismo financeiro de desenvolvimento. Também sublinhou que esses projetos haviam permitido a intensificação do fluxo de crédito para o setor agrícola nos países da sub-região. Esperamos, disse ele, ampliar essa linha de cooperação, de que já existem exemplos concretos no caso da Nicarágua.

4.6 O Representante de St. Kitts e Nevis pediu a palavra para manifestar, em nome de seu Governo e de outros Estados membros da CARICOM, seu apoio ao PMP, que não tivera oportunidade de prestar na sessão correspondente.

4.7 Leitura de Projetos de Resolução

4.7.1 O Presidente solicitou ao Relator que fizesse a leitura dos projetos de resolução pendentes. O Relator esclareceu que só leria a parte resolutiva.

4.7.2 Projeto de Resolução "Eleição do Comitê de Auditoria"; aprovado sem modificações.

4.7.3 Projeto de Resolução "Plano de Médio Prazo 1994-1998", aprovado com as seguintes modificações,

solicitadas pelo Canadá. No documento Anexo "Resumo das Contribuições para o Ajuste do PMP 1994-1998", modificar o parágrafo 4.1, acrescentando, após a última palavra da primeira linha, "de prioridades e formulação de metas e indicadores de desempenho". Também se recomendou modificar o parágrafo 4.3, última frase, que deve rezar: "Tais ajustes deverão incluir a concertação e a definição de temas prioritários, com vistas a melhorar o uso dos recursos disponíveis, bem como cronogramas para o cumprimento dos objetivos". Aprovou-se o projeto de resolução assim modificado.

- 4.7.4 Projeto de Resolução "Ajustes no Orçamento-Programa 1994-1995". O Representante Observador de Honduras mencionou que os recursos destinados ao CATIE não deveriam ser incluídos na Área Central, já que o âmbito do trabalho do CATIE é hemisférico. O Presidente solicitou um esclarecimento ao grupo técnico, tendo o Sr. Fernando del Risco explicado que, nesse caso, se mantivera o que foi aprovado pela JIA na reunião do México. O Projeto de Resolução foi aprovado sem modificações.
- 4.7.5 Projeto de Resolução "Coordenação das Atividades FAO-IICA"; aprovado sem modificações.
- 4.7.6 Projeto de Resolução "Bolsas de Estudo". O Presidente solicitou a opinião das delegações a respeito e o Projeto foi aprovado sem modificações.
- 4.7.7 Projeto de Resolução "Mecanismos para a Revisão de Projetos"; aprovado sem modificações.
- 4.7.8 Projeto de Resolução "Título de Emérito para o Eng. Guillermo Guerra" e Projeto de Resolução "Título de Emérito para o Dr. Ignacio Ansorena"; ambos foram aprovados sem modificações.

- 4.7.9 Projeto de Resolução "Tema da XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura"; aprovado sem modificações.
- 4.7.10 Projeto de Resolução "Data e Sede da Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura e da XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura"; aprovado sem modificações.
- 4.7.11 Projeto de Resolução "Data e Sede da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo"; aprovado sem modificações.
- 4.7.12 O Representante de Belize, falando na qualidade de delegado, manifestou sua satisfação pelo novo estilo de gestão participativa implementado pelo Diretor-Geral. Observou que os países haviam tido a possibilidade de intervir na elaboração do PMP que norteará a atuação do Instituto no período 1994-1998. A austeridade que tem caracterizado essa gestão, acrescentou o Representante de Belize, permitirá reforçar a cooperação com os países membros. Por tais razões, tomava a liberdade de ler o Projeto de Resolução "Modernização do Instituto". O Representante do Chile apoiou a proposta de Belize e o projeto foi aprovado sem modificações.
- 4.8. O Diretor-Geral agradeceu aos delegados por sua colaboração e aos Governos do México e do Chile pelo recente pagamento de suas cotas ao IICA.
- 4.9 A sessão foi levantada às 18h45.

QUINTA SESSÃO PLENÁRIA

5. A quinta sessão plenária teve início às 16h05 do dia 14 de setembro de 1994, sob a presidência do Representante de Belize.

5.1 Exposição sobre "O novo estilo de gestão das políticas para a agricultura"

O Presidente deu a palavra ao Secretário Técnico, que apresentou o Sr. Luis Arturo del Valle, Ministro da Agricultura da Guatemala, que discorreu sobre o tema "O novo estilo de gestão das políticas para a agricultura".

5.2 Exposição sobre "A reunião hemisférica de agroempresas"

O Presidente concedeu a palavra ao Subdiretor-Geral do IICA. Este fez a apresentação do Dr. Roger Sattler, Presidente da CLA/A, que em seguida pronunciou uma palestra sobre o tema "A reunião hemisférica de agroempresas".

5.3 Assinatura do Convênio com a Fundação Getúlio Vargas

5.3.1 O Presidente convidou para a mesa principal o Sr. Mauro de Rezende Lopes, Coordenador de Projetos Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, para a assinatura do Convênio entre o IICA e essa Fundação, ato que imediatamente se realizou.

5.3.2 O Presidente deu a palavra ao Sr. Rezende Lopes, que agradeceu o convite do IICA para que a Fundação Getúlio Vargas participasse desse acordo. Essa Fundação possui uma tradição de mais de 50 anos na formação de profissionais. O Sr. Rezende

Lopes assinalou que as propostas do PMP são muito claras e implicam uma reforma estrutural que permitirá a consecução de alianças estratégicas entre os setores público e privado dos países.

- 5.3.3 O Presidente deu a palavra ao Sr. Luiz Jorge Rangel de Castro, Embaixador do Brasil na Costa Rica, que agradeceu o convite que lhe fora feito para assistir à assinatura do Convênio entre o IICA e a Fundação Getúlio Vargas, tendo felicitado as duas instituições por haverem aberto o caminho para o estabelecimento de uma rede de pesquisas agroempresariais.

5.4 Assinatura da Carta de Entendimento com a Caribbean Food Crops Society

O Presidente convidou para a mesa principal o Sr. Jerry Dupuy, para a assinatura da Carta de Entendimento entre o IICA e a Caribbean Food Crops Society, ato que imediatamente foi levado a efeito.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

6. A Sessão de Encerramento teve início às 17h10 do dia 14 de setembro de 1994, sob a presidência do Representante de Belize.

6.1 Assinatura do Relatório da Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo

O Presidente explicou o procedimento adotado para a revisão do Relatório Provisório deste Comitê e da Ata Verbal. A seguir, o Presidente e o Diretor-Geral procederam à assinatura do Relatório da Reunião.

6.2 Palavras do Representante do Equador

O Representante do Equador pronunciou algumas palavras em nome dos países membros do Comitê Executivo. Assinalou sua satisfação por se haver cumprido a agenda da Reunião. Todos os participantes, afirmou, regressarão a seus países animados pela fé e esperança de contribuir para a realização da tarefa a eles confiada. Ressaltou o papel importante que cabe às instituições de cooperação técnica e às universidades desempenhar no desenvolvimento das Américas. Finalmente, agradeceu ao pessoal da Reunião o apoio dado e externou o seu orgulho por fazer parte de um grupo de trabalho que cumprira cabalmente as suas tarefas.

6.3 Palavras do Diretor-Geral

6.3.1 O Diretor-Geral manifestou a sua satisfação pelo trabalho realizado nos três dias de reunião do Comitê Executivo e indicou que o IICA se fortalecera com uma visão de futuro. Após agradecer aos senhores delegados a contribuição prestada, fez referência a alguns fatos que haviam permitido a introdução de elementos inovadores.

6.3.2 Prosseguindo, agradeceu ao Sr. Mario Carvajal, Ministro da Agricultura da Costa Rica, por suas palavras de boas-vindas e por ser o representante do país que não só abriga a sede do IICA, como havia possibilitado a concretização da idéia do Sr. Henry Wallace, antigo vice-presidente dos Estados Unidos da América, de se criar o Instituto. Também comentou a importância da palestra pronunciada pelo Dr. Eduardo Doryan e das intervenções do Sr. Luis Arturo del Valle e do Dr. Roger Sattler. Assinalou, por sua vez, a

relevância dos acordos firmados com a Fundação Getúlio Vargas e com a Caribbean Food Crops Society.

- 6.3.3 A seguir, agradeceu à FAO, ao CATIE e ao BCIE por suas contribuições; ao Governo do Canadá, pelo apoio prestado no serviço de interpretação para o idioma francês, e à OEA e ao BID pela cessão dos funcionários que haviam trabalhado como tradutores para o idioma português, assim como aos Governos do México, do Chile e de Trinidad e Tobago pelo pagamento de suas cotas. Expressou ainda seu agradecimento aos intérpretes, pelo grande trabalho realizado; ao Sr. Rafael Marte e a toda a equipe que havia coordenado, dentro de um processo participativo, a elaboração do PMP, e ao G-33 por suas contribuições e críticas construtivas. Finalmente, apresentou suas felicitações ao pessoal do IICA, que com grande dedicação, esmero e esperança havia preparado esta Reunião.
- 6.3.4 Concluindo, dirigiu um agradecimento especial ao Presidente do Comitê Executivo, por sua liderança e pela forma diligente com que havia conduzido a Reunião, fazendo-lhe em seguida a entrega do martelo usado na presidência das sessões.
- 6.3.5 A Sessão de Encerramento da Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo finalizou às 17h52 do dia 14 de setembro de 1994.



RESOLUÇÕES

IICA/CE/Res.214(XIV-O/94)
12 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N^a 214

RELATÓRIO ANUAL 1993

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O Relatório Anual 1993;

CONSIDERANDO:

Que o artigo 4, alínea f, do Regulamento do Comitê Executivo estabelece que cabe a este analisar o relatório anual das atividades da Direção-Geral;

Que o conteúdo do Relatório Anual 1993 reflete as atividades executadas pelo Instituto durante o ano; e

Que o Instituto, de acordo com as recomendações da Sexta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), elaborou um relatório anual resumido para fins de difusão, bem como pequena quantidade do relatório completo para informação dos Estados membros.

RESOLVE:

Recomendar à Junta Interamericana de Agricultura que, em sua Oitava Reunião Ordinária, aprove o Relatório Anual 1993.

IICA/CE/Res.215(XIV-0/94)
12 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 215

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DO INSTITUTO EM 1993

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.265(94), referente ao relatório dos auditores externos e aos comentários do Diretor-Geral sobre o relatório dos auditores externos - 1993;

CONSIDERANDO:

Que o artigo 4 do Regulamento do Comitê Executivo estabelece que a este cabe examinar o demonstrativo financeiro do Instituto e apresentar o respectivo relatório à Junta Interamericana de Agricultura (JIA);

Que os auditores externos atestam o bom uso dos recursos financeiros, de conformidade com o estabelecido nos regulamentos do Instituto; e

Que, na opinião dos auditores externos, os demonstrativos financeiros indicam fielmente a situação financeira do Instituto em 31 de dezembro de 1993 e os resultados no ano que terminou; outrossim, que os princípios contábeis nos quais os mesmos se fundamentam se ajustam plenamente às práticas de aceitação geral.

RESOLVE:

1. Acolher o documento IICA/CE/Doc.265(94), referente ao relatório dos auditores externos e aos comentários do Diretor-Geral sobre o relatório dos auditores externos - 1993.
2. Recomendar à Junta Interamericana de Agricultura que, em sua Oitava Reunião Ordinária, aprove o documento IICA/CE/Doc.265(94), referente ao relatório dos auditores externos e aos comentários do Diretor-Geral sobre o relatório dos auditores externos - 1993.
3. Instar os países membros que não pagaram suas cotas, conforme as obrigações estabelecidas no Regulamento Financeiro do Instituto e as resoluções pertinentes, a que tomem medidas para efetuar esses pagamentos o mais breve possível.

IICA/CE/Res.216(XIV-O/94)
13 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 216

PLANO DE MÉDIO PRAZO 1994-1998

O COMITÉ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.269(94), "Plano de Médio Prazo 1994-1998";

CONSIDERANDO:

Que a Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), mediante a resolução IICA/JIA/Res.-233(VII-O/93), solicitou ao Diretor-Geral a preparação do Plano de Médio Prazo (PMP) 1994-1998;

Que na mesma resolução a JIA autorizou o Comitê Executivo a aprovar, na sua Décima Quarta Reunião Ordinária, o PMP 1994-1998;

Que, a fim de preparar o PMP 1994-1998, o Diretor-Geral iniciou e levou a efeito um processo de ampla participação de instituições dos setores público e privado dos Estados membros, bem como de todo o pessoal do Instituto;

Que o PMP 1994-1998 (documento IICA/CE/Doc.269(94)) apresentado contém os temas que os Estados membros consideraram prioritários para a ação do Instituto no período de 1994-1998 e leva em conta as sugestões do Grupo de Especialistas (G-6) que avaliou o PMP 1987-1993 e as contribuições do pessoal do Instituto; e

Que, ao analisar a proposta do Diretor-Geral, o Comitê Executivo manifestou seu apoio aos princípios gerais em que se baseia o PMP 1994-1998, tendo recomendado que o mesmo seja modificado para tornar precisa a sua conceitualização e facilitar sua implementação e acompanhamento.

RESOLVE:

1. Aprovar o documento IICA/CE/Doc.269(94), "Plano de Médio Prazo 1994-1998", e reconhecê-lo como quadro de referência para as ações do Instituto.
2. Autorizar o Diretor-Geral a que, antes da publicação do respectivo documento oficial, introduza as modificações e os ajustes indicados no documento anexo.
3. Solicitar ao Diretor-Geral que informe a Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo sobre as medidas administrativas, financeiras e programáticas tomadas para a execução do PMP 1994-1998.
4. Felicitar o Diretor-Geral pela promoção de ampla participação dos Estados membros na preparação do PMP 1994-1998.

RESUMO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O AJUSTE DO PMP 1994-1998

Como resultado das deliberações dos delegados na segunda sessão plenária, sobre o PMP 1994-1998 e sobre o Ajuste no Orçamento-Programa 1994-1995, o Grupo de Apoio Técnico organizou as contribuições prestadas de acordo com os seguintes níveis:

1. TEMÁTICO/CONCEPTUAL**1.1 Área de Concentração II: Recursos Genéticos**

Na alínea **h** do Componente de Recursos Naturais, na página 34, indica-se "Conservação, multiplicação, distribuição e uso de recursos genéticos..." como uma das atividades básicas desta Área de Concentração.

Adicionalmente, o Instituto pretende apoiar o intercâmbio do material genético entre os países por meio de vários projetos, entre os quais os seguintes: "Apoio à Diversificação e à Reconversão Produtiva", "Intercâmbio Tecnológico entre o Caribe e a América Latina para o Desenvolvimento Agropecuário", "Desenvolvimento Tecnológico para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais e a Produção Agropecuária" e "Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo de Frutas Tropicais no Caribe (Fase II)".

A proposta de criação de um Centro de Excelência para Recursos Genéticos é considerada como altamente relevante para o desenvolvimento agropecuário do Hemisfério. Contudo, sua concretização dependeria da obtenção de recursos adicionais e do estabelecimento de alianças estratégicas. Para tanto, considera-se necessária a realização de um estudo de viabilidade.

1.2 Área de Concentração III: modificações específicas (Anexo 1)

- 1.3 Área de Concentração IV: revisão do conteúdo do Sumário Executivo (Anexo 2), revisão do conteúdo das Orientações Estratégicas (Anexo 3) e modificações específicas (Anexo 4)

2. ORGANIZAÇÃO

2.1 Descentralização do CEPPI

O PMP 1994-1998 prevê a descentralização gradual das funções do CEPPI mediante a criação ou o fortalecimento de unidades de projetos nos Centros Regionais.

Em sua primeira etapa, consolidam-se a Unidade de Projetos do Caribe, sediada em Barbados, o deslocamento de um especialista para o Centro Regional Central e a criação de um cargo no Centro Sul. Posteriormente, será criada uma Unidade semelhante no Centro Andino.

2.2 Centros Regionais

Como parte dos preparativos para a implementação do PMP 1994-1998, o Instituto vem elaborando um documento básico que contém, entre outros aspectos, o referente à delegação de autoridade, gestão de projetos, coordenação país-região-Sede Central e mecanismos de supervisão e acompanhamento.

2.3 Agências de Cooperação Técnica

A preocupação, externada por vários delegados, com as implicações legais e institucionais no país sede em consequência da adoção de um novo nome será examinada atentamente com os assessores jurídicos do Instituto.

2.4 Pensamento Estratégico

A Direção do Pensamento Estratégico está diretamente subordinada ao Diretor-Geral. Foi concebida para trabalhar em interação com as diferentes unidades técnicas e de apoio do IICA.

Prevê-se também o estabelecimento de alianças estratégicas com centros de excelência dos países membros e no nível mundial.

3. ASPECTOS FINANCEIROS

As estimativas de recursos financeiros para o PMP 1994-1998 baseiam-se no seguinte:

- A necessidade de manter a capacidade aquisitiva dos recursos regulares.
- O crescimento anual dos fundos externos em aproximadamente 10%.
- A gestão de recursos derivados dos CATIs sem fazer uso de cotas para subsidiar custos indiretos e com plena cobertura de custos indiretos.
- A identificação de fontes alternativas de financiamento.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PMP

4.1 Atividades preparatórias

Para implementar o PMP 1994-1998, o Instituto deu início a um processo de elaboração de instruções e guias, determinação de prioridades e formulação de metas e indicadores de desempenho, do qual participa todo o seu pessoal técnico. Dentro deste processo destacam-se as seguintes ações:

- A cooperação técnica participativa e o trabalho em equipe, os sistemas de projetos, o ciclo de mecanismos de cooperação técnica, estratégias diferenciadas por regiões, diretrizes de ação no nível de país, avaliação e ajustes do PMP, diretrizes para as Áreas de Concentração e os Serviços Especializados.

- O recrutamento, capacitação e avaliação do desempenho do pessoal do Instituto.

4.2 Relatórios de andamento

Como resultado da operação do sistema de auditoria técnica previsto pelo PMP, o IICA propõe-se preparar relatórios de andamento para serem periodicamente submetidos à consideração do Comitê Executivo.

4.3 Avaliação e ajuste do PMP

Com base no acompanhamento da evolução da agricultura no nível interamericano, regional e nacional, bem como do impacto das ações de cooperação técnica em função dos objetivos específicos do PMP, serão realizadas avaliações periódicas que servirão de base para o ajuste do PMP. Tais ajustes deverão incluir a concentração e a definição de temas prioritários, com vistas a melhorar o uso dos recursos disponíveis, bem como cronogramas para o cumprimento dos objetivos.

4.4 Modificação da estrutura do documento

A Parte D do documento, "Orientações para a Avaliação...", será incorporada como último capítulo da Parte B, "Orientações Estratégicas". Dessa forma, o documento conterá apenas três partes.

OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES DE CARÁCTER ESPECÍFICO

PÁG.	PARÁG.	REZA	DEVE REZAR
32	B. Con- teúdo	Nesta Área de Concentração, as ações concretas de cooperação técnica do IICA, em apoio aos setores público e privado dos países membros, estão agrupadas em três componentes:	Nesta Área de Concentração, as ações concretas de cooperação técnica do IICA, que se orientarão no sentido de apoiar e promover os esforços dos setores público e privado dos países membros, estão agrupadas em três componentes:
33 Area II	c)	Criação de um sistema inter-americano de instituições de geração e transferência de tecnologia relacionadas...	Organização de um sistema inter-americano de instituições de geração e transferência de tecnologia relacionadas...
	d)	Promoção de sociedades científico-tecnológicas agropecuárias do Hemisfério para...	Fortalecimento das sociedades científico-tecnológicas agropecuárias do Hemisfério para...
	e)	Esta participação é possível por intermédio de seus programas de formação profissional, de pesquisa científico-tecnológica e de extensão agropecuária.	Esta participação é possível por intermédio de seus programas de formação profissional, de cursos curtos de atualização dos professores e de atividades de pesquisa científico-tecnológica e de extensão agropecuária.
34	Último	O IICA prestará seu apoio aos países, em articulação com outras instituições que trabalham na área da proteção animal e vegetal, para cujo fim estabelecerá alianças estratégicas com organizações como o USDA-/APHIS, FAO, OIRSA e OPAS, entre outras. Essa coordenação permitirá, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência e obter economias de recursos humanos e financeiros.	O IICA prestará seu apoio aos países, em articulação com outras instituições que trabalham na área da proteção animal e vegetal, para cujo fim estabelecerá alianças estratégicas com organizações como a OIE, NAPPO, FAO, OIRSA, OPAS e a Comissão Tripartite de Saúde Animal Canadá-México-Estados Unidos de América, entre outras. Essa coordenação permitirá, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência e obter economias de recursos humanos e financeiros.

PÁG.	PARAG.	REZA	DEVE REZAR
35	b)	Utilização de metodologias de diagnóstico de riscos e estratégias de redução de riscos.	Utilização de metodologias de análise de risco e estratégias de redução de riscos.
35	1. d)	Informação sobre a prevalência, incidência e distribuição de pragas e doenças, sobre legislação e normas sanitárias relacionadas com o comércio agropecuário internacional e sobre níveis de resíduos e restrições no uso de pesticidas e produtos veterinários.	Informação sobre a prevalência, incidência e distribuição de pragas e doenças, sobre legislação e normas sanitárias relacionadas com o comércio agropecuário internacional, inclusive as normas sobre níveis de resíduos e restrições no uso de pesticidas (falta)
	2. c)	Desenvolvimento de programas para o manejo integrado de pragas e doenças de animais e plantas...	Desenvolvimento de programas para o manejo integrado de pragas e doenças das plantas...
35	2. d)	Em seus esforços no sentido de fortalecer seus serviços de saúde animal e sanidade vegetal.	Em seus esforços no sentido de fortalecer seus serviços de saúde animal e sanidade vegetal, estimulando e fomentando a participação do setor privado.
35	A. Objetivo	Na formulação de estratégias de proteção agropecuária que contribuam para assegurar o comércio de produtos agropecuários, o incremento da produção agropecuária e a sustentabilidade do meio ambiente.	Na formulação de estratégias de proteção agropecuária que permitam controlar as pragas e doenças, bem como evitar o ingresso de doenças exóticas, contribuindo para assegurar o comércio de produtos agropecuários, o incremento da produção agropecuária e a sustentabilidade do meio ambiente.
35			

PÁG.	PARÁG.	REZA	DEVE REZAR
35	2. a)	Desenvolvimento de redes de laboratórios de saúde animal e sanidade vegetal, que...	Desenvolvimento de redes de laboratórios de saúde animal e sanidade vegetal, com a participação de instituições públicas e do setor privado, que...
36	2. f)	Cooperação entre os serviços da quarentena e emergência agropecuária no Hemisfério.	Cooperação entre os serviços de quarentena e emergência agropecuária no Hemisfério em matéria de capacitação, consulta e informação, assim como em ações de exclusão de pragas, verificação de origem, etc.
36	2. g)	Não existe	O estabelecimento de um Sistema de Consulta Internacional acerca de normas, metodologias, padrões e informação sobre sanidade agropecuária.
36.	2. h)	Não existe	Desenvolvimento de programas para o controle e erradicação de doenças e pragas dos animais, assim como para a detecção e controle de resíduos químicos, hormonais e antibióticos em produtos de origem animal.
36	2. i)	Não existe	Desenvolvimento de mecanismos de intercâmbio e cooperação recíproca por meio das redes de laboratórios, que facilitem o intercâmbio de informações, a mobilização da capacidade técnica, a realização de atividades conjuntas, o abastecimento de antígenos e reagentes para provas biológicas, etc.
60	Primeiro	Espera-se que esta instância organize as ações do Instituto com este setor, de forma que as mesmas se dêem em concertação com o setor público. Esta...	Espera-se que esta instância organize as ações do Instituto para um apoio mais amplo e enérgico ao fortalecimento dos vínculos dos setores público e privado. Esta...

**REVISÃO DO CONTEÚDO DO SUMÁRIO EXECUTIVO
PARA FINS DE SUBSTITUIÇÃO DA PÁGINA 5
DO SUMÁRIO EXECUTIVO DO PMP 1994-1998**

Desenvolvimento Rural Sustentável

Esta Área de Concentração orientará seus esforços metodológicos e operacionais para assegurar a formulação de estratégias nacionais, políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural sustentável que efetivamente incorporem as várias dimensões do processo de desenvolvimento rural, vinculando-o coerentemente com a política econômica e social de cada país.

Para tanto, pretende-se desenvolver e documentar um conjunto de experiências bem sucedidas, a partir das quais se irão configurando modelos alternativos que incluam a caracterização agrossocioeconômica de cada caso e a formulação de metodologias para incrementar o desenvolvimento agropecuário sustentável e o bem-estar rural. Esta Área de Concentração articula a ação do IICA com os processos de desenvolvimento e modernização institucional, inclusive a descentralização, assim como com os programas de desenvolvimento rural e de luta contra a pobreza e com os de desenvolvimento agroindustrial rural que valorizem a produção oriunda dos pequenos agricultores e melhorem os níveis de renda nas zonas rurais.

**REVISÃO DO CONTEÚDO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS
PARA FINS DE SUBSTITUIÇÃO DAS PÁGINAS 36 E 37 E DO
PRIMEIRO PARÁGRAFO DA PÁGINA 38 DO PMP 1994-1998**

IV. Desenvolvimento Rural Sustentável

Esta Área de Concentração orientará primordialmente seus esforços metodológicos e operacionais para apoiar a formulação de estratégias nacionais, políticas, programas e projetos de desenvolvimento agropecuário rural sustentável, vinculando-se coerentemente com a política econômica e social. Para tanto, serão fortalecidos o enfoque microrregional e a utilização de bancos de dados geograficamente referenciados que o Instituto vem promovendo. Neste contexto, é de vital importância fortalecer os processos de modernização produtiva e organização dos produtores para a gestão agroempresarial e sua inserção nos processos de transformação (produtiva, comercial e institucional) do setor. Em consequência, é necessário fortalecer os encadeamentos da produção primária com a agroindústria, atribuindo ao mesmo tempo ênfase especial à mulher rural e à juventude, na sua qualidade de elementos-chave do processo de desenvolvimento.

Além disso, utilizará e documentará experiências bem sucedidas, a partir das quais sejam elaborados modelos alternativos que incluam a caracterização agrossocioeconômica e a formulação de metodologias e instrumentos de trabalho que impulsionem o desenvolvimento agropecuário rural sustentável. Estas experiências servirão de referência para propósitos de capacitação e de adaptação a outros países. Desse modo, a ação do IICA será articulada em consonância com os processos de modernização e desenvolvimento institucional, inclusive a descentralização. Também apoiará os países em seus esforços no sentido de articular os programas de desenvolvimento agropecuário e rural com a luta contra a pobreza e com o desenvolvimento agroindustrial rural.

A. Objetivo

Fortalecer o sistema institucional público e privado vinculado ao desenvolvimento agropecuário e rural em seus esforços para superar os problemas relacionados com os aspectos produtivos, assim como os associados ao incremento de oportunidades para que a população rural desenvolva suas aptidões e habilidades e viabilize o manejo sustentável dos recursos naturais renováveis.

B. Conteúdo

Esta Área de Concentração agrupa dois componentes: a) Organização dos Produtores para a Gestão Agroempresarial, e b) Modernização Rural e Desenvolvimento Institucional.

1. Organização dos Produtores para a Gestão Agroempresarial

- a) Apoiará as organizações de produtores e instituições responsáveis pelo desenvolvimento rural sustentável, capacitando em serviço seus quadros técnicos na elaboração e execução de instrumentos de políticas, programas e projetos especializados.
- b) Contribuirá, juntamente com instituições nacionais e ONGs, para a capacitação de produtores em aspectos organizacionais, técnicos e gerenciais.
- c) Apoiará os organismos públicos e privados na formação de seus recursos humanos, para que possam capacitar as organizações de beneficiários dos programas e projetos de desenvolvimento rural, em sua gestão e na prestação dos serviços de apoio à produção e ao financiamento de suas operações.
- d) Trabalhará apoiando as instituições nacionais pertinentes (por exemplo, instituições públicas, ONGs e setor privado) em programas e projetos produtivos agropecuários.

- e) Propiciará o fortalecimento e a integração das redes especializadas, potencializando a cooperação técnica horizontal nos temas referentes a desenvolvimento rural, mulher e juventude rural.

2. Modernização Rural e Desenvolvimento Institucional

- a) Apoiará o desenvolvimento de metodologias para o planejamento e o manejo de instituições, microrregiões, programas, empresas e projetos orientados para o desenvolvimento rural sustentável.
- b) Apoiará a elaboração de estudos de casos de modernização e transferência institucional do setor público para o privado, assim como a difusão e adaptação de experiências bem sucedidas que possam ir configurando modelos de desenvolvimento rural sustentável. Estes modelos poderão enfatizar o conjunto ou alguns de seus componentes (por exemplo, crédito, transferência de tecnologia, comercialização, gestão e outros).
- c) Apoiará o desenvolvimento de metodologias de diagnósticos, estratégias, apoio técnico, gestão, investimento e financiamento para a agroindústria rural, assim como a promoção de redes nacionais e regionais sobre agroindústria rural no contexto de programas de desenvolvimento rural.
- d) Apoiará a formulação de estratégias nacionais, políticas, programas e projetos para melhorar a inserção da juventude e apoiar a participação ampla da mulher nesses processos de desenvolvimento e produção rural; a promoção e fortalecimento de redes em nível regional (PROCODER e PRODAR) e interamericano para o intercâmbio de experiências e conhecimentos, e o fomento de alianças estratégicas com outros organismos internacionais interessados no tema.

**COMENTÁRIOS SOBRE PONTOS ESPECÍFICOS
DA ÁREA TEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

1. Página 3, parágrafo 1, linha 6: Eliminar "com base na sociedade".
2. Página 3, parágrafo 4, linhas 5 e 6: Eliminar "sustentável, combater a pobreza rural e fortalecer a participação social", colocando em seu lugar, "sustentável, com o propósito de combater a pobreza rural".
3. Página 19, parágrafo 5, linha 6: Eliminar "e integração do povo".
4. Página 19, última linha: Eliminar "uma melhor titulação e distribuição da terra", substituindo por "a consolidação do processo de titulação".
5. Página 20: Eliminar as duas últimas linhas e o resto do mesmo parágrafo que continua na página 21.
6. Página 20: Eliminar o parágrafo 2, linha 2. Eliminar "e desigualdade social".

Parágrafo 3: Eliminar a última frase, a partir de "para que estas três...".

7. Página 25: Eliminar as duas últimas linhas.

IICA/CE/Res.217(XIV-0/94)
12 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 217

AJUSTES NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 1994-1995

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.270(94), "Ajustes no Orçamento-Programa 1994-1995";

CONSIDERANDO:

Que a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) dispõe no artigo 8, alínea h, que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) terá como atribuição "aprovar o orçamento-programa bienal e fixar as cotas anuais dos Estados membros, pelo voto favorável de dois terços dos seus membros";

Que a receita proveniente das cotas dos Estados membros será de US\$27.508.700,00 em 1995;

Que a Sétima Reunião Ordinária da JIA, mediante a Resolução IICA/JIA/Res.221(VII-0/93), aprovou o Orçamento-Programa 1994-1995;

Que no parágrafo resolutivo 7 da referida Resolução a JIA dispôs o seguinte: "Autorizar o Comitê Executivo, na sua Décima Quarta Reunião Ordinária, a proceder a ajustes no Orçamento-Programa 1994-1995, se necessário, a fim de permitir o cumprimento do Plano de Médio Prazo (PMP) 1994-1998";

Que o PMP 1994-1998 prevê mudanças importantes na organização e nas propostas de ação do Instituto, em virtude do que se faz necessário proceder a ajustes para o ano de 1995 no orçamento-programa aprovado;

Que o Diretor-Geral apresentou uma proposta de ajuste no orçamento-programa para o ano de 1995, de acordo com a nova estrutura de organização do IICA estabelecida no PMP 1994-1998, no total de US\$27.508.700,00, correspondente à receita proveniente das cotas dos Estados membros; e

Que a proposta de ajuste no orçamento-programa apresentada pelo Diretor-Geral inclui as rubricas orçamentárias de Serviços Diretos de Cooperação Técnica, Despesas de Direção e Despesas Gerais e Provisões, financiadas com recursos de cotas dos Estados membros.

RESOLVE:

1. Aprovar o ajuste no orçamento-programa bienal do IICA financiado por cotas dos Estados membros, para o exercício compreendido entre 1ª de janeiro e 31 de dezembro de 1995, no montante de US\$27.508.700,00, o qual terá a distribuição indicada no quadro anexo.
2. Autorizar o Diretor-Geral a efetuar transferências entre capítulos, com exceção do item 6 do Capítulo I e do item 1 do Capítulo III, desde que o total das transferências não aumente nem diminua em mais de 10% os capítulos de que se trate.
3. Manter inalteráveis os parágrafos resolutivos 3 a 6 da Resolução IICA/JIA/Res.221(VII-0/93).

ANEXO
AJUSTES NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 1995
POR NATUREZA DAS AÇÕES

NATUREZA DAS AÇÕES	Em milhares de US\$
CAPÍTULO I - SERVIÇOS DIRETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	23.301,0
1. Áreas de Concentração e Serviços Especializados	12.938,6
1.1. Área I: Políticas Sócio-Econômicas, Comércio e Investimentos	3.560,2
1.2. Área II: Ciência e Tecnologia, Recursos Naturais e Produção Agropecuária	3.090,7
1.3. Área III: Sanidade Agropecuária	1.975,8
1.4. Área IV: Desenvolvimento Rural Sustentável	2.497,7
1.5. Serviço Esp. I: Capacitação, Educação e Comunicação	920,1
1.6. Serviço Esp. II: Informação, Documentação e Informática	894,1
2. Direção do Pensamento Estratégico	257,4
3. DIPRAT-CEPPI*	650,7
4. Sedes dos Centros Regionais	971,7
5. Estrutura de Operações das Agências de Cooperação Técnica	6.320,9
6. Contribuição para Centros de Pesquisa	1.661,7
6.1. CATIE	1.361,7
6.2. CARDI	300,0
7. Cooperação Técnica Conjuntural e Pré-Investimento	500,0
CAPÍTULO II - DESPESAS DE DIREÇÃO	2.944,4
1. Gabinete do Diretor-Geral	719,1
2. Unidades de Apoio de Direção**/	2.225,3

*/ Refere-se unicamente aos custos do CEPPI.
 **/ Este item inclui os custos da DIPRAT, exceto os do CEPPI, como mencionado acima.

CAPÍTULO III - DESPESAS GERAIS E PROVISÕES	1.263,3
1. Subfundo de Trabalho do Fundo Regular	341,4
2. Tribunal Administrativo da OEA	17,0
3. Reunião do Comitê Executivo	153,5
4. Reunião da Junta Interamericana de Agricultura	300,0
5. Seguro do ativo do IICA	50,0
6. Pensão dos ex-Diretores-Gerais e ex-funcionários do IICA	156,4
7. Auditoria Externa	47,0
8. Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura	120,0
9. Seguros dos ex-funcionários do IICA	45,0
10. Seguro de vida do pessoal local	33,0
TOTAL	27.508,7

IICA/CE/Res.218(XIV-O/94)

13 setembro 1994

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 218MODERNIZAÇÃO DO INSTITUTO

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que o Diretor-Geral, Eng. Carlos E. Aquino, introduziu um estilo de gerência participativa em que se compartilha com os Estados membros e com o pessoal do Instituto a tomada de importantes decisões institucionais; e

Que a nova administração iniciou ações num ambiente de austeridade e eficiência que permitirá a canalização de maior volume de recursos para o fortalecimento dos programas de cooperação técnica do Instituto nos países membros.

RESOLVE:

Felicitar o Diretor-Geral pela gestão empreendida e pedir-lhe que leve avante a tarefa de modernização do Instituto e as mudanças que essa modernização exige.

IICA/CE/Res.219(XIV-O/94)
12 setembro 1994
Original: inglês

RESOLUÇÃO N° 219

ESTUDO DOS CATIs

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.267(94), "Estudo Anual dos CATIs";

CONSIDERANDO:

Que os custos de administração (CATIs) cobrados dos projetos financiados com recursos externos e de projetos afins devem refletir com exatidão os custos administrativos que esses projetos representam para o Instituto, bem como que os recursos de cotas do IICA não devem ser utilizados para subsidiar tais custos;

Que a Norma 3.5.2 do Regulamento Financeiro do Instituto determina que a Direção-Geral realize um estudo anual para assegurar que as taxas cobradas pelo Instituto a título de CATIs sejam compatíveis com os custos efetivos da administração dos recursos externos e estabelece que os auditores externos examinem esse estudo anual; e

Que a Direção-Geral está estudando as propostas apresentadas por firmas de consultoria em administração, a fim de levar a efeito o estudo anual dos CATIs referente a 1994 e formular as recomendações pertinentes a 1995.

RESOLVE:

Solicitar ao Diretor-Geral que, levando em consideração as observações dos Estados membros, complete o estudo anual dos CATIs referente a 1994 com suficiente antecedência para que o mesmo seja examinado pelos auditores externos e para que os resultados desse exame possam ser utilizados na determinação das taxas apropriadas de CATIs que devem ser cobradas dos projetos financiados com recursos externos negociados em 1995.

IICA/CE/Res.220(XIV-0/94)
12 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N^o 220

USO DAS RECEITAS DIVERSAS

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTOS:

O documento IICA/CE/Doc.266(94), "Uso das Receitas Diversas"; e

As normas 2.6.3 e 3.6.2 do Regulamento Financeiro aprovado pela Junta Interamericana de Agricultura (JIA) em sua Sétima Reunião Ordinária (1993);

CONSIDERANDO:

Que a Norma 2.6.3 do Regulamento Financeiro estabelece que, a fim de facilitar a consideração do Orçamento-Programa pela JIA e pelo Comitê Executivo, o Diretor-Geral apresentará um relatório sobre todas as receitas auferidas a título de reembolso de custos indiretos (CATIs) e sobre todas as receitas diversas dos dois anos anteriores, juntamente com as estimativas referentes ao biênio seguinte;

Que a Norma 3.6.2 do mesmo Regulamento dispõe que, salvo no caso estipulado pela Norma 3.16 do Regulamento, todas as receitas diversas serão reunidas para serem utilizadas como fonte de receita adicional para o orçamento do Fundo Regular; e

Que, em cumprimento do acima disposto, todas as receitas diversas derivadas do uso de recursos de cotas e de

CATIs, para os exercícios financeiros de 1994 e 1995, foram estimadas e aplicadas no financiamento do orçamento do Fundo Regular 1994-1995.

RESOLVE:

Acolher o documento IICA/CE/Doc.266(94), "Uso das Receitas Diversas".

IICA/CE/Res.221(XIV-O/94)

13 setembro 1994

Original: inglês

RESOLUÇÃO Nº 221**ELEIÇÃO DO COMITÊ DE EXAME DE AUDITORIA**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTOS:

O documento IICA/JIA/Res.231(VII-O/93), "Estabelecimento do Comitê de Exame de Auditoria", o Estatuto do Comitê de Exame de Auditoria, Apêndice B do Regulamento Financeiro, o Procedimento para a Eleição do Comitê de Exame de Auditoria, os documentos de candidatura e os currículos dos candidatos ao Comitê de Exame de Auditoria;

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), na Sétima Reunião Ordinária, adotou a Resolução IICA/JIA/Res.231(VII-O/93), mediante a qual estabeleceu o Comitê de Exame de Auditoria (CEA) e aprovou seu Estatuto;

Que o artigo 7.1 do Estatuto do CEA estipula que os primeiros membros do CEA serão eleitos na Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo, em 1994, para os seguintes períodos a serem decididos por sorteio: um a expirar em 31 de dezembro de 1995; outro, em 31 de dezembro de 1997; e o último, em 31 de dezembro de 1999;

Que, de acordo com os artigos II e III do Estatuto do CEA, os Estados membros indicaram candidatos qualificados para cada uma das vagas no CEA;

Que o Diretor-Geral propôs e o Comitê Executivo adotou o "Procedimento para a Eleição do Comitê de Exame de Auditoria" ("Procedimento"), a fim de que a eleição dos membros do CEA siga um processo ordenado e acorde com o Regulamento do Comitê Executivo; e

Que, de conformidade com esse Procedimento e as disposições do Estatuto do CEA, o Comitê Executivo realizou a eleição dos três membros do CEA.

RESOLVE:

1. Confirmar a adoção do "Procedimento para a Eleição do Comitê de Exame de Auditoria".
2. Nomear o Sr. Oscar H. Gherzi, da Argentina, como membro do CEA para o período que expira em 31 de dezembro de 1999.
3. Nomear o Sr. Adrian Patrick Strachan, da Jamaica, como membro do CEA para o período que expira em 31 de dezembro de 1997.
4. Nomear o Sr. John C. Payne, dos Estados Unidos da América, como membro do CEA para o período que expira em 31 de dezembro de 1995.

**PROCEDIMENTO PARA A ELEIÇÃO DO
COMITÊ DE EXAME DE AUDITORIA**

1. De conformidade com o disposto no artigo 74 do Regulamento do Comitê Executivo, cada um dos membros do Comitê de Exame de Auditoria (CEA) deverá ser eleito pelo voto da maioria dos membros do Comitê Executivo. A maioria exigida é de sete votos.
2. O CEA é constituído de três membros, os quais, em 1994, serão escolhidos em três eleições consecutivas, da seguinte maneira: Primeiro, um membro será eleito dentre os candidatos apresentados pelos seis Estados membros que mais contribuem para o Fundo Regular do IICA. O Comitê Executivo procederá primeiramente à eleição desse membro. Feito isso, o Comitê Executivo elegerá o segundo membro de uma lista de candidatos propostos pelos demais Estados membros. Eleito este segundo membro, o Comitê Executivo elegerá o terceiro membro do CEA, de uma lista de candidatos propostos por todos os Estados membros. Se os candidatos que não se elegeram para o CEA nas duas primeiras eleições não forem retirados por seus patrocinadores, seus nomes passarão a fazer parte da lista de candidatos a ocupar a terceira vaga. O procedimento definido neste parágrafo 2 destas normas só é aplicável à eleição de 1994, uma vez que, após esse ano, a eleição dos ocupantes de cada uma das vagas do CEA será escalonada de acordo com o Estatuto do CEA incluído no Apêndice B do Regulamento Financeiro do Instituto.
3. Antes do início da votação para o preenchimento de cada vaga, o Presidente anunciará o nome e a nacionalidade de cada candidato. As discussões acerca dos candidatos precederão a votação e, uma vez iniciada esta, não se permitirão debates em torno dos candidatos.
4. A votação poderá ser feita por escrutínio secreto, se assim decidir o Comitê Executivo, de conformidade com os artigos 77-79 do Regulamento do Comitê Executivo. Segundo esses artigos, o Presidente deverá nomear dois representantes para escrutinadores, dentre os Estados

membros que não estejam "diretamente interessados" na eleição (isto é, que não tenham apresentado candidato para a vaga sob consideração). Quando o Comitê optar pelo escrutínio secreto, o Diretor de Finanças do Instituto e o "controller" assessorarão a Secretaria Técnica da Reunião, prestando os serviços de secretaria necessários.

5. Se depois do primeiro escrutínio para o preenchimento de vaga no CEA nenhum candidato tiver alcançado a maioria necessária, haverá um segundo escrutínio, no qual somente serão considerados os candidatos que se tiverem classificado no primeiro e segundo lugares em termos de maioria de votos. Entretanto, quando houver empate em relação ao primeiro lugar, os candidatos que tiverem empatado serão os únicos considerados no segundo escrutínio. Se, depois desse segundo escrutínio, nenhum candidato tiver alcançado a necessária maioria e houver mais de dois candidatos devido a empate no primeiro ou segundo lugares em virtude do número de votos, a votação prosseguirá até que um dos candidatos seja eleito pela maioria necessária. Nessas votações subseqüentes, somente serão considerados os candidatos que obtiverem o primeiro e segundo lugares em número de votos no escrutínio imediatamente anterior. Caso, porém, no escrutínio imediatamente anterior tiver havido empate entre dois ou mais candidatos à primeira colocação, somente poderão ser considerados esses candidatos.
6. O Presidente anunciará o número de votos recebidos por cada candidato, imediatamente após cada escrutínio.
7. Uma vez escolhidos todos os membros, a Secretaria Técnica colocará em uma urna três cédulas, cada uma delas com o nome de um dos três membros eleitos segundo o procedimento acima indicado. O mandato do membro cujo nome figurar na primeira cédula retirada da urna pelo Presidente da Reunião expirará em 31 de dezembro de 1999. O mandato do membro cujo nome figurar na segunda

cédula retirada da urna expirará em 31 de dezembro de 1997, e o mandato do membro cujo nome figurar na última cédula retirada da urna expirará em 31 de dezembro de 1995. Esse procedimento só será aplicado à eleição de 1994, em virtude da exigência acima referida de escalonamento dos mandatos.

IICA/CE/Res.222(XIV-O/94)
12 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 222

CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.275(94) sobre o cumprimento das resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo;

CONSIDERANDO:

Que, ao examinar o documento acima mencionado, se observa que a Direção-Geral do Instituto cumpriu satisfatoriamente as determinações do Comitê Executivo.

RESOLVE:

Acolher o documento IICA/CE/Doc.275(94), sobre o cumprimento das resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo.

IICA/CE/Res.223(XIV-O/94)
12 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 223

**CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DA SÉTIMA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.276(94), sobre o cumprimento das resoluções da Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA);

CONSIDERANDO:

Que a Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo examinou o documento IICA/CE/Doc.276(94), sobre o cumprimento das resoluções da Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA); e

Que o Comitê Executivo, ao examinar o documento acima mencionado, observou que a Direção-Geral do Instituto cumpriu satisfatoriamente as recomendações da JIA.

RESOLVE:

Acolher o documento IICA/CE/Doc.276(94), sobre o cumprimento das resoluções da Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), e encaminhá-lo à JIA para sua informação.

IICA/CE/Res.224(XIV-0/94)
12 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 224

MECANISMOS PARA A REVISÃO DE PROJETOS

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.273(94), "Mecanismos para a Revisão de Projetos";

CONSIDERANDO:

Que a Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo, mediante a Resolução IICA/CE/Res.203(XIII-0/93), solicitou ao Diretor-Geral que apresentasse à Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo um relatório sobre as formas de analisar e determinar o mérito de todos os projetos de que o Instituto participa, financiados por cotas, CATIs e recursos externos;

Que os projetos executados pelo IICA devem atender às necessidades de todos os Estados membros, de conformidade com as políticas estabelecidas no Plano de Médio Prazo (PMP);

Que é necessário institucionalizar um mecanismo que assegure que os projetos do Instituto sejam consistentes com os objetivos do PMP, bem como propicie aos Estados membros melhor compreensão de tais projetos; e

Que o Comitê Executivo, em sua Décima Quarta Reunião Ordinária, analisou o documento IICA/CE/Doc.273(94), "Mecanismos para a Revisão de Projetos".

RESOLVE:

1. Acolher o documento IICA/CE/Doc.273(94), "Mecanismos para a Revisão de Projetos".
2. Solicitar ao Diretor-Geral que tome as medidas necessárias para pôr em prática um sistema de revisão de projetos, baseado nas pautas, conceitos e conclusões constantes do referido documento, e informe a respeito a Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo.

IICA/CE/Res.225(XIV-0/94)
13 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 225

BOLSAS DE ESTUDO

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.272(94), "Bolsas de Estudo";

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), em sua Sétima Reunião Ordinária, mediante a Resolução IICA/JIA-Res.229(VII-0/93), instruiu o Diretor-Geral no sentido de adotar medidas para ampliar o Fundo de Bolsas de Estudo e aumentar a eficiência de sua aplicação;

Que o Diretor-Geral apresentou à Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo o documento IICA/CE/-Doc.272(94), que informa sobre o modo como estão sendo cumpridas as instruções da JIA; e

Que algumas delegações sugeriram que o IICA estudasse a possibilidade de conceder bolsas de estudo para um programa de estudos universitários nos países membros.

RESOLVE:

1. Acolher o documento IICA/CE/Doc.272(94), "Bolsas de Estudo".

2. Solicitar ao Diretor-Geral que estude a possibilidade de estabelecer, no âmbito da política de bolsas de estudo do Instituto, algumas bolsas de estudo de longo prazo para a obtenção de títulos universitários, nos níveis de mestrado e doutorado, nas especialidades técnicas relacionadas com o mandato programático do Instituto.

IICA/CE/Res.226(XIV-O/94)
13 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 226

COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES FAO-IICA

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.271(94), "Coordenação das Atividades FAO-IICA";

CONSIDERANDO:

Que a Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, mediante a Resolução IICA/JIA-Res.240-(VII-O/93), recomendou ao Diretor-Geral a realização de um estudo sobre as medidas que caberia tomar para promover a coordenação de atividades com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), até chegar, se possível, a uma integração de suas operações na Região;

Que na reunião realizada em janeiro de 1994, na sede da FAO, foi discutido o procedimento para a implementação da Resolução IICA/JIA-Res.240 (VII-O/93) e da recomendação contida no parágrafo 237 do Relatório do Vigésimo Sétimo Período de Sessões da Conferência da FAO, sobre a coordenação das atividades IICA-FAO;

Que, com base na troca de notas entre o Diretor-Geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Diretor-Geral da FAO, foram estabelecidas relações formais e que essas instituições assinaram uma

"Nota de Entendimento sobre a orientação a ser seguida para fortalecer a cooperação entre as duas organizações"; e

Que a Vigésima Terceira Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, realizada na cidade de San Salvador, El Salvador, de 29 de agosto a 2 de setembro de 1994, decidiu solicitar à FAO que prossiga na implementação dos acordos e trabalhos conjuntos com o IICA e os outros organismos regionais e sub-regionais, ressaltando ao mesmo tempo o progresso que está sendo alcançado no que respeita à coordenação e complementação das atividades entre a FAO e o IICA.

RESOLVE:

- 1. Acolher com satisfação o documento IICA/CE/Doc.-271(94), "Coordenação das Atividades FAO-IICA".**
- 2. Instar o Diretor-Geral a que prossiga em seus esforços de coordenação com a FAO.**

IICA/CE/Res.227(XIV-O/94)
13 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 227

TÍTULO DE EMÉRITO PARA O DR. IGNACIO ANSORENA

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.274(94), sobre candidatura ao título de Emérito;

CONSIDERANDO:

Que o Dr. Ignacio Ansorena dedicou grande parte de sua vida profissional ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, onde ocupou importantes cargos com grande mestria, dedicação e competência;

Que o Dr. Ansorena reúne todos os requisitos estabelecidos no artigo 13 do Regulamento da Direção-Geral para ser incluído na categoria de Emérito; e

Que, de conformidade com o Artigo 13.A do Regulamento da Direção-Geral, cabe ao Comitê Executivo conceder o título de Emérito.

RESOLVE:

Conceder ao Dr. Ignacio Ansorena o título de Emérito do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, com todos os privilégios e prerrogativas implícitos nessa distinção.

IICA/CE/Res.228(XIV-0/94)
13 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 228

TÍTULO DE EMÉRITO PARA O ENG. GUILLERMO GUERRA

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.274(94), sobre candidatura ao título de Emérito;

CONSIDERANDO:

Que o Eng. Guillermo Guerra dedicou grande parte de sua vida profissional ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, onde ocupou importantes cargos com grande mestria, dedicação e competência;

Que o Eng. Guerra reúne todos os requisitos estabelecidos no artigo 13 do Regulamento da Direção-Geral para ser incluído na categoria de Emérito; e

Que, de conformidade com o Artigo 13.A do Regulamento da Direção-Geral, cabe ao Comitê Executivo conceder o título de Emérito.

RESOLVE:

Conceder ao Eng. Guillermo Guerra o título de Emérito do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, com todos os privilégios e prerrogativas implícitos nessa distinção.

IICA/CE/Res.229(XIV-O/94)

13 setembro 1994

Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 229**TEMA DA XI CONFERÊNCIA INTERAMERICANA
DE MINISTROS DA AGRICULTURA**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.277(94), "XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura".

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), mediante a Resolução Nº 232, autorizou o Diretor-Geral a tomar as medidas necessárias para que a XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura (CIMA) seja realizada juntamente com a Oitava Reunião Ordinária da JIA; e

Que a mesma Resolução Nº 232 autorizou a Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo a tomar as decisões necessárias para a convocação da XI CIMA.

RESOLVE:

Aceitar, provisoriamente, como tema geral da XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura (CIMA), "A Competitividade da Agricultura do Hemisfério Americano na Economia Mundial Moderna", o qual será

desenvolvido por meio de um conjunto de documentos que abrangeriam, entre outros, os seguintes tópicos específicos:

1. Ameaças e oportunidades para o comércio internacional.
2. O papel do setor público e a concertação com o setor privado.
3. O novo perfil dos recursos humanos para o êxito de sua inserção no novo contexto.

IICA/CE/Res.230(XIV-O/94)

13 setembro 1994

Original: espanhol

RESOLUÇÃO Nº 230DATA E SEDE DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
JUNTA INTERAMERICANA DA AGRICULTURA E DA XI CONFERÊNCIA
INTERAMERICANA DE MINISTROS DA AGRICULTURA

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que o artigo 16 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) dispõe que esta realizará uma reunião ordinária de dois em dois anos, de preferência no segundo semestre do segundo ano do biênio financeiro do Instituto, e que, em cada reunião ordinária da JIA, serão fixadas a data provisória e a sede da reunião seguinte, de acordo com os oferecimentos formulados pelos Governos dos Estados membros, por escrito, ao Diretor-Geral;

Que o Governo da Bolívia solicitou ao Diretor-Geral que deixasse pendente o oferecimento desse país para ser sede da Oitava Reunião Ordinária da JIA;

Que o Governo da Costa Rica formulou ao Diretor-Geral, por escrito, o oferecimento de que a cidade de San José seja sede da Oitava Reunião Ordinária da JIA; e

Que o artigo 4 do Regulamento do Comitê Executivo o autoriza a "decidir sobre a sede da reunião ordinária da Junta, caso haja oferecimento de sede depois de realizada a reunião ordinária precedente".

RESOLVE:

1. Aceitar e agradecer o generoso oferecimento do Governo da Costa Rica para que a cidade de San José seja sede da Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA).
2. Realizar a Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) na terceira semana do mês de outubro de 1995, juntamente com a XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura (CIMA).

IICA/CE/Res.231(XIV-O/94)
13 setembro 1994
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N^a 231

DATA E SEDE DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ EXECUTIVO

O COMITÊ EXECUTIVO, na Décima Quarta Reunião Ordinária,

VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.278(94), sobre a data e a sede da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo;

CONSIDERANDO:

Que é necessário fixar a data e o local para a realização da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo;

Que, de acordo com o disposto no artigo 19 do Regulamento do Comitê Executivo, este realizará uma reunião ordinária anual; e

Que, nos termos do artigo 22, não havendo oferecimento de sede para essa reunião, por parte de um Estado membro, a mesma se realizará na Sede do Instituto.

RESOLVE:

1. Realizar a sua Décima Quinta Reunião Ordinária na Sede do IICA, em San José, Costa Rica, no mês de junho de 1995.

2. Incumbir o Diretor-Geral de proceder à respectiva convocatória e de convidar os Estados membros e demais participantes, de conformidade com as normas em vigor.



ASSINATURA DO RELATÓRIO

**ASSINATURA DO RELATÓRIO DA DÉCIMA QUARTA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO**

Em cumprimento do disposto no artigo 91 do Regulamento do Comitê Executivo, procede-se à assinatura do Relatório da Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo, em espanhol, francês, inglês e português, idiomas oficiais desta Reunião, às dezessete horas e quinze minutos do dia quatorze de setembro de mil novecentos e noventa e quatro, na Sede Central do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Este relatório será revisto pela Secretaria e a ele serão incorporadas as modificações aprovadas na Sessão de Encerramento, antes de sua publicação na Série Documentos Oficiais nos quatro idiomas oficiais do Instituto, cujos textos têm a mesma autenticidade e validade.

O Secretário depositará os textos originais nos arquivos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, e a Direção-Geral enviará a versão oficial do Relatório aos Governos dos Estados membros, aos Observadores Permanentes do Instituto e a outros participantes da Reunião.

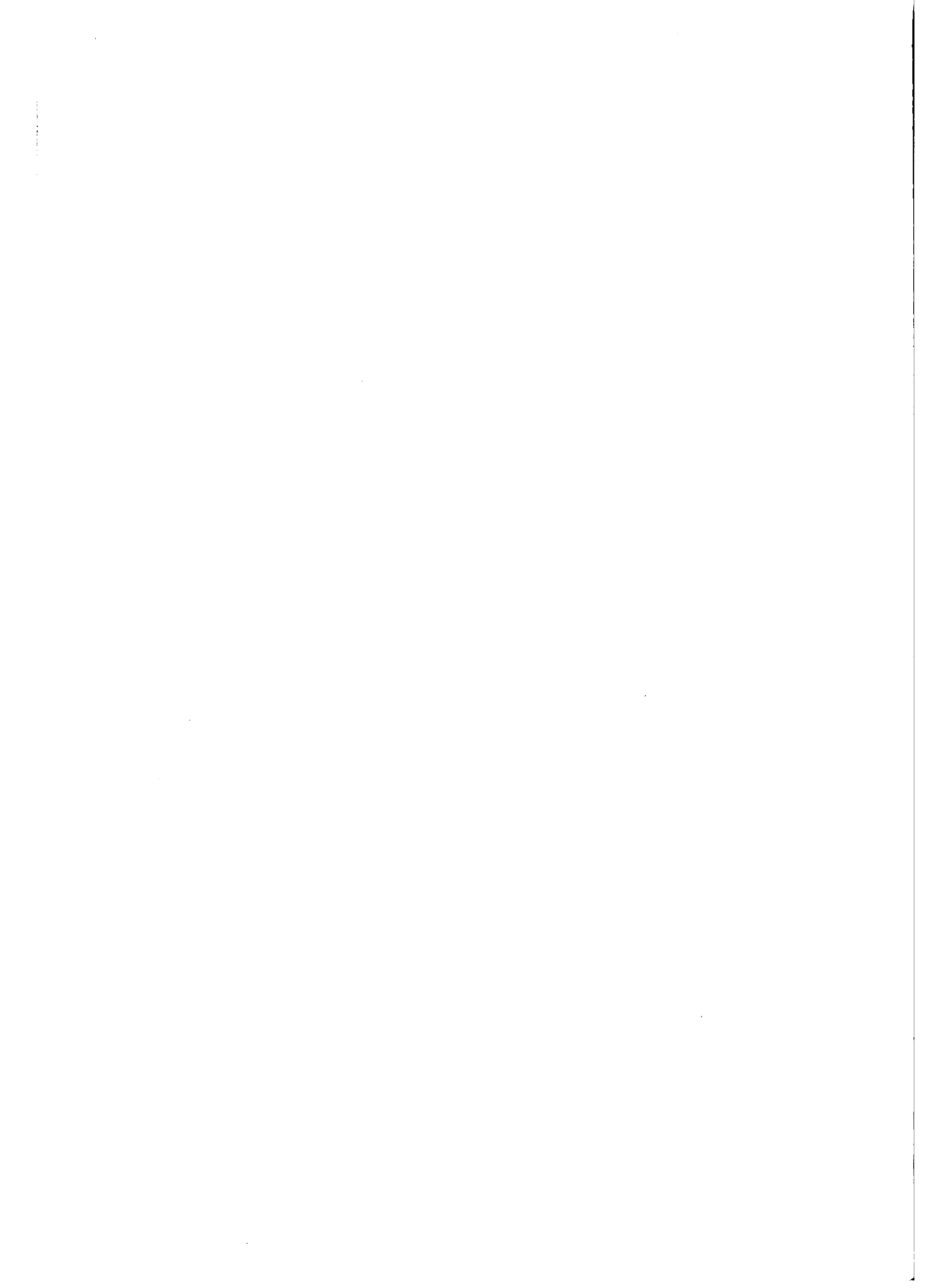
San Isidro de Coronado, San José, Costa Rica,



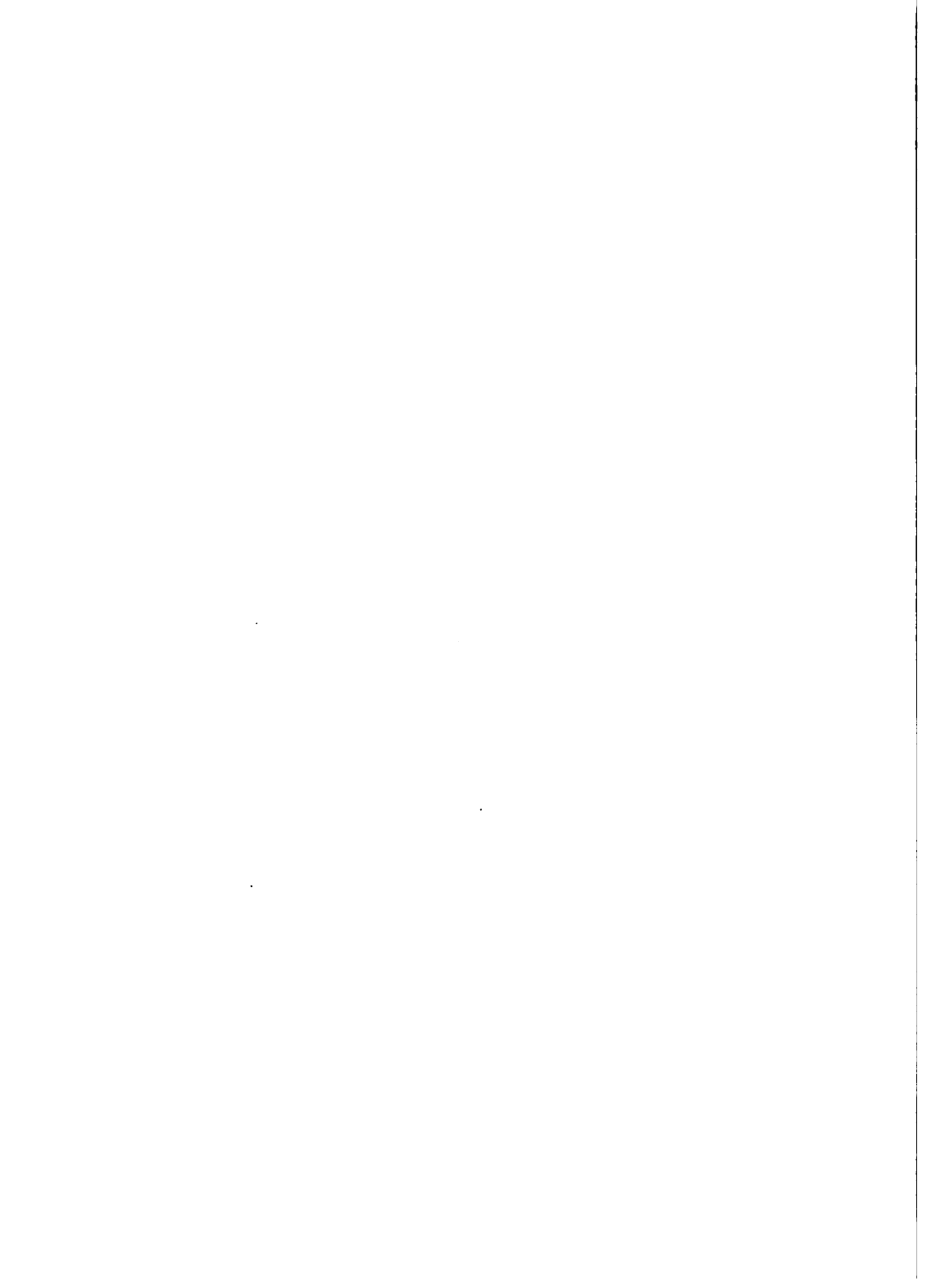
Carlos E. Aquino González
Diretor-Geral e
Secretário ex-officio



Russel García
Presidente



RELATÓRIO DA COMISSÃO DE CREDENCIAIS



**RELATÓRIO DA COMISSÃO DE CREDENCIAIS DA DÉCIMA QUARTA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO**

Em cumprimento do disposto no artigo 50 do Regulamento do Comitê Executivo, a Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo constituiu sua Comissão de Credenciais com os representantes do Brasil, Canadá, México e St. Kitts e Nevis.

Reunida na manhã do dia 12 de setembro de 1994, a Comissão elegeu suas autoridades e procedeu ao exame das credenciais dos representantes no Comitê Executivo.

A Comissão concluiu que as credenciais apresentadas eram satisfatórias e que não havia razão para questionar sua autenticidade.

San José, Costa Rica, 12 de setembro de 1994.



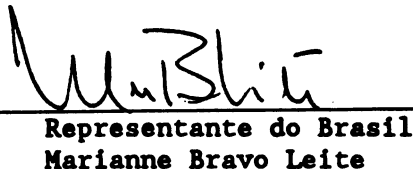
Representante de St. Kitts
e Nevis
Presidente
Keith Archibald



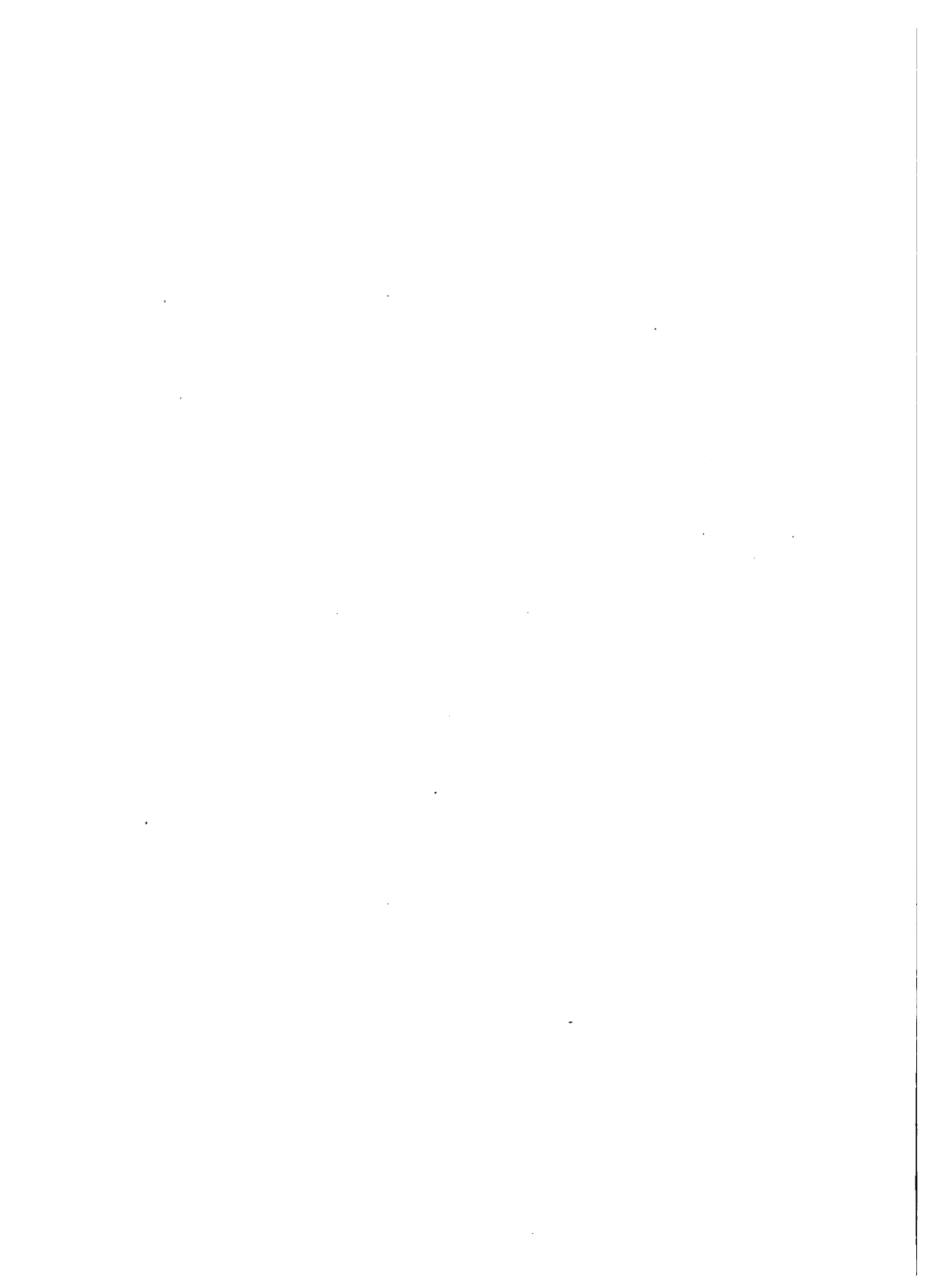
Representante do México
Vice-Presidente
Evangelina Beltrán P.



Representante do Canadá
Relator
Daniel Tremblay



Representante do Brasil
Marianne Bravo Leite



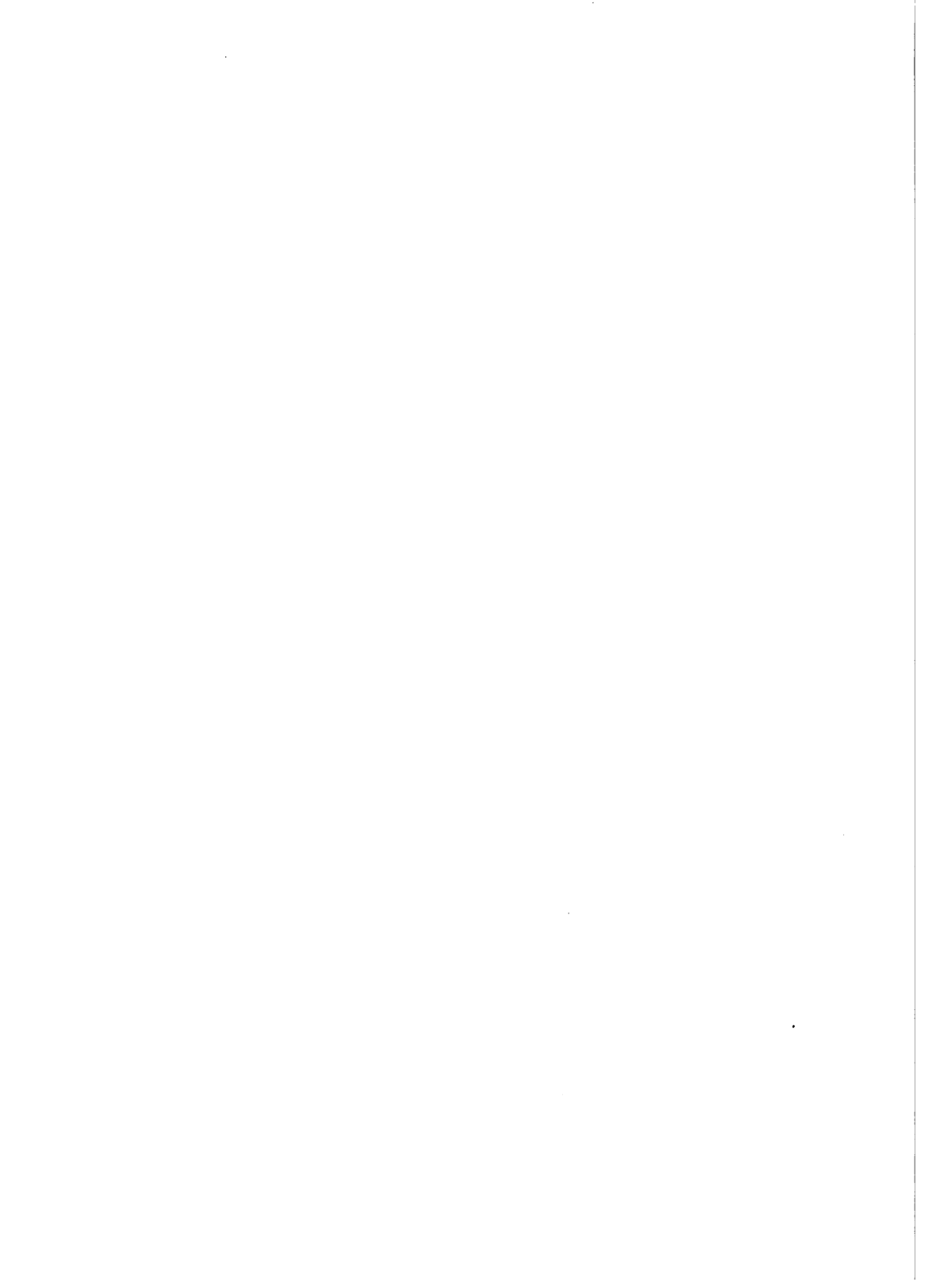
TEMÁRIO

TEMÁRIO**Documento N°**

1. Programa Provisório de Trabalho IICA/CE/Doc.263(94)rev.
2. Relatório Anual 1993 IICA/CE/Doc.264(94)
3. **Aspectos Financeiros**
 - 3.1 Relatório dos Auditores Externos e Comentários do Diretor-Geral sobre o Relatório dos Auditores Externos 1993 IICA/CE/Doc.265(94)
 - 3.2 Uso das Receitas Diversas IICA/CE/Doc.266(94)
 - 3.3 Estudo Anual dos CATIs IICA/CE/Doc.267(94)
 - 3.4 Eleição dos Membros do Comitê de Exame de Auditoria IICA/CE/Doc.268(94)
4. Plano de Médio Prazo 1994-1998 IICA/CE/Doc.269(94)
5. Ajustes no Orçamento-Programa 1994-1995 IICA/CE/Doc.270(94)
6. **Relatórios Especiais**
 - 6.1 Coordenação das Atividades FAO-IICA IICA/CE/Doc.271(94)
 - 6.2 Bolsas de Estudo IICA/CE/Doc.272(94)

- 6.3 Mecanismos para a Revisão de Projetos IICA/CE/Doc.273(94)
- 6.4 Candidaturas ao Título de Pessoal Emérito IICA/CE/Doc.274(94)
7. Relatórios sobre as Reuniões dos Órgãos Diretores do IICA
- 7.1 Cumprimento das Resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo IICA/CE/Doc.275(94)
- 7.2 Cumprimento das Resoluções da Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) IICA/CE/Doc.276(94)
- 7.3 XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura IICA/CE/Doc.277(94)
- 7.4 Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (Sem documento)
- 7.5 Data e Sede da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo IICA/CE/Doc.278(94)
8. Assuntos diversos

LISTA DE PARTICIPANTES



ESTADOS MEMBROS DO IICA INCLUIDOS
NO COMITÊ EXECUTIVO

BELIZE

Russel García
Minister of Agriculture
Ministry of Agriculture
Belmopan

BRASIL

Titular

Luiz Jorge Rangel de Castro
Embajador de Brasil en Costa Rica
Embajada de Brasil
Apartado 10132
1000 San José

Suplentes:

Murilo Xavier Flores
Presidente
EMBRAPA
Sain Parque Rural Final W3/Norte
Brasília

Marianne Bravo Leite
Primeira Secretária
Divisão da OEA do Itamaraty
Brasília

Mário Alves Seixas
Assessor do Presidente
EMBRAPA
Sain Parque Rural Final W3/Norte
Brasília

CANADÁ**Titular:**

C. William Ross
Director General
International Markets Bureau
Agriculture and Agri-Food Canada

Suplentes:

David Sherwood
Senior Advisor
International Organizations
International Markets Bureau
Agriculture and Agri-Food Canada

John Ausman
Deputy Director Multilateral Affairs
International Markets Bureau
Agriculture and Agri-Food Canada

Daniel Tremblay
Mexico and South America Relations
Division
Department of Foreign Affairs and
International Trade

Paul D. Durand
Embajador de Canadá en Costa Rica
Embajada de Canadá
Apartado 10303
San José

Paul Gibbard
Tercer Secretario y Vice-Cónsul
Embajada de Canadá en Costa Rica
Apartado 10303
1000 San José

CHILE

Juan Luis Marambio C.
Director Nacional
Instituto Nacional de Desarrollo
Agropecuario (INDAP)
Santiago

COLÔMBIA**Titular:**

Jorge García Orjuela
Viceministro de Desarrollo Rural
Ministerio de Agricultura y
Desarrollo Rural
Santafé de Bogotá

Suplente:

María Cristina Zuleta de Patiño
Embajadora de Colombia en Costa Rica
Embajada de Colombia
Apartado 3154
1000 San José

COSTA RICA**Titular:**

Mario Carvajal H.
Ministro de Agricultura y Ganadería
Ministerio de Agricultura y Ganadería
San José

Suplente:

Ezequiel García
Asesor del Ministro
Ministerio de Agricultura y Ganadería
San José

EQUADOR

Galo Izurieta Macías
Subsecretario de la Sierra
y la Amazonía
Ministerio de Agricultura
Quito

HAITI

Guy Alexandre
Embajador de Haití
Embajada de Haití en República Dominicana
Santo Domingo, República Dominicana

MÉXICO

Titular:

Marco A. Carrión
Director General de Sanidad Vegetal
Secretaría de Agricultura y
Recursos Hidráulicos
México

Suplente:

Evangelina Beltrán Pimienta
Subdirectora para Asuntos Multilaterales
Dirección General de Asuntos
Internacionales (DGAI)
Secretaría de Agricultura y
Recursos Hidráulicos
México

REPÚBLICA DOMINICANA

Pedro Rijo Castillo
Subsecretario de Planificación
Sectorial Agropecuaria
Avenida Jiménez Moya
Centro de los Héroes

ST. KITTS E NEVIS

Keith Archibald
Director of Agriculture
Ministry of Agriculture
Basseterre

ESTADOS MEMBROS DO IICA NÃO INCLUIDOS NO COMITÊ EXECUTIVO**ARGENTINA**

Jesús Leguiza
Subsecretario de Economía Agropecuaria
Secretaría de Agricultura
Buenos Aires

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**Titular:**

James W. Schroeder
Deputy Under Secretary for International
Affairs
Department of Agriculture
Washington, D.C.

Suplentes:

Sarah Horsey-Barr
Ambassador, Deputy Permanent Representative
United States Permanent Mission
to the OAS
Washington, D.C.

John Miranda
Acting Assistant Deputy Administrator
Office of International Cooperation and
Development
Foreign Agriculture Service
Washington, D.C.

Scott Bleggi
Agricultural Attaché
United States Embassy
P. O. Box 920-Pavas
1200 San José

Lee M. Peters
Counselor, Alternate Representative
United States Permanent Mission
to the OAS
Washington, D.C.

Howard Steele
Liaison Officer to IICA
Office of International Cooperation
and Development
Foreign Agriculture Service
Washington, D.C.

Alexander Dickie
Environmental Office
USAID/Guatemala

GUATEMALA

Titular:

Luis Arletto del Valle
Ministro de Agricultura, Ganadería y Alimentación
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Alimentación
Guatemala

Suplente:

Arturo Padilla Lira
Director Ejecutivo
Centro de Cooperación Internacional
para la Preinversión Agrícola (CIPREDA)
Guatemala

GRENADA

George I. Brizan
Minister of Agriculture, Trade,
Industry, Energy and Production
Ministry of Agriculture, Trade,
Industry, Energy and Production
St. George

HONDURAS

Roberto Villeda Toledo
Asesor del Ministro
Secretaría de Recursos Naturales
Tegucigalpa

JAMAICA

Faith Innerarity
Director of Economic Planning
Ministry of Agriculture
Kingston

PANAMÁ**Titular:**

Carlos Sousa-Lennox
Ministro de Desarrollo Agropecuario
Ministerio de Desarrollo Agropecuario
Panamá

Suplente:

Camila Li
Asesora del Ministro
Ministerio de Desarrollo Rural
Panamá

PARAGUAI**Titular:**

Gilberto Caniza Sanchíz
Embajador de Paraguay en Costa Rica
Embajada de Paraguay
Apartado 115
1002 San José

Suplente:

César Mercado Chamorro
Segundo Secretario
Embajada de Paraguay en Costa Rica
Apartado 115
1002 San José

PERU

Miguel Alfonso Payet
Ministro Consejero
Embajada de Perú en Costa Rica
Apartado 4248
1000 San José

SÃO VICENTE E GRANADINAS

Carlton O. Samuel
Permanent Secretary
Ministry of Agriculture, Industry
and Labour
Kingston

URUGUAI

Pamela Vivas
Cónsul
Embajada de Uruguay en Costa Rica
Apartado 3448
San José

VENEZUELA**Titular:**

Gregorio J. Salcedo
Viceministro de Agricultura y Cría
Ministerio de Agricultura y Cría
Caracas

Suplente:

Ana Cecilia Hurtado
Encargada de la Sección Comercial
Embajada de Venezuela en Costa Rica
Apartado 10230
1000 San José

TRINIDAD E TOBAGO

Samuel Howard
Director of Research
Ministry of Agriculture, Land
and Marine Resources
Port of Spain

OBSERVADORES PERMANENTESCOMUNIDADES EUROPEIAS

Nicolaas de Joncheere
Consejero para el Desarrollo
Apartado 836-1007 Centro Colón,
Calle 11, Av. 9
San José, Costa Rica

ESPAÑA

José Alvarez Ramos
Consejero de Agricultura, Pesca
y Alimentación
Embajada de España en Costa Rica
Apartado 10150
1000 San José

FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

Valeria N. Kalmik
Embajadora
Embajada de la Federación de Rusia
en Costa Rica
Apartado 6340
1000 San José

FRANCA

Guy Christophe
Consejero Regional de Cooperación
Científica y Técnica para América
Embajada de Francia en Costa Rica
Apartado 10177
1000 San José

ISRAEL

Yoed Magen
Segundo Secretario
Embajada de Israel en Costa Rica
Apartado 5147
1000 San José

REINO DOS PAÍSES BAIXOS

Pieter Van Ginneken
Primer Secretario y Asesor en Desarrollo Rural
Embajada Real de los Países Bajos
en Costa Rica
Apartado 10285
1000 San José

REPÚBLICA DA CORÉIA

Young-Man Kim
Director
Ministerio de Agricultura
y Pesca

Young Kun Shim
Director Instituto Investigación
Agricultura Exterior
Embajada de la República de Corea
en Costa Rica
Apartado 3150
1000 San José

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Stefano Bruzonne
Primer Secretario
Embajada de la República Federal
de Alemania en Costa Rica
Apartado 4017
1000 San José

REPÚBLICA DA POLÓNIA

Przemyslaw Marzec
Primer Secretario
Embajada de la República de Polonia
en Costa Rica
Apartado 664
2010 Zapote

ORGANISMOS DO SISTEMA INTERAMERICANO**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)**

Juan José Castro-Chamberlain
Especialista, Departamento de
Desarrollo Regional y Medio Ambiente
Apartado 10166
San José, Costa Rica

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

Juan Manuel Corredor
Representante en Costa Rica
Apartado 1142
1007 Centro Colón
San José

Lucio Reza
Gerente
Depto. Análisis de Proyectos
1300 New York Av., N.W.,
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

OBSERVADORES DE OUTROS ORGANISMOSORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO)

Tomás López Ramírez
Jefe
Despacho Regional de América Latina
y el Caribe
Via Delle Terme di Caracalla
00100 Roma, Italia

Constantino Tapia Rueda
Representante en Costa Rica
Apartado 8198
1000 San José

CARIBBEAN FOOD CROPS SOCIETY

Dashan Padda
Chairman, Caribbean Food Crops Society
University of the Virgin Islands, RRZ
Box 10000. Kingshill, St. Croix

Jerry Dupuy
Miembro del Consejo
Barcelo & Co.
Apartado 63
Santo Domingo, República Dominicana

CENTRO AGRONÓMICO TROPICAL DE PESQUISA E ENSINO (CATIE)

Rubén Guevara Moncada
Director General
7170 CATIE
Turrialba, Costa Rica

GENTRO INTERNACIONAL DE AGRICULTURA TROPICAL (CIAT)

Gerardo Hábich
Director Asociado de
Relaciones Institucionales
Apdo. Aéreo 6713
Cali, Colombia

CONSELHO DA TERRA

Alicia Bárcena
Directora
Apartado 2323
1002 San José, Costa Rica

Javier Gatica
Asistente Programas y Proyectos
Apartado 2323
1002 San José, Costa Rica

ESCOLA PAN-AMERICANA DE AGRICULTURA ZAMORANO

Nelson Montoya
Asistente del Director
Escuela Agrícola Panamericana Zamorano
Apartado 98
Tegucigalpa, Honduras

CONVIDADOS ESPECIAIS

Gabriel Martínez
Secretario General
Sociedad de Agricultores
Santafé de Bogotá, Colombia

Mauro de Rezende Lopes
Coordenador de Projetos Internacionais
Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 190-8º Andar
22280-040 Rio de Janeiro
Brasil

FUNCIONÁRIOS DO IICA

Carlos E. Aquino G.	Diretor-Geral
David W. Joslyn	Subdiretor-Geral
Jaime Acosta	Diretor de Operações da Área Andina
Enrique Alarcón	Diretor do Programa II: Geração e Transferência de Tecnologia
Geraldo Calegar	Coordenador da Direção do Centro de Programas e Projetos de Investimento (CEPPI)
Margarita Castillo	Auditora Interna
Fernando Del Risco	Chefe da Divisão de Programação
Lizardo de las Casas	Diretor do Programa I: Análise e Planejamento da Política Agropecuária
Francisco Enciso	Presidente da Associação do Pessoal do IICA (APIICA)
Gordon J. Mair	Diretor de Finanças
Rafael Marte	Assessor do Diretor-Geral
Rodolfo Martínez Ferraté	Assessor do Diretor-Geral para Assuntos Especiais
Héctor Morales	Coordenador do Plano de Ação na Costa Rica

José Nagel	Diretor de Informação, Comunicação, Capacitação e Assuntos Institucionais
Manuel Otero	Diretor de Programação e Avaliação
Gilberto Páez	Diretor das Operações de Áreas
Reynaldo Pérez	Diretor de Operações da Área Central e Sul
Rodolfo Quirós G.	Diretor do Programa IV: Comércio e Integração
Eduardo Salvadó	Diretor de Relações Externas
Sergio Sepúlveda	Diretor do Programa III: Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural
James Schlotfeldt	Diretor de Recursos Humanos
Clara Solís de Araya	Assessora do Diretor-Geral
Fernando Suárez de Castro	Assessor Jurídico
Jaime Viñas-Román	Assessor do Diretor-Geral
David Wilson	Diretor do Programa V: Sanidade Agropecuária

FUNCIONÁRIOS DO CATIE

Rubén Guevara	Diretor-Geral
Rómulo Olivo	Subdiretor-Geral

FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO

FUNCIONÁRIOS DA REUNIÃO

Diretor-Geral	Carlos E. Aquino
Subdiretor-Geral	David W. Joslyn
Secretário Técnico	Eduardo Salvadó
Assistente do Secretário Técnico	Roxana Montero
Secretaria dos Representantes	Elisa Barrantes Irma Pacheco
Assesores Jurídicos	William M. Berenson Fernando Suárez
Redação de Atas	
Coordenação	Susana Lalli
Redatores de Atas	Theresa Bernardo Juan Calivá Silvia Delgado María del P. Fernández Grettel MacVane Robin Marsh Miguel Rojas
Imprensa e Televisão	
Coordenação	Sonia de la Cruz Patricia León
Jornalistas	Danilo Jiménez Mishelle Mitchel
Assistente	Rafael Cartín

Cerimonial**Coordenação**

Xinia López
 Arturo Hernández
 María Ileana Mora

Yorlenni Barrantes
 Franco Hernández
 Grettel Mora
 Kattia Quesada
 Enrique Salazar
 Rolando Urbina

Serviço de Idiomas**Chefe**

Susana Raine

Subchefe

Barbara Rojas

Intérpretes**Coordenação**

Barbara Cohen

Espanhol

Gerta Payas
 Ana María Sotelo

Francês

Bernard Luciani
 Roland Sarot
 Michel Wolteche

Inglês

Barbara M. Cohen
 Georgette Weller

Português

María Helena Oliveros
 Luis Fernando Werneck

Revisores**Espanhol****Alejandra Campbell
Anacristina Rossi****Francês****Bruno Lobrichon
Gilles Martel****Inglês****Paul Murphy
Michael Snarskis****Português****Dorival Moreira
Zita Pessoa****Tradutores****Francês****Monique Dufournaud
Michèle Lemaitre
Marc Pichard
Michel Veyrat****Inglês****Orlando García
Peter Leaver
Elizabeth Lewis
Nicholas Papworth****Português****Romulo Baptista(OEA)
Emilio Breyer
Francisco Pereira(BID)
Carlos Ramirez Silva(OEA)****Secretaria de Documentos****Chefe****Leda Avila****Subchefe****Patricia Jara****Inscrição****Maureen Obando
Olga Zeledón**

Serviço de Sala**Coordenação****Zaida Granados****Recepcionistas****Yorleny Chinchilla
Lorena Mata
Yenori Rodríguez
Ilse Vargas
Fanny Zapata****Coordenação Processamento
de Texto****Patricia Brenes
Clotilde Rodríguez****Processamento de Texto****Espanhol****Helga Alvarado
Geovana Badilla
Lillian Mayorga
Marta Sandino****Francês****Vivian González
Isabel Marengo
Patricia Ross
Mayela Segura****Inglês****María Elena Cedeño
Gabriela Hernández
Guiselle Meléndez
Lorena Rodríguez****Português****Gladys Delgado
Flor Lizano
Carlos Monge
Mabel Valerín****Coordenação Correção
de Provas****Flor Loaiza
Zahyra Obando**

Espanhol	Rosario Bogantes Danilo Herrera Laura Pérez Marta Vásquez
Francês	Elsa Atencio Marta E. Marín Francisco Urruela Jeannette Villalta
Inglês	Helen Clark Steven Clark Jean Louise Hero Adriana Marín
Português	Ana Nery Damasceno Mercia de Oliveira Hilda Ma. Santiesteban Eva Schnell
Coordenação Ata Verbal	Mariantonieta Cordido Leticia Giménez
Gravação	Francisco Sánchez
Edição Espanhol	
Coordenação	Máximo Araya Fanny de la Torre Olga Patricia Arce Marcelle Banuett Isabel Bolaños Ana María Fournier
Transcrição Espanhol	Alejandra Aguilar María A. Barrientos Ana Cristina Bolaños Marjorie Chaves

Laura Gutiérrez
Magdalena Salgado
Sonia Valverde

**Transcrição e Edição
Inglês**

Coordenação

Sundra Flansburg
Mark H. Kelly

Ana Carlota Araujo
Patrick Omarr
Esteban Rojas Bryan
Sara Watkins

Distribuição de Documentos

Roxana Araya
Hugo Calderón
María Elena González

Impressão de Documentos

Coordenação

Guiselle Madrigal
Eduardo Garnier
Edwin Bolaños

Efraim Aguilar
Carlos Alvarado
Carlos Campos
Luis Chacón
Angelina Orozco
Manuel Salazar
Freddy Vargas

Mensageiros

Francisco Esquivel
Tony Ortega

**Equipe de Interpretação
Simultânea e Som****Ronald Aragón
Luis Fernando Mata****Sistema Automatizado****Coordenação****Róger Mayorga****Manuel León
Minor Mata
Franz Martín
Karina Ramírez
Tathiana Rodríguez****Apoio Logístico****Divisão de Serviços****Rafael Cordero****Assuntos Financeiros****Carmen Salazar****Manutenção****Jorge Castro
Raúl Mata****Transporte****Edwin Morales****Alimentação****Hugo Núñez****Almoxarifado****Herberth Montero****Serviços Gerais****Mario Arguedas
Mercedes Ortiz**

LISTA DE DOCUMENTOS

LISTA DE DOCUMENTOS

IICA/CE/Doc.262(94)	Temário
IICA/CE/Doc.263(94)rev.	Programa Provisório de Trabalho
IICA/CE/Doc.264(94)	Relatório Anual 1993
IICA/CE/Doc.265(94)	Relatório dos Auditores Externos e Comentários do Diretor-Geral sobre o Relatório dos Auditores Externos 1993
IICA/CE/Doc.266(94)	Uso das Receitas Diversas
IICA/CE/Doc.267(94)	Estudo Anual dos CATIs
IICA/CE/Doc.268(94)	Eleição dos Membros do Comitê de Exame de Auditoria
IICA/CE/Doc.269(94)	Plano de Médio Prazo 1994-1998
IICA/CE/Doc.270(94)	Ajustes no Orçamento-Programa 1994-1995
IICA/CE/Doc.271(94)	Coordenação das Atividades FAO-IICA
IICA/CE/Doc.272(94)	Bolsas de Estudo
IICA/CE/Doc.273(94)	Mecanismos para a Revisão de Projetos
IICA/CE/Doc.274(94)	Candidaturas ao Título de Pessoal Emérito

IICA/CE/Doc.275(94)

Cumprimento das Resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo

IICA/CE/Doc.276(94)

Cumprimento das Resoluções da Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA)

IICA/CE/Doc.277(94)

XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura

IICA/CE/Doc.278(94)

Data e Sede da Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo

LISTA DE DOCUMENTOS INFORMATIVOS

- INFO Nº 1 Relatório sobre a contratação de consultores nacionais e internacionais.
- INFO Nº 2 Coordenação das atividades FAO-IICA.
- INFO Nº 3 Curriculum vitae - Ashni Kumar Singh.
- INFO Nº 4 Adiantamento de recursos financeiros em 1994 não auditado.
- INFO Nº 5 Situação das cotas dos países membros em 31 de agosto de 1994.
- INFO Nº 6 Perfil do progresso dos projetos sobre bolsas de produtos agropecuários e programa do segundo encontro continental de bolsas de produtos agropecuários.

ANEXOS



**PALAVRAS DO DR. MARIO CARVAJAL,
MINISTRO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DA
COSTA RICA, NA SESSÃO DE ABERTURA**

Muito obrigado, Senhor Presidente, e muito bom dia a todos. Em nome do Governo da Costa Rica e de nosso Presidente, Senhor José María Figueres, Ministro da Agricultura de um Governo anterior, quero dar-lhes boas-vindas e agradecer a presença dos senhores.

Também quero agradecer ao IICA, anfitrião desta Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo, a oportunidade que esta dando a Costa Rica de sediar este encontro, bem como manifestar a nossa satisfação pela expressiva quantidade e qualidade dos representantes que os Governos enviaram a esta reunião, que se reveste de especial importância não só pelo fato de o Senhor Carlos Aquino estar iniciando suas atividades como Diretor-Geral do IICA, mas também porque nela se submeterá a aprovação o Plano de Médio Prazo do Instituto, o que reúne aqui cerca de dez ministros da Agricultura que chefiam as delegações de seus países.

Aproveito esta oportunidade para transmitir o desejo do Presidente da Costa Rica de que os senhores considerem a possibilidade de realizar em nosso país a Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e a XI Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura (CIMA), ambas programadas para outubro de 1995.

Sugerimos essa possibilidade levando em conta sobretudo que, na gestão do Senhor José María Figueres à frente do Ministério da Agricultura, coube-lhe presidir essas mesmas reuniões cerca de seis anos atrás. Agora, gostaríamos de ter a oportunidade de ver nosso Presidente e ex-Ministro da Agricultura - que se qualifica como agricultor

na sua carteira de identidade - acompanhar-nos nessas importantes reuniões.

Desejo a todos muito sucesso no trabalho que será realizado nos próximos dias. Para nós, é um prazer tê-los na Costa Rica. A presença dos senhores nos dará a oportunidade de conversar e trocar opiniões informalmente, além de tratar os importantes temas que constam da pauta formal desta reunião.

Muito obrigado e, mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos.

**MENSAGEM DO ENG. CARLOS E. AQUINO GONZÁLEZ,
DIRETOR-GERAL DO IICA, NA SESSÃO DE ABERTURA**

Damos as mais calorosas e cordiais boas-vindas a todos os participantes.

Esta é uma ocasião muito especial em que nos reunimos, na Casa da Agricultura das Américas, para examinar o rumo de nossa Instituição e definir alguns desafios, prioridades e limitações que devemos enfrentar nos próximos anos.

A Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo sente-se honrada com a presença de vários ministros da Agricultura e delegados da maioria de nossos Estados membros, fato que vemos como um indicador positivo do grande interesse pelo destino de nosso Instituto.

Desde que assumimos a honrosa responsabilidade de dirigir esta prestigiosa Instituição por um período de quatro anos, propusemo-nos a meta de promover, juntamente com os senhores, um processo de modernização e reforma institucional que, alicerçado nas sólidas bases dos seus 52 anos de existência, acompanhasse os novos tempos e servisse de apoio aos grandes esforços exigidos pelas rápidas mudanças que estão ocorrendo em nosso continente e no mundo, de modo que pudéssemos adequar-nos às demandas da agricultura dos novos tempos e à nova institucionalidade do setor agropecuário e florestal no limiar do século XXI.

Por isso, com esperança e sobretudo com uma profunda confiança em que contaremos com o apoio decidido de todos os países membros, demos início a um processo participativo de análise e reflexão, visando a identificar o rumo que nossa Instituição deve tomar para enfrentar os desafios da hora presente e, paralelamente, elaborar as propostas de ação futura.

No tocante a essas mudanças fundamentais, gostaria de citar alguns parágrafos do livro "O que as empresas devem fazer para promover uma transformação total", que dizem o seguinte:

- O mundo em que vivemos e viveremos e o ambiente no qual as organizações atuarão não têm precedentes. Ainda que os elementos sejam os mesmos, o ritmo e a complexidade da mudança no sentido de novas formas, novas maneiras de viver e novos valores são de uma magnitude inaudita. As mudanças no panorama político e as novas relações entre o Primeiro Mundo e o Terceiro Mundo estão redefinindo o mercado, os meios de produção e a localização dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

- A explosão da tecnologia em matéria de comunicações e informática criou sem dúvida um mundo único, no qual as transações se processam num microssegundo e as notícias se propalam com a mesma velocidade com que são geradas. As mudanças que ocorreram mundialmente nos valores sociais, tais como a preocupação com o meio ambiente, o papel da mulher na sociedade e o papel das organizações produtoras de riqueza, definem o ambiente em que as organizações funcionam.

- Esse ambiente impõe obrigações sem precedentes aos líderes das organizações, os quais têm a tarefa e a responsabilidade de determinar tanto o funcionamento como o futuro de suas empresas. Esse turbilhão de "espuma" força os líderes a examinarem a própria essência de suas organizações - seus propósitos básicos, sua identidade e suas relações com os clientes, concorrentes e fornecedores.

Os processos de mudança são normalmente lentos e muitas vezes difíceis; todavia, tornam-se a médio e longo prazo significativamente valiosos, produtivos e desafiadores. Todo processo que implica mudança organizacional e

mudança de atitudes pessoais se caracteriza por fases de negação, resistência, compromisso e exploração.

Todas essas fases vêm sendo vividas em nossa Instituição de maneira simultânea em maior ou menor grau.

Tomando por base as recomendações do grupo de especialistas que avaliou o IICA (G-6) e as contribuições dos ministros da Agricultura reunidos na Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, realizada no México, iniciamos uma consulta ampla, que como os senhores sabem teve uma dupla dimensão, nos âmbitos externo e interno do Instituto.

No âmbito externo, conseguimos envolver os ministérios da Agricultura de todos os nossos países, assim como instituições estatais vinculadas ao setor, organizações de produtores e o setor privado agroempresarial.

É do conhecimento de todos que foi constituído o grupo denominado G-33, com representantes dos ministros da Agricultura dos 33 Estados membros do IICA.

Com eles, além de realizarmos uma reunião de trabalho nesta Sede, mantivemos freqüente contato para retroalimentar o PMP 1994-1998 e seu processo de elaboração. A esse esforço juntaram-se representantes do setor privado, os quais participaram conosco de diversos eventos de natureza técnica.

No âmbito interno, produziu-se valiosa interação entre as diversas instâncias da Sede e os Escritórios nos países.

Isto sem dúvida permitiu identificar não só nossas grandes potencialidades, mas também nossas deficiências institucionais, que nos cumpre superar para podermos elevar a qualidade dos serviços demandados pelas instituições agropecuárias e órgãos afins nos países membros.

Escolhemos um caminho mais longo e provavelmente mais difícil, dado que implicava a soma de vontades e a articulação de pensamento e método, numa ação conjunta. Foi esta, entretanto, a nossa opção, feita com a fé e a convicção de que, se pretendemos melhorar o serviço oferecido, temos de levar em conta a opinião de nossos dirigentes e dos funcionários do Instituto.

Com este fim, propusemo-nos manter um ambiente de trabalho totalmente institucional, conduzido com prudência e austeridade num contexto de respeito a cada funcionário. Com perseverança e esforço procuramos criar um "espírito de corpo", dotado de elevado sentido de responsabilidade e de afinidade em relação à Instituição, e desenvolver sobretudo a idéia do trabalho em equipe e não de compartimentos estanques.

Creemos que o apoio recebido, além de oportuno, foi altamente valioso para os mais altos interesses de nosso Instituto. No período transcorrido de janeiro até hoje, cada unidade desta Instituição levou avante o trabalho previsto no respectivo programa operacional aprovado na administração anterior para 1994, tendo ainda desenvolvido outras iniciativas.

Esta Direção-Geral chega, pois, a esta reunião do Comitê Executivo entusiasmada e esperançosa com o diálogo aberto que incentivamos, tanto no âmbito externo quanto no interno, e especialmente com o espírito democrático de abertura e participação que auspiciamos em todos os níveis e que representa uma base muito importante para o estabelecimento de um sistema de administração e gerência mais moderno e coerente com os novos tempos.

Estamos convencidos de que nossa função só será eficaz na medida em que motivemos e propiciemos uma relação ampla, dedicada e aberta entre os Estados membros, as instituições públicas e privadas vinculadas ao setor agropecuário, os beneficiários e os funcionários do IICA.

A participação ativa e consciente de nossos dirigentes na definição e orientação da Instituição e o conhecimento amplo que têm eles do que faz o Instituto e de como o faz são essenciais para assegurar a eficiência e a qualidade da Instituição, bem como para granjear-lhe apoio econômico.

É dentro dessa perspectiva que nos reunimos neste Comitê Executivo para cumprir a última etapa do processo participativo de formulação do Plano de Médio Prazo: a revisão pelos senhores da versão final que lhes foi enviada, para, uma vez obtida a sua aprovação, iniciar a fase de implementação. Denominamos o ano de 1994 de fase de formulação, correspondente ao estágio atual; 1995 será a fase de transição, e em 1996 e 1997 se dará a fase de consolidação.

A visão institucional apresentada neste Plano fundamenta-se especialmente em um desenvolvimento agrícola orientado para o desenvolvimento rural humano, que cumpre a função de quadro contextualizador e de elemento organizador de todas as ações do Instituto.

Dentro desse enfoque, enfatiza-se a cooperação técnica participativa que o IICA proporciona aos países para gerar propostas que promovam o desenvolvimento agropecuário e rural sustentável, porém com uma visão clara e pragmática de médio e longo prazo.

Como propostas básicas, o PMP exorta a necessidade de:

1. Programar o trabalho em função de três tipos de transformação da agricultura - produtiva, comercial e institucional - que levem a uma transformação humana, alicerçada na trilogia de competitividade, sustentabilidade e equidade.

2. Concentrar ações num reduzido número de temas estratégicos desenvolvidos através destas quatro Áreas de Concentração:

- Políticas Sócio-Econômicas, Comércio e Investimentos
- Ciência e Tecnologia, Recursos Naturais e Produção Agropecuária
- Sanidade Agropecuária
- Desenvolvimento Rural Sustentável

e de dois Serviços Especializados:

- Capacitação, Educação e Comunicação
- Documentação, Informação e Informática.

3. Promover nova dinâmica institucional, caracterizada, no âmbito externo, pelo desenvolvimento de alianças estratégicas com outros organismos internacionais e regionais, com instituições do setor público agropecuário dos países e com organizações e instituições do setor privado.

No âmbito interno, tal dinâmica se caracterizará pelo desenvolvimento de um enfoque de participação, descentralização, flexibilidade e concentração definido pelo seguinte:

- um novo estilo de gerência participativa abrangente;
- a criação de cinco centros regionais de cooperação técnica (sistemas de cooperação e coordenação) e a conversão dos atuais Escritórios nos países em Agências de Cooperação Técnica, desse modo fortalecendo o caráter

técnico das unidades da Instituição nos países;

- a capacidade de adequar a ação em função das mudanças e demandas, e
- a necessidade de conseguir oferecimentos de cooperação dotados de excelência técnica e de impacto significativo.

A consecução de tais metas vai depender de progressiva e importante mudança de atitude de parte dos recursos humanos da Instituição, no sentido do desenvolvimento da excelência e qualidade máxima dos serviços que oferecemos.

Para tanto, é preciso implementar uma política de recursos humanos baseada principalmente em sua capacitação contínua e progressiva, assim como na evolução do desenvolvimento organizacional que permita introduzir gradualmente mudanças fundamentais, construtivas e motivadoras.

Do mesmo modo, propõe-se o desenvolvimento de uma estratégia efetiva de captação de recursos financeiros, que nos permita ampliar o desenvolvimento de ações de cooperação técnica e gerencial para nossos Estados membros.

Os recursos econômicos da Instituição são limitados e devem servir de base para a consecução de outros meios de fortalecer os serviços que prestamos aos países. Reconhecemos que essa não é uma tarefa fácil, pois as perspectivas de captação de recursos externos são cada vez menores.

A busca de fontes adicionais de financiamento é, entretanto, um requisito essencial para se obter maior estabilidade institucional e assegurar menor vulnerabilidade nas ações do IICA. Estes esforços requerem o apoio entusiasta e decidido dos Estados membros.

Nesse sentido, parece-nos que será necessário identificar novos tipos de membros e novas funções para os Países Membros e Observadores, bem como para outros países de fora do Continente, que possam contribuir para o fortalecimento econômico da Instituição.

O desenvolvimento de alianças estratégicas ampliará a possibilidade de se atender às demandas e desafios do desenvolvimento agropecuário e rural sustentável.

Entendemos que este Plano de Médio Prazo é um bom ponto de partida para prosseguirmos, com uma lógica racional e ordenada, no desenvolvimento de nosso Instituto e na sua adaptação às necessidades dos novos tempos. Destacamos o fato de que o PMP deve ser um instrumento dinâmico e flexível, sujeito a ajustes e modificações, de acordo com as circunstâncias. O IICA possui mecanismos institucionais idôneos que devem ser utilizados para efetuar revisões periódicas do PMP durante este quadriênio.

Para a implementação do Plano, apresentamos um ajuste no orçamento de 1995 muito conservador, mantendo a quantia originalmente destinada pela JIA, de US\$ 27.508.680, para cobrir as operações e atividades nos 33 países membros.

Mantivemos a programação de 1994 com a mesma distribuição de recursos já aprovada para este ano, com base na política de administração prudente que mencionamos anteriormente.

As pequenas alterações no ajuste do Orçamento-Programa respeitam a quantia indicada anteriormente e visam principalmente a:

- Fortalecer o trabalho das Áreas de Concentração e dos Serviços Especializados, bem como o das Agências de Cooperação nos Estados Membros, aumentando-se a verba para cooperação técnica.

- Reduzir gradativamente nossos custos, mediante a racionalização da estrutura burocrática.
- Iniciar o processo gradual de descentralização com o estabelecimento dos Centros Regionais e a própria descentralização dos projetos multinacionais.
- Aumentar a utilização da capacidade técnica do pessoal do Instituto e diminuir o uso de consultores.
- Promover a cooperação técnica horizontal entre os países.
- Fortalecer os esforços dirigidos para o programa de bolsas de estudo.
- Fortalecer o desenvolvimento dos recursos humanos.

É com esse espírito que submetemos à consideração dos senhores a proposta do Plano de Médio Prazo 1994-1998.

Temos a certeza de que, ao longo de sua implementação, cada um dos países dará sua oportuna contribuição para efetuar os ajustes, melhorias e adequações que as circunstâncias possam exigir.

Muito oportunas serão as sugestões no sentido de fortalecer e apoiar o processo de reforma e modernização da Instituição, orientadas para conferir qualidade máxima e excelência a nossos serviços de cooperação técnica para o desenvolvimento da agricultura.

Simultaneamente à elaboração do Plano de Médio Prazo e à execução das atividades programadas para 1994, tomamos outras iniciativas que consideramos importantes para o futuro do IICA.

Dentre essas iniciativas, destaca-se um processo de consolidação de alianças estratégicas, podendo-se assinalar neste momento o avanço registrado nas relações com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), da qual nos aproximamos de maneira muito promissora, identificando trabalhos conjuntos nos diversos níveis que redundarão em serviços melhores e mais eficientes para os países membros das duas instituições.

Também conseguimos estreitar e fortalecer as relações entre o CATIE e o IICA. Ambas as instituições muito avançaram em termos de conjugação de esforços e ação conjunta. Hoje podemos anunciar aos ilustres delegados presentes que estamos compartilhando escritórios em alguns países e, ademais, unindo nossa capacidade a fim de oferecermos serviços com maior eficácia.

Também concretizamos ações semelhantes com o USDA, a EMBRAPA, o INTA e outras instituições. Estabelecemos contato com instituições educacionais dos Estados Unidos da América, do Canadá e da América Latina e Caribe, bem como com a Associação Latino-Americana de Educação Agrícola Superior (ALEAS).

Esta aproximação também se estende a estabelecimentos de ensino superior, como é o caso da EARTH e da Escuela Zamorano. Trata-se de um esforço essencial para a iniciativa, prevista no PMP, de fortalecer ações no campo da educação agrícola e contemplar um vínculo de cooperação extremamente útil na formação de recursos humanos para a agricultura sustentável de nossos países.

Com o propósito de estabelecer relação com o setor privado e de buscar maior aproximação entre os setores público e privado dos países, progredimos na promoção de uma rede de agroempresários. Neste contexto, estamos coordenando, juntamente com a *Caribbean Latin American Action*, a realização de um encontro agroempresarial em Miami, Estado da Flórida, imediatamente depois da reunião de cúpula dos presidentes dos países americanos.

A fim de contar com mecanismos de apoio para a gestão de outros recursos financeiros, que permitam respaldar maior número de ações nos países menores e de menor desenvolvimento, envidemos esforços para revitalizar a idéia da "Fundação IICA para o Desenvolvimento Sustentável", em cujo processo de formação vimos progredindo, sem pressa porém sem pausa.

Para o estabelecimento de mecanismos de participação de todos os funcionários do Instituto no fortalecimento institucional, criou-se a Comissão de Análise, Reforma e Desenvolvimento Institucional (COARDI).

Este mecanismo tornou-se excelente instrumento de democratização institucional, que propicia e facilita um processo de retroalimentação interna, além de ser uma via importantíssima para que os funcionários do IICA possam fazer valiosas contribuições e sugestões, baseadas nas experiências que o trabalho cotidiano lhes proporciona.

Atualmente há dez grupos de trabalho que analisam várias áreas importantes no processo de aprimoramento institucional.

Conscientes de que o IICA prestou contribuições muito valiosas durante todo o seu desenvolvimento histórico e de que muitos dos que contribuíram para o seu engrandecimento estão hoje aposentados porém mantêm o interesse e a disposição de continuar colaborando com o Instituto, constituímos núcleos de trabalho com ex-funcionários em diversos países.

Esses ex-funcionários estão contribuindo para a mudança institucional e para as futuras atividades do IICA com valiosas idéias e conceitos. Neste contexto, procurou-se manter estreita relação com os antigos Diretores-Gerais do Instituto, enriquecendo-nos com suas experiências e dispendo de seus sábios conselhos.

Na busca de um clima de desenvolvimento institucional aberto à mudança e com o compromisso de conferir excelência e qualidade aos serviços, vem-se desenvolvendo um processo de capacitação do pessoal do Instituto, em todos os níveis, processo esse que iniciamos recentemente em colaboração com o Instituto de Administração de Empresas (INCAE), filiado à Universidade de Harvard.

Prevê-se que, dentro de curto prazo, todos os representantes nos países e diretores da Instituição terão frequentado e concluído um curso de formação em alta gerência, permitindo desse modo a complementação de sua capacidade técnica com capacidade gerencial.

Esperamos que esse esforço tenha um impacto muito positivo nas relações com os países e na qualidade dos serviços que prestamos.

Ilustres delegados, meus amigos, desejo aqui renovar o meu firme compromisso de trabalhar com os senhores no "redimensionamento" deste Instituto, em função dos mais altos interesses de seus Estados membros.

Sinto-me otimista. Creio que progredimos nos últimos oito meses. Estou seguro de que levaremos avante esse processo de crescimento, sem deixar de reconhecer que nossa tarefa é árdua e difícil, pois esta é uma instituição muito complexa, dadas a sua natureza multicultural e a sua dinâmica institucional.

Entretanto, essas mesmas facetas fazem com que a tarefa a cumprir seja mais desafiadora; em consequência, nossos grandes desafios convertem-se em oportunidades, mas só juntos alcançaremos o sucesso esperado.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, nosso Instituto, tem um grande compromisso com o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural do Continente. Hoje, mais do que nunca, somos chamados a "redimensionar" de maneira produtiva o papel da agricul-

tura na consecução de uma sociedade mais justa e mais eqüitativa no continente americano. Se conjugarmos esforços, triunfaremos e conseguiremos o tão almejado desenvolvimento agropecuário e rural sustentável.

Agradeço novamente a presença dos senhores delegados. De maneira muito especial, agradeço também a presença dos representantes dos Países Observadores e de organismos internacionais, bem como dos convidados especiais que nos acompanham.

Estou plenamente de acordo com Richard Beckhard e Wendy Pritchard, autores do livro sobre a "transformação total", quando afirmam que "para um esforço de mudança levar uma organização ao futuro, é preciso que o processo implique compreensão das forças externas que exigem decisões de mudança na organização".

É por isso que precisamos tanto da compreensão como do apoio moral, financeiro, político e técnico de todos os senhores e dos países que representam, assim como de todo o nosso pessoal, para que nossa Instituição comece a potencializar suas forças e a vencer limitações e deficiências numa perspectiva criadora.

Isso lhe permitirá também reconhecer, identificar e aproveitar outros recursos financeiros, humanos e institucionais existentes nos Estados membros e Países Observadores, a fim de que, com esforços compartilhados e alianças estratégicas, sejam encontradas respostas para as novas e antigas necessidades da cadeia agroalimentar de nossa América.

Antes de finalizar, permitam-me expressar ainda o meu mais profundo e sincero agradecimento aos profissionais que apresentarão temas de grande importância no decorrer desta reunião; às instituições e agroempresas que nos estão acompanhando com suas exposições, e a todo o pessoal da Instituição que se dedicou com especial cuidado, esmero e esperança, à preparação desde os documentos

de caráter técnico até os ambientes que estamos e estaremos desfrutando durante este encontro.

Esperamos que o ideal de excelência e qualidade máxima se faça presente, para que os princípios de sustentabilidade, competitividade e eqüidade se tornem de fato reais na consecução da melhoria e do crescimento social e humano de que necessitamos em toda a nossa América.

Santa Teresa dizia: "a humildade é a verdade". E, com humildade, lhes digo esta verdade: o IICA necessita dessas mudanças. Sejam os senhores os líderes idealistas dessa transformação.

Permitam-me também, respeitando as diferentes crenças religiosas, invocar a presença de Deus entre nós, bem como sua luz divina, para que nos guiem em nossas deliberações.

Muito obrigado.

**PALAVRAS DO SR. GALO IZURIETA, DELEGADO DO EQUADOR,
NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

Obrigado, Senhor Presidente, pela gentileza de conceder-me a palavra.

Senhor Diretor-Geral, por decisão unânime, os integrantes do Comitê Executivo incumbiram-me de dirigir-lhe algumas palavras, assim como aos senhores ministros da Agricultura, vice-ministros e embaixadores, aos membros do Comitê, aos representantes dos Países Observadores e convidados especiais, aos representantes dos organismos do Sistema Interamericano e demais participantes deste evento.

Acredito que a Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo cumpriu a sua agenda. Os documentos apresentados foram analisados, discutidos e aprovados. Temos fé e esperança em que o Plano de Médio Prazo há de atender às aspirações de cada um dos países e das regiões. Esta é uma tarefa muito difícil para os países que conformam o IICA. Penso, entretanto, que não só os Estados membros envidaremos nosso melhor esforço no sentido de realizá-la, como o Plano de Médio Prazo está mostrando que não podemos continuar sendo os mesmos. Na medida em que o mundo se vai modificando, as instituições devem adaptar-se à época vivida. Vemos que se iniciou uma terceira guerra mundial, que não é bélica, mas antes uma guerra de tecnologia, de habilidade comercial, de defesas e de oportunidades. O setor privado desempenha um papel importante nessa guerra mundial, assim como as universidades, os centros de pesquisa e as instituições de cooperação. A oportuna conferência do senhor Ministro da Agricultura da Guatemala mostrou-nos de que modo todas essas instituições devem participar no sentido de modernizar o sistema de produção agropecuária.

Estou seguro de que, apoiado na coordenação com outras instituições e organismos, o IICA terá um importante papel a desempenhar no futuro das Américas.

Desejo, Senhor Diretor-Geral, agradecer o trabalho realizado pelo Subdiretor-Geral do IICA, Secretário Técnico, comissões técnicas de apoio, tradutores, intérpretes, redatores de ata, pessoal do cerimonial, processadores de texto e, de modo geral, todo o pessoal do IICA que, de uma forma ou de outra, participou desta Reunião Ordinária do Comitê Executivo. O trabalho aqui realizado e a maturidade com que o IICA conduz estas reuniões nos fazem ter orgulho de ser parte deste Instituto. Agradeço a gentileza de todos. Obrigado.

**PALAVRAS DO ENG. CARLOS E. AQUINO GONZÁLEZ,
DIRETOR-GERAL DO IICA, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

Obrigado, Senhor Presidente.

Senhores delegados, senhores membros observadores, funcionários do IICA, convidados especiais, senhoras e senhores.

Ao cabo de três dias de trabalho intenso, produtivo, estimulante, inovador, desafiador e voltado para o futuro, chegamos a esta etapa final com o sentimento de que a liderança de todos os senhores delegados que nos acompanharam nesta jornada fortaleceu a visão que se projeta da mudança institucional do IICA.

Somos profundamente gratos aos senhores delegados e senhores observadores. Vemos esta Reunião do Comitê Executivo como um marco nas páginas brilhantes da história de nosso Instituto, pois cada um dos senhores, com suas intervenções, com suas contribuições, com seus comentários, com suas críticas construtivas, referendou uma nova visão, a visão do futuro, o processo da transformação, as modificações e as respostas a essas mudanças. Os senhores reafirmaram a crença de que o futuro pertence aos que se adiantam aos acontecimentos, aos que não permitem que os acontecimentos os deixem para trás. As mudanças e as reformas de que nossos países precisam requerem esses líderes idealistas, que com fé e entusiasmo deram testemunho de profunda dedicação e esforço nos três dias que aqui passamos.

Senhores Delegados, esta Instituição, na minha pessoa e na de cada um dos funcionários que a integram, está profundamente reconhecida a todos os senhores. Gostaria de referir-me brevemente a alguns resultados das atividades desenvolvidas durante esta sessão de trabalho,

a qual, a nosso ver, permitiu que introduzíssemos alguns elementos restauradores, inovadores, estimulantes e desafiadores.

Agradecemos penhorados ao Ministro da Agricultura da Costa Rica, Sr. Mario Carvajal, por suas palavras de boas-vindas e pelo contínuo apoio de seu país ao IICA, que como vimos hoje nasceu no Município de Turrialba. Ali, há 52 anos, começou-se a desenvolver a idéia brilhante de outro idealista que tivemos anos atrás, o então secretário da Agricultura e mais tarde vice-presidente dos Estados Unidos da América, Sr. Henry Wallace. Nessa época, líderes idealistas atentaram para a necessidade que havia nas Américas de buscar um mecanismo que unisse e fortalecesse a cooperação e o intercâmbio envolvendo toda a agricultura do continente americano; assim surgiu o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, de cuja história também nós hoje estamos escrevendo páginas brilhantes.

Hoje tivemos a oportunidade de compartilhar momentos de ameno convívio no CATIE. Esse Centro e o nosso Instituto surgiram da mesma célula, que logo se desdobrou em duas, num processo que reproduziria, tal como o dissemos, a trilogia do Pai, do Filho e do Espírito Santo que unidos formam um só Deus Verdadeiro. Temos a JIA, que é a autoridade máxima que rege e pauta a ação do IICA e do CATIE. Portanto, são os senhores, os dirigentes desta Instituição, os líderes da mudança proposta pela visão que o pensamento e o ideal de Henry Wallace revigoraram e que hoje, convertida em realidade, cabe a todos nós continuar fortalecendo.

A intervenção do Dr. Eduardo Doryan mostrou-nos uma visão da competitividade das nações e o grande desafio que cada um de nós deve internalizar para lograr essa competitividade. Em seguida foram formulados comentários sobre esse tema e exposta as idéias gerais do sonhado Fundo das Américas e da aspiração dos que no momento dirigimos esta Instituição: estabelecer um sistema interamericano de ins-

tituições de tecnologia agropecuária, assim como uma rede agroempresarial hemisférica.

Logo tivemos a intervenção do Ministro da Agricultura da Guatemala, Sr. Luis Arturo del Valle, que nos deu uma visão específica de políticas inovadoras caracterizadas pela participação, pelo espírito democrático e pela consciência de que a transformação social requer a contribuição de todos. Nosso modo de pensar coincide com a linha de pensamento do Ministro da Agricultura da Guatemala, porque estamos tratando de pô-la em prática nesta Instituição, com as mesmas dificuldades que o Senhor Ministro enfrenta na Guatemala, mas também com a mesma confiança, a mesma esperança e o mesmo espírito de desafio. Estamos certos de que triunfaremos, porque temos fé no ser humano e na sua capacidade de responder à exigência da transformação.

Sucedeu-se a exposição sobre a relação do setor público com o setor privado, feita pelo Dr. Roger Sattler. A seguir foram assinados os convênios com a Fundação Getúlio Vargas e com a Caribbean Food Crop Society, por intermédio de seus ilustres representantes. Estes convênios refletem a grande sabedoria das alianças estratégicas, as quais ajudarão a redimensionar nossa Instituição com uma visão voltada para o futuro.

Agradeço sinceramente a todos os demais expositores, do BCIE, da FAO, do CATIE. Quero também deixar consignado o nosso profundo agradecimento ao Governo do Canadá pelo grande apoio prestado com a cessão dos intérpretes para o idioma francês, e à Organização dos Estados Americanos e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento pelo mesmo apoio em relação às traduções para o português. Também agradecemos os pagamentos feitos pelo México, pelo Chile e por Trinidad e Tobago, que se constituem para nós em importante e necessário respaldo.

Desejo externar o meu reconhecimento sincero aos intérpretes, que realizaram um excelente trabalho, bem como ao coordenador do PMP, Sr. Rafael Marte, que juntamente com a sua equipe desvelou-se ao máximo, evitou ingentes esforços e com o sacrifício de muitas vezes deixar só sua mulher dedicou numerosas horas à grande missão de levar a cabo o processo participativo da elaboração de um Plano que, como os senhores sabem, representa uma tarefa gigantesca, extraordinária, principalmente pela decisão que se tomou de envolver um grupo de 33 países, através do G-33, cuja contribuição também agradecemos. Muito obrigado a todos os funcionários desta Instituição, de todos os níveis, que com entusiasmo, dedicação e esmero prepararam esta reunião, esperançosos, confiantes e convencidos de que, com sua contribuição, hão de construir uma instituição melhor, pois nosso desejo é que o Instituto tenha um nível de excelência e qualidade cada vez maior.

Penso que o Coordenador do Plano, com a ajuda de toda a sua equipe, prestou uma grande contribuição, assim como o fez o grupo técnico que elaborou a síntese que nos permitiu harmonizar diferenças e fortalecer o processo democrático e de consenso em nossa Instituição. Meus sinceros agradecimentos por todo esse esforço; muito obrigado a todos os senhores. Sinto-me estimulado pelo grande apoio que me deram, a que sou muito reconhecido. De modo especial gostaria agora, Senhor Presidente, de apresentar-lhe os meus agradecimentos por seu trabalho na condução desta reunião, de maneira muito expedita, o que possibilitou desenvolvê-la com vivacidade e presteza. Obrigado, Senhor Presidente.

Meus agradecimentos a todos os senhores, meus amigos. Realmente estamos crescendo e estamos progredindo. Estejam certos de que esta administração receberá com grande satisfação os comentários e as sugestões construtivas dos senhores, porque todos nós podemos fazer crescer esta Instituição. Quando os objetivos do Diretor-Geral forem diferentes dos de seu Conselho de Diretores, iremos mal. Temos de ter objetivos comuns, porque essa visão es-

tratégica requer o esforço conjunto de todos. Nosso Instituto, com suas alianças estratégicas, ascenderá ao céu infinito das Américas, imbuído desse espírito interamericano.

Agora, seguindo a praxe tradicional nesta Instituição, vamos entregar ao Senhor Presidente, em nome de todos os delegados e em meu nome, o martelo com que durante a reunião marcou as determinações de "gone" e "taking", para que o leve como prova do apreço e amizade de todos nós.

Muitíssimo obrigado, Senhor Presidente. Meus agradecimentos a todos os senhores por nos haverem suscitado sentimentos de entusiasmo, confiança e esperança.

**PALAVRAS DO SR. RUSSEL GARCÍA, MINISTRO DA
AGRICULTURA DE BELIZE E PRESIDENTE DA DÉCIMA QUARTA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO,
NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

Sinto-me muito feliz por haver desempenhado minhas funções com espírito de justiça e a ajuda de Deus. Retornaremos a nossos países animados pelo sentimento de unidade, para professarmos a justiça. Muito obrigado, e agora asseguro-lhes que é definitivamente "gone".

NÚMEROS PUBLICADOS NA SÉRIE DE DOCUMENTOS OFICIAIS

**Doc.
Nº**

- 1 Plano Geral do IICA
(1970 – espanhol e inglês)
- 2* Comissão Assessora
(1970 – espanhol e inglês)
- 3* Resoluções do CIES sobre Desenvolvimento Rural
(1971 – espanhol)
- 4 Décima Primeira Reunião Anual da Junta Diretora – San Salvador, El Salvador, 5 a 9 de maio de 1972
(espanhol e inglês)
- 5 Sexta Conferência Interamericana de Agricultura – Lima, Peru, 27 de maio a 2 de junho de 1971
(espanhol)
- 6* Décima Segunda Reunião Anual da Junta Diretora – Santiago, Chile, 10 a 13 de maio de 1973.
(espanhol e inglês)
- 7 Principais Resoluções da Junta Diretora – Washington, D.C., Período: 1962-1972
(espanhol e inglês)
- 8 Décima Terceira Reunião Anual da Junta Diretora – Caracas, Venezuela, 16 a 18 de maio de 1974.
(espanhol e inglês)
- 9* Décima Quarta Reunião Anual da Junta Diretora – Ottawa, Canadá, 6 a 9 de maio de 1975
(espanhol e inglês)
- 10* Implementação do Plano Geral do IICA. Elementos para sua Análise
(1976 – espanhol e inglês)
- 11 Décima Quinta Reunião Anual da Junta Diretora – Washington, D.C., 6 a 12 de maio de 1976.
(espanhol e inglês)

* edição esgotada.

- 12* Regulamentos e Normas do Fundo Simón Bolívar
(1977 – espanhol e inglês)
- 13* Décima Sexta Reunião Anual da Junta Diretora – Santo Domingo, República Dominicana, 11 a 19 de maio de 1977.
(espanhol e inglês)
- 14* Sétima Conferência Interamericana de Agricultura – Tegucigalpa, Honduras, 5 a 10 de setembro de 1977.
(espanhol e inglês)
- 15* Plano Indicativo de Médio Prazo. O IICA nos próximos cinco anos.
(1977 – espanhol e inglês)
- 16 Décima Sétima Reunião Anual da Junta Diretora – Assunção, Paraguai, 22 a 24 de maio de 1978
(espanhol e inglês)
- 17* Décima Oitava Reunião Anual da Junta Diretora – La Paz, Bolívia, 14 a 16 de maio de 1979
(espanhol e inglês)
- 18 Décima Nona Reunião Anual da Junta Diretora – México, D.F., 22 a 26 de setembro de 1980
(espanhol e inglês)
- 19 Principais Resoluções da Junta Diretora – Washington, D.C., Período: 1973-1980
(espanhol e inglês)
- 20 Primeira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura – San José, Costa Rica, 17 a 19 de fevereiro de 1981
(espanhol e inglês)
- 21 Oitava Conferência Interamericana de Agricultura – Santiago, Chile, 6 a 11 de abril de 1981
(espanhol e inglês)
- 22 Documentos Fundamentais: Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Regulamentos da Junta Interamericana de Agricultura, do Comitê Executivo e da Direção-Geral.
(Terceira edição, 1990 – português, espanhol, inglês e francês)

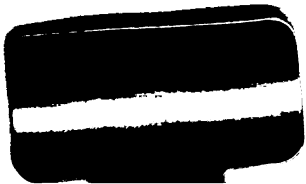
- 23 Resoluções adotadas pela Junta Diretora do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas que continuam em vigor nesta data (1984 — português, espanhol, inglês e francês)
- 24 Primeira Reunião Ordinária do Comitê Executivo e da Junta Interamericana de Agricultura — San José, Costa Rica, 9 a 12 de junho de 1981, e Buenos Aires, Argentina, 7 a 13 de agosto de 1981 (espanhol e inglês)
- 25 Segunda Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 12 a 17 de setembro e 25 a 26 de outubro de 1982 (português, espanhol, inglês e francês)
- 26 Segunda Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura — San José, Costa Rica, 27 a 29 de outubro de 1982 (português, espanhol, inglês e francês)
- 27 Políticas Gerais do IICA (1982 — português, espanhol, inglês e francês)
- 28 Plano de Médio Prazo 1983-1987 (1982 — português, espanhol, inglês e francês)
- 29 Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura — Kingston, Jamaica, 24 a 28 de outubro de 1983 (português, espanhol, inglês e francês)
- 30 Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 2 a 7 de dezembro de 1983 (português, espanhol, inglês e francês)
- 31 Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 29 de julho a 2 de agosto de 1985 (português, espanhol, inglês e francês)
- 32 Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, Montevideo, Uruguai, 21 a 25 de outubro de 1985 (português, espanhol, inglês e francês)
- 33 Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 13 a 17 julho de 1986 (português, espanhol, inglês e francês)
- 34 Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura — México, D.F., México, 27 a 29 de outubro de 1986 (português, espanhol, inglês e francês)

- 35 Plano de Médio Prazo 1987-1991
(1986 – português, espanhol, inglês e francês)
- 36 Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo – San José, Costa Rica, 15 a 17 de junho de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 37 Programa II: Geração e Transferência de Tecnologia: Diretrizes para a Cooperação.
(português, espanhol, inglês e francês)
- 38 Programa I: Análise e Planejamento da Política Agrária. Diretrizes para a Cooperação.
(português, espanhol, inglês e francês)
- 39 Programa III: Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 40 Programa IV: Comercialização e Agroindústria. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 41 Programa V: Saúde Animal e Sanidade Vegetal. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 42 Relatório da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura. Ottawa, Canadá, 29 de agosto a 2 de setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 43 Relatório da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura – Ottawa, Canadá, 31 de agosto a 4 de setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês).
- 44 Diretrizes para o Programa de Trabalho do Centro de Projetos de Investimento (CEPI) no contexto do Plano de Médio Prazo
(português, espanhol, inglês e francês)
- 45 Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo – San José, Costa Rica, 1 – 4 agosto, 1988
(português, espanhol, inglês e francês)
- 46 Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo – San José, Costa Rica, 12 a 16 de junho de 1989
(português, espanhol, inglês e francês).

- 47 Quinta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura — San José, Costa Rica, 9 a 12 de outubro de 1989
(português, espanhol, inglês e francês)
- 48 Décima Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 27 a 29 de agosto de 1990
(português, espanhol, inglês e francês)
- 49 PLANO DE MÉDIO PRAZO 1987-1993
(1991 — português, espanhol, inglês e francês)
- 50 Décima Primeira Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 24 a 26 de junho de 1991
(português, espanhol, inglês e francês)
- 51 X Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura — Madri, Espanha, 23 a 27 de setembro de 1991
(português, espanhol, inglês e francês)
- 52 Sexta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura — Madri, Espanha, 23 a 27 de setembro de 1991
(português, espanhol, inglês e francês)
- 53 Décima Segunda Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 22 a 24 de junho de 1992
(português, espanhol, inglês e francês)
- 54 Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 21 a 23 de junho de 1993
(português, espanhol, inglês e francês)
- 55 Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura — México, D.F., México, 19 a 23 de setembro de 1993
(português, espanhol, inglês e francês)
- 56 Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo — San José, Costa Rica, 12 a 14 de setembro de 1994
(português, espanhol, inglês e francês)

NOTA: As publicações disponíveis podem ser obtidas no seguinte endereço:
Dirección de Relaciones Externas
Sede Central do IICA
Apartado 55 — 2200 Coronado
Costa Rica

Conclui-se esta impressão no mês de janeiro de 1995
com uma tiragem de 100 exemplares na Gráfica do
IIICA.



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
Apdo. 55-2200 Coronado, Costa Rica / Tel.: 229-02-22 / Telex: 2144 IICA CR
Endereço Telegráfico: IICASANJOSE / Fax: (506) 229-47-41, 229-26-59 IICA COSTA RICA